



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - LICENCIATURA - PRESENCIAL - CAMPUS DE ASSU

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base no Art. 24 da Resolução nº 026/2017 - Consepe/Uern, HOMOLOGA os ajustes no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História (37914983), Grau Acadêmico Licenciatura, Modalidade Presencial, do Campus de Assu, conforme o Processo SEI nº 04410201.000225/2025-40, aprovado pela Resolução nº 10/2021 - Consepe, de 10 de fevereiro de 2021, para efeito de implementação institucional.

Mossoró/RN, 18 de dezembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Abreu de Oliveira, Pró-Reitor(a) de Ensino de Graduação**, em 18/12/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38354699** e o código CRC **2F56A7AB**.



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – Campus Avançado de Assú - CAA
Rua Sinhazinha Wanderley, 871. Centro – Assú/RN

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Assú – RN
20 de Julho de 2020

Reitora

Profa. Cicilia Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Prof. Francisco Dantas de Medeiros Neto

Chefe de Gabinete

Prof. Lauro Gurgel de Brito

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Profa. Mayra Rodrigues Fernandes Ribeiro

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Pró-Reitoria de Extensão

Prof. Esdras Marchezan Sales

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Profa. Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso

Pró-Reitoria de Administração

Profa. Simone Gurgel de Brito

Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Profa. Fátima Raquel Rosado Moraes

CAMPUS AVANÇADO DE ASSÚ

Prof. Raimundo Inácio da Silva Filho

Diretor do Campus Avançado de Assú

Profa. Guianezza Mescherichia de Góis Saraiva Meira

Vice-Diretora do Campus Avançado de Assú

Departamento de História – DHI

CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO PARTICIPANTE DAS DISCUSSÕES PARA RENOVAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA - CAA

Docentes

Ma. Andreza de Oliveira Andrade
Ms. Augusto Sérgio de Oliveira
Ms. Fábio André da Silva Morais
Ms. Francisco Francijési Firmino
Dr^a. Jovelina Silva Santos
Dr. José Humberto Carneiro Pinheiro Filho
Dr^a. Josiane Maria de Castro Ribeiro
Dr^a Luciana Mendes dos Santos
Dr. Marcelo Vieira Magalhães
Dr. Rosenilson da Silva Santos

Chefe de Departamento

Dr^a. Jovelina Silva Santos

Técnicos Administrativos

Romário Alexandre Ferreira da Silva (Técnico de Nível Médio – TNM)

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Prof. Augusto Sérgio de Oliveira (Coordenador)
Prof. Marcelo Vieira Magalhães (Vice-coordenador)
Profa. Jovelina Silva Santos (Membro)
Prof. Francisco Francijési Firmino (Membro)
Prof. Rosenilson da Silva Santos (Membro)
Prof. José Humberto Carneiro Pinheiro Filho (Membro)

Nova estrutura curricular:

Julho/2020

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição mantenedora:

- Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN
- Rua Almino Afonso, 478 – Centro
- CEP. 59.610-210 – Mossoró – RN
- Fone: (84) 3315-2148 Fax: (84) 3315-2108
- E-mail: reitoria@uern.br
- Presidente: Profa. Círcia Raquel Maia Leite
- Espécie Societária: Não Lucrativa

Instituição mantida:

- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
- CNPJ: 08.258.295/0001-02
- Campus Avançado de Assú - CAA
- Rua Sinhazinha Wanderley, 871.
- Bairro CENTRO
- CEP: 59650-000 – Assú - RN
- Fone: (84) 3331-2411
- Home Page: www.uern.br
- E-mail: dhi_assu@uern.br
- Diretor: Profº Raimundo Inácio da Silva Filho
- Ato de Credenciamento: Ato Executivo Nº. 007/74 –GP/FURRN, de 02 de setembro de 1974

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	07
2. HISTÓRICO DA UERN	13
3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO	25
3.1 Denominação	25
3.2 Local de Funcionamento do Curso	25
3.3 Dados sobre o curso	26
4. HISTÓRICO DO CURSO DE HISTÓRIA	27
4.1 Caracterização da demanda do Curso de História	28
5. JUSTIFICATIVA	30
5.1 Campo de Atuação	31
5.2 Atribuições do/a profissional formado/a	34
5.3 Metodologia	35
6. PRINCÍPIOS FORMADORES E METODOLÓGICOS DO CURSO	36
7. DIAGNÓSTICO DO CURSO	41
8. OBJETIVOS DO CURSO	43
8.1 Objetivo Geral	43
8.2 Objetivos Específicos	43
9. PERFIL DO/A PROFISSIONAL DE HISTÓRIA	44
9.1 Perfil do/a Egresso/a	45
10. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	46
10.1 Competências e Habilidades do Egresso	47
10.2 Princípios Formativos	48
11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	50
11.1 Estrutura Geral do Curso	50
11.1.1 Licenciatura - Estrutura Curricular	50
12. ESTRUTURA CURRICULAR	53
12.1 Atividades da Prática como Componente Curricular	57
12.2 Articulação entre atividades teóricas e atividades práticas	58
12.3 Atividades Complementares	64
12.4 Atividades curriculares de extensão	71
12.4.1 Unidade Curricular de Extensão – UCE	72
13. EMENTAS	74

14. POLÍTICAS PRIORITÁRIAS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA	113
14.1 Política de Pesquisa e Pós-graduação	113
14.1.1 Atividades de Pesquisa do Departamento de História do CAA	114
14.1.2 Pós-Graduação – Departamento de História – Assú	116
14.2 Política de Extensão	118
14.2.1 Atividades de Extensão DHI-Assú (CAA)	119
14.3. Programas Formativos	122
14.3.1 Programas formativos desenvolvidos pelo Departamento de História (CAA/Assú)	123
14.3.1.1 Programa Institucional de Monitoria (PIM)	124
14.3.1.2 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)	124
14.3.1.3 Programa Residência Pedagógica (RESPED)	127
14.4 Política de Qualificação Docente	130
15. AVALIAÇÃO	131
15.1 Projeto Pedagógico do Curso	131
15.2 Processo ensino-aprendizagem	132
15.3 Avaliação Interna do Curso de História	134
15.4 Avaliação Externa do Curso de História	136
15.5 Metodologia a ser adotada para a Consecução do Projeto	137
15.6 Resultados Esperados	137
15.7 Acompanhamento dos/as Egressos/as	139
16. INFRA-ESTRUTURA DO CURSO	141
16.1 Recursos Humanos	141
16.2 Corpo Docente	141
16.3 Recursos materiais	143
16.3.1 Relação dos recursos didático-materiais do departamento	143
16.3.2 Departamento do Curso	144
16.3.3 Recursos didáticos de apoio	144
16.3.3.1 Laboratório de Documentação e Pesquisa Histórica do Vale do Açu (LaDHA)	144
16.3.3.2 Biblioteca Pe. Alfredo Simonetti (Campus Avançado Pref. Walter de Sá Leitão)	144
16.3.3.3 Laboratório de Informática do Campus Avançado Walter Sá Leitão	147
17. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	148
18. REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA	151
19. BIBLIOGRAFIA	190

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso – PPC que se segue refere-se ao Curso de Licenciatura em História, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, viabilizado pelo Departamento de História do Campus de Assú/RN, no turno noturno. Ele pretende ser um retrato, ao mesmo tempo, panorâmico e detalhado da Instituição que oferece a referida licenciatura, apresentar as razões para a criação do curso, sua manutenção e desenvolvimento e, a partir daí, expor um diagnóstico do mesmo. Além destas informações apresenta sua equipe docente e técnicos administrativos responsáveis pelas atividades burocráticas e de secretaria do Departamento de História, bem como a infraestrutura do curso. Sublinha o perfil do/a profissional que se pretende formar e as competências e habilidades que se espera do/a mesmo/a. Neste sentido, o PPC detalha todos os componentes curriculares que compõem a sua matriz curricular, suas ementas e referidos processos avaliativos.

No que concerne a reconstrução deste Projeto, ela se deu a partir de várias fases e momentos, que envolveram reuniões do Núcleo Docente Estruturante, posteriormente, com o corpo discente, técnicos administrativos e docentes, inclusive com aquelas/es professoras/es afastados/as para qualificação. O texto aqui apresentado é, portanto, resultante destes encontros e debates. Sua redação final é fruto da ação de várias mãos e da leitura sistemática realizada por cada um dos/as envolvidos/as no processo de sua reelaboração.

Como projeto pedagógico, retrata a reflexão e o trabalho coletivo dos agentes envolvidos no atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e às necessidades específicas locais, regionais e dos acadêmicos, concretizando, assim, a identidade do Curso e o oferecimento de garantias para um ensino de qualidade.

Mais do que um conjunto do perfil profissional do egresso que se deseja formar, os objetivos, as metas, concepções de habilidades e competências, este projeto se organiza considerando a necessidade permanente de cumprir seu compromisso com uma formação ampla, alicerçada no ensino de qualidade, na pesquisa e na extensão.

O PPC é o instrumento norteador das ações acadêmicas, dando direção à gestão e às atividades pedagógicas no interior de cada curso de graduação.

Deste modo, o PPC de História do Campus Avançado de Assú da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte é entregue à comunidade acadêmica, como resultado de um planejamento coletivo, visando à efetiva concretização de seus propósitos.

O presente PPC apresenta a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o histórico do Curso de História do Campus Avançado de Assú (CAA), contempla as políticas prioritárias, a organização didático-pedagógica, a infraestrutura, o regulamento da organização do funcionamento do currículo do Curso.

Esse novo PPC que é apresentado, resulta de um redesenho, uma nova estrutura curricular, discutidas no âmbito da comunidade acadêmica e aprovadas pelas instâncias deliberativas deste Curso. O novo currículo do curso é fruto não só das reflexões e debates internos do Curso, mas também da necessidade de reestruturação e adequação a um novo conjunto de marcos legais¹ para os cursos superiores de formação de professores da rede básica. Além disso, também foram levadas em consideração as observações da Comissão de Avaliação do Conselho Estadual de Educação, que visitou o curso em fins de 2017 e elaborou um conjunto importante de sugestões e diagnósticos do curso.

Diante do exposto, o Curso de História do Campus Avançado de Assú motivado pela necessidade de suprir a demanda de uma nova proposta curricular, delineou uma nova estrutura curricular para o Curso, trata-se de uma reestruturação do projeto atual com substantivas alterações (ver quadro abaixo), com proposição de novas práticas pedagógicas e de um redesenho curricular do curso.

Síntese das mudanças propostas na estrutura curricular

- a) Fixação de uma nova carga horária do Curso em 3.890h (2490h de Componentes Curriculares. 405h de Estágio. 405 de PCC. 200h de ACC. 390h de UCEs);
- b) Mudança no prazo para integralização do curso de 8 para 9 períodos;
- c) Nova matriz curricular;
- d) Atualização do ementário;
- e) Inserção das atividades da curricularização da extensão com 390 horas;
- f) Discriminação mais detalhada das cargas horárias teórica, da prática como componentes curriculares, do estágio e das UCEs;
- g) Redimensionamento da carga horária das Atividades Curriculares Complementares de 210 horas para 200h;
- h) Redimensionamento e reorganização do Estágio Supervisionado Obrigatório em três momentos – no 6º, 7º e 8º período;
- i) Redação do trabalho monográfico de conclusão do Curso no 8º (projeto) e 9º (monografia) período.

Fonte: NDE do Curso de História, 2020.

¹ **RESOLUÇÃO CNE/CP N ° 2, de 20 de dezembro de 2019**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)

As atualizações e mudanças supracitadas foram discutidas e aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso e aprovadas na Plenária no dia 01/06/2020, conforme consta em ata e instigadas pelos motivos sintetizados a seguir:

- **Fixação da carga horária do Curso em 3.890h** – de acordo com o que preconiza a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). O PPC em vigor (2018) possui carga horária de 2.865 horas. A nova carga horária demandou uma profunda reformulação curricular, assim como o aumento do tempo para a conclusão do curso.
- **Mudança da integralização do curso de 8 para 9 períodos** – a resolução citada no item anterior (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2019), aponta no artigo 10º que *“Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, instituída nos termos do Capítulo I desta Resolução”*. Assim, diante dessa prerrogativa, o curso ampliou sua carga horária em 1.025 horas, passando de 2.865 horas para 3.890 horas. Nesse contexto, o NDE do Curso, juntamente com o corpo docente e a representação discente, construiu a nova estrutura curricular para ser integralizada em 4 anos e meio (ou 9 períodos), que ao mesmo tempo contemplasse as demandas legais, acadêmicas, pedagógicas, mas que não causasse tanto impacto sobre a duração do curso. Esse esforço tornou possível que a duração do curso aumentasse em apenas mais um semestre.
- **Nova matriz curricular** – o PPC vigente está em vigor desde 2013, passando pela renovação de reconhecimento de 2018. Conforme a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2019, que além de definir (artº10) a carga horária mínima de 3.200 horas para os cursos superiores de formação de professores, defini também (artº11)² a sua

² Art. 11. A referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o

distribuição em três grandes grupos (I, II, III). A necessidade de cumprimento desses artigos demandou a construção de uma nova matriz curricular.

- **Atualização do ementário** – a seção de ementários do PPC passou por processo atualização (para os componentes curriculares que permaneceram) e de desenvolvimento e criação para os novos componentes curriculares. Esse trabalho incluiu também a atualização bibliográfica.
- **Inserção das atividades da curricularização da extensão com 390 horas** – essa iniciativa foi motivada pelas demandas legais, como a Resolução N° 25/2017 – CONSEPE/UERN, que Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, consoante a Lei Federal N° 13.005 de 25 de junho de 2014.
- **Discriminação mais detalhada das cargas horárias teórica, da prática como componentes curriculares, do estágio e das UCEs** – a integração teoria, prática e extensão é refletida em diferentes componentes curriculares e momentos que compõem o currículo, a dinâmica da sala de aula e o diálogo com a comunidade, mediada por meio de aprendizagens vivenciais e simulações desenvolvidas durante o curso, criando uma cultura de maior interação da teoria-prática e da universidade com a comunidade. Além disso, é parte integrante da matriz a definição dos percentuais do binômio teórico-prático de cada componente curricular, o que permite ao docente a decisão de como efetivar a carga horária da dimensão prática, que poderá ser através de projetos aplicados, seminários, visitas técnicas, planos de ações temáticos, desenvolvimento de projetos e oficinas, de acordo com a realidade de cada componente;
- **Redimensionamento da carga horária das Atividades Curriculares Complementares de 210 horas para 200h** – houve uma pequena redução da carga horária das Atividades Curriculares Complementares de 210 horas para 200 horas.
- **Redimensionamento e reorganização do Estágio Supervisionado Obrigatório em três momentos (6º, 7º e 8º período)** – visando uma melhor operacionalização dos estágios, buscando uma equalização ideal ao longo do curso com as atividades da Prática como Componente Curricular, da formação pedagógica e histórica, com as atividades de extensão, decidimos por reduzir de quatro para três Estágios

Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Obrigatórios, diminuindo sua carga horária teórica em sala de aula de 45h para 30h, e aumentando a carga horária efetiva de estágio de 120h para 135h. Com isso acreditamos ter chegado à uma estrutura bastante satisfatória do ponto de vista da sua disposição na matriz curricular, além de cumprir um pouco mais das 400 horas mínimas exigidas por lei, totalizando ao final 405 horas de estágio curricular.

- **Redação do trabalho monográfico de conclusão do Curso no 8º e 9º período** – a monografia, ou seja, o trabalho de conclusão do curso, deverá ser pensada e amadurecida desde os primeiros períodos do curso, mas terá seu ápice no 8º período, quando o projeto de pesquisa se efetiva na disciplina *Projeto de Pesquisa em História*, e finalmente no 9º, quando a monografia deverá ser produzida na disciplina *Monografia*.

Por fim, as reflexões e reelaborações contidas neste documentos, se deram a partir das demandas do processo de Renovação de Reconhecimento do Curso junto ao Conselho Estadual de Educação – CEE, elaboradas a partir das orientações da assessora da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e em consonância com as mudanças pelas quais passou e passa nossa sociedade e, também, a legislação Brasileira referente as áreas de História, Literatura e Artes. Nesse caso específico da legislação, este documento se ancoram nas decisões do colegiado do Departamento de História, e nos dispositivos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394 de 20 de Dezembro de 1996, e nos documentos do MEC, como a Resolução **RESOLUÇÃO CNE/CP N º 2, de 20 de dezembro de 2019**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação); PARECER CNE/CES 492/01, de 03 de Abril de 2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares dos cursos de Filosofia, História, Geografia Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia homologado em 04/7/2001, publicado no DOU em 09/7/2001; bem como das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura da África, afro-brasileira e indígena na educação nacional. No âmbito do Rio Grande do Norte, o PPC se ancora no Plano Estadual de Educação (Lei n. 13.005/2014) – PEE/RN (2015-2024).

As alterações no PPC também referendam a preocupação nacional com uma formação de historiadoras/es críticos/as e que buscam reconhecer e dar a conhecer as contribuições

sociais, políticas e econômicas de grupos sociais marginalizados durante muito tempo pelos estudos historiográficos, tais como mulheres, ciganos, afro-brasileiros, ameríndios, imigrantes e congêneres.

As disciplinas, eventos, atividades, estágios e ações previstas neste PPC têm incorporado as preocupações e diretrizes que têm servido de combustível às citadas mudanças, que também vem sendo acompanhadas da aquisição de novos materiais para a Biblioteca Setorial do Campus, onde o curso é ofertado, instalação de equipamentos de multimídia em todas as salas de aula e aquisição de instrumentos de áudio, som e imagem para o Departamento. Neste sentido, tais mudanças podem ser verificadas nos documentos que regularizam as ações do curso, nos cuidados com os mesmos nos registros oficiais, nas concepções teórico-metodológicas que norteiam as atividades dos/as professores/as e na cultura material que é utilizada na formação dos/as profissionais de História.

Este PPC tem, portanto, a finalidade de expor um quadro amplo e detalhado do curso de Licenciatura em História, ofertado pelo Departamento de História do Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte em Assú, suas equipes de planejamento, técnica e docente e seus respectivos *modus operandi*. Sua estrutura segue orientações da referida Instituição através da regulamentação prevista pelo Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN RESOLUÇÃO Nº 26/2017 - CONSEPE e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UERN (2016-2026) - Resolução 34/2016-CONSUNI.

2. HISTÓRICO DA UERN

A Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN) foi criada pela Lei Municipal N.º 20/68, de 28 de setembro de 1968, assinada pelo prefeito Raimundo Soares de Souza, com o objetivo de implantar progressivamente e manter a Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN).

Entretanto, o sonho de dotar Mossoró de uma instituição de ensino superior é mais antigo. Seu marco inicial é a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró (FACEM), instituída através da Resolução n.º 01/43, de 18 de agosto de 1943, por iniciativa da Sociedade União Caixeiral, mantenedora da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral.

À luta do grupo de idealistas da União Caixeiral, somou-se a União Universitária Mossoroense, entidade fundada em 09 de Julho de 1955, composta por universitários de Mossoró que estudavam em outras cidades. A entidade foi presidida por João Batista Cascudo Rodrigues que veio a ser o primeiro reitor da URRN.

Como resultado desses esforços, surgiu, com a Lei Municipal n.º 41/63, de 05 de dezembro de 1963, sancionada pelo prefeito Antônio Rodrigues de Carvalho, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNCITEC) que, em 1968, foi transformada em FURRN pelo então prefeito Raimundo Soares de Souza.

Após a transformação da FUNCITEC em FURRN, Monsenhor Walfredo Gurgel, então governador do Rio Grande do Norte, autorizou o seu funcionamento como instituição superior, através do Decreto Estadual n.º 5.025, de 14 de novembro de 1968.

Integravam, inicialmente, a URRN, nos termos da Lei n.º 20/68, a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, a Faculdade de Serviço Social de Mossoró, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mossoró e a Escola Superior de Enfermagem de Mossoró.

Em 19 de fevereiro de 1973, o prefeito Jerônimo Dix-huit Rosado Maia segmentou a administração da Instituição. Assim, a FURRN passou a ser gerida por um presidente, a quem cabia as atividades burocráticas e a captação de recursos financeiros, e a URRN, por um reitor, incumbido das ações acadêmicas. Esse modelo administrativo vigorou por alguns anos, voltando mais tarde uma só pessoa a gerir, juntamente com os conselhos superiores, a mantenedora (FURRN) e a mantida (URRN).

Um dos passos mais importantes para a continuidade da Instituição foi dado no dia 8 de janeiro de 1987. Naquela data, o governador Radir Pereira, através da Lei nº5.546, estadualizou a FURRN, que já contava com o Campus Universitário Central e os Campi Avançados de Açú, Patu e Pau dos Ferros. A luta pela estadualização uniu todos os segmentos acadêmicos e vários setores da sociedade civil organizada.

Outro passo importante na história da URRN foi o seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação, em sessão realizada no dia 4 de maio de 1993, conforme Portaria Ministerial n.º 874, de 17 de junho de 1993, e Decreto n.º 83.857, de 15 de agosto de 1993, do ministro Murílio de Avellar Hingel.

Em 29 de setembro de 1997, o governador Garibaldi Alves Filho, através da Lei Estadual n.º 7.063, transformou a Universidade Regional do Rio Grande do Norte em Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, mantendo, no entanto, a sigla URRN.

Em 15 de dezembro de 1999, o governo do Estado, através da Lei n.º 7.761, alterou a denominação de Universidade Estadual do Rio Grande do Norte para Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o que implicou na alteração, também, da denominação da mantenedora para Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), através do Decreto n.º 14.831, de 28 de março de 2000.

Nessa trajetória histórica, objetivando consolidar-se como Instituição de Ensino Superior, a UERN tem concentrado esforços no sentido de estruturar-se administrativa e academicamente, de forma que, sensível às demandas advindas do acelerado avanço tecnológico e das transformações econômico-sociais em curso na sociedade contemporânea, viabilize sua missão institucional, comprometendo-se com o desenvolvimento do homem, da ciência, da tecnologia e do Estado do Rio Grande do Norte, através do fortalecimento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, impulsionada pelos desafios postos pela sociedade e, especialmente, pela reforma educacional em vigor, com a implementação da nova LDB, a UERN tem concretizado iniciativas que permitem avançar no aprimoramento da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Segue abaixo a história da UERN em ordem cronológica representando os avanços da Universidade tanto na expansão geográfica quanto acadêmica:

- 1943: Criação da FACEM. A Resolução nº 01/43, de 18 de agosto de 1943, da Sociedade União Caixeiral cria a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró. Embora criada nessa data, só passou a existir de fato com a publicação do Decreto nº 48.665, de 4 de agosto de 1960, do Conselho Federal de Educação.
- 1963: criação da FUNCITEC. A Prefeitura Municipal de Mossoró, pela Lei nº 41/63, de 5 de dezembro de 1963, cria a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica. 1965 – criação da Faculdade de Serviço Social de Mossoró, pelo Decreto Municipal nº 01/65, e do Instituto de Filosofia, Ciências e Letras de Mossoró, pelo Decreto Municipal nº 47/65, com os cursos de Pedagogia, Letras, História e Ciências Sociais.
- 1968: criação da Escola Superior de Enfermagem de Mossoró, pelo Decreto Municipal nº 04/68.
- 1968: criação da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte – FURRN - pela Lei Municipal nº 20/68, de 28 de setembro de 1968, sancionada pelo prefeito Raimundo Soares de Souza, “com o objetivo de implantar progressivamente e manter a Universidade Regional do Rio Grande do Norte – URRN”. Com o Decreto Estadual nº 5.025, de 14 de novembro de 1968, veio a funcionar como instituição de ensino superior.
- 1974: Criação do Campus Avançado de Assu. Seu funcionamento teve início no dia 25 de março de 1974, sendo a criação oficializada por meio do Ato Executivo Nº. 007/74 –GP/FURRN, de 02 de setembro de 1974. Inaugurado em 16 de outubro de 1974, iniciou-se com os cursos de História, Pedagogia, Economia e Letras.
- 1976: Criação do Campus Avançado de Pau dos Ferros, pela Lei Municipal Nº 01/76, de 28 de setembro de 1976, e pelo do Decreto Nº. 15/76, sendo-lhe autorizada a instalação no ano de 1977, com os cursos de Ciências Econômicas, Letras e Pedagogia.
- 1980: Criação do Campus Avançado de Patu, pelo Decreto Municipal Nº. 176/80, de 4 de setembro de 1980, com os cursos de Pedagogia, Ciências (Matemática) e Ciências Contábeis.
- 1987: Estadualização da URRN. A Lei nº 5.546, de 8 de janeiro de 1987, sancionada pelo governador Radir Pereira, estadualiza a URRN, vinculando-a à Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

- 1993: Reconhecimento pelo Ministério da Educação. A Portaria nº 874/93, de 17 de junho de 1993, assinada pelo ministro da Educação e do Desporto, Dr. Murílio de Avellar Hingel, com base no Parecer nº 277/93 do Conselho Federal de Educação, reconhece a URRN como universidade, aprova seu Estatuto e Regimento Geral, e, igualmente, os Campi Avançados, previstos no Projeto da Universidade.
- 1997: Mudança de denominação. A Lei Estadual nº. 7.063, de 29 de setembro de 1997, sancionada pelo governador Garibaldi Alves Filho, muda a denominação Universidade Regional do Rio Grande do Norte para Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, mantendo, no entanto, a sigla URRN.
- 1999: Mudança de denominação. Em 15 de dezembro de 1999, a Lei nº 7.761 altera a denominação de Universidade Estadual do Rio Grande do Norte para Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, passando a sigla a ser UERN. 2000 – Mudança de denominação da FURRN. O Decreto nº 14.831, de 28 de março de 2000, muda a denominação da mantenedora para Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN.
- 2002: Criação do Campus Avançado de Natal, pela Resolução Nº. 003/2002 - CONSUNI, de 13 de junho de 2002, e pelo Termo de Autorização para Instalação de Campus da UERN, de 17 de junho de 2002, do Governo do Estado. O Campus passou a funcionar com os cursos de Ciência da Computação, Direito, Turismo e Ciência da Religião.
- 2002: Criação do Programa de Interiorização da UERN, com a instalação dos Núcleos de Educação Superior. 2005 – Criação do Campus do Seridó Profª Wilma Maria de Faria, em Caicó, pela Resolução Nº. 007/2005 – CONSUNI, de 11 de agosto de 2005, com os cursos de Odontologia, Enfermagem e Filosofia.
- 2007: Criação do mestrado em Física (Homologado pelo CNE, Portaria MEC nº 87-DOU de 18/01/2008 – Parecer CES/CNE 277/2007 – pag 30 a 33, 17/01/2008);
- Criação do mestrado em Ciência da Computação (Homologado pelo CNE, Portaria MEC nº 87-DOU de 18/01/2008 – Parecer CES/CNE 277/2007 – pag 30 a 33, 17/01/2008); Criação do mestrado em Letras (Homologado pelo CNE, Portaria MEC 458, DOU 11/04/2008, Parecer CES/CNE 28/2008, 10/04/2008; Aprovação do 1º Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI -pela Resolução nº 10/2007-CONSUNI, de 27 de novembro de 2007.

- 2011: Criação do Mestrado em Ciências Naturais, criação do Mestrado em Educação, criação do Mestrado Saúde e Sociedade - Of. 141-17/2011/CTC/CAAI/CGAA/DAV/ CAPES, de 03 de novembro de 2011).

- 2012: Criação do Mestrado em Ciências Sociais e Humanas

A UERN oferta cursos de nível superior nas modalidades de graduação, de pós-graduação lato sensu e stricto sensu e de extensão. Quanto ao ensino de graduação, a UERN oferece 30 (trinta) cursos no campus Central – Mossoró, 06 cursos Campus Avançado de Assu, 09 cursos no Campus Avançado de Pau dos Ferros, 04 cursos no Campus Avançado de Patu, 05 cursos no Campus Avançado de Natal e 03 cursos no Campus Avançado Caicó, conforme a seguir:

A UERN possui em nível de graduação 8.946 alunos, 05 Campi Avançados, 11 núcleos, 10 faculdades (Campus Central) e 17 Bibliotecas (SITE UERN. UERN em Números. Disponível em: http://www.uern.br/uernemnumeros/default.asp?item=uern-numeros-ensino#ingresso_em_numeros. Acesso em: 16 abril 2020).

ENSINO EM NÚMEROS - 2019

Total de Cursos de graduação	58
Cursos Presenciais	57
Cursos de Ensino à Distância	1
Vagas Ofertadas ENEM/SISU	2.424
Inscritos ENEM/SISU	8.126
Vagas Ocupadas ENEM/SISU	2.268

Fonte: <http://www.uern.br> (UERN em números - Maio 2020)

ALUNOS COM VÍNCULO ATIVO - 2019

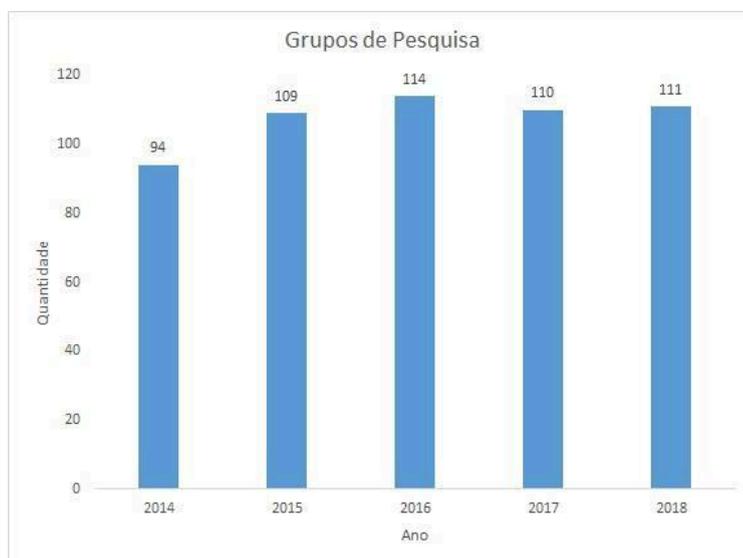
GRADUAÇÃO PRESENCIAL	
Campus Central	5.087
Campus Avançado de Natal - CAN	646
Campus Avançado Professora Maria Elisa de Albuquerque Maria - CAMEAM	1.241
Campus Avançado de Caicó - CAC	345
Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão - CWSL	722
Campus Avançado de Patu - CAP	574
Núcleos Avançados	30
PARFOR	290
Alunos Especiais	11
TOTAL	8.946
GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD	
Polo de Mossoró	115

Polo de São Gonçalo	11
Polo de Guamaré	6
Polo de Caraúbas	5
TOTAL	137

ATUALIZADO EM 03/02/2020. Fonte: <http://www.uern.br> (UERN em números)

A pesquisa é o meio, por excelência, de renovação do conhecimento científico. Realizada na universidade, ela fortalece o ensino e alimenta a extensão. A pesquisa na UERN é uma atividade recente e em processo de construção. Existente desde 1968 como universidade municipal, presa às particularidades do poder local, com sua estadualização, em 1987, inaugura-se uma nova fase em sua história.

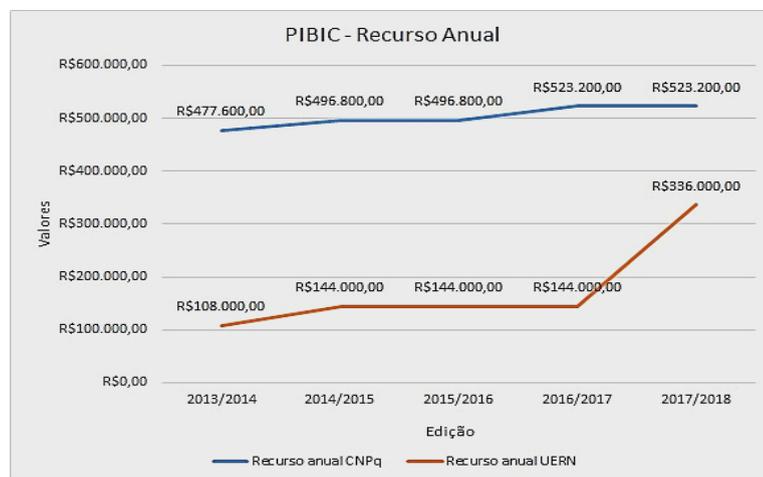
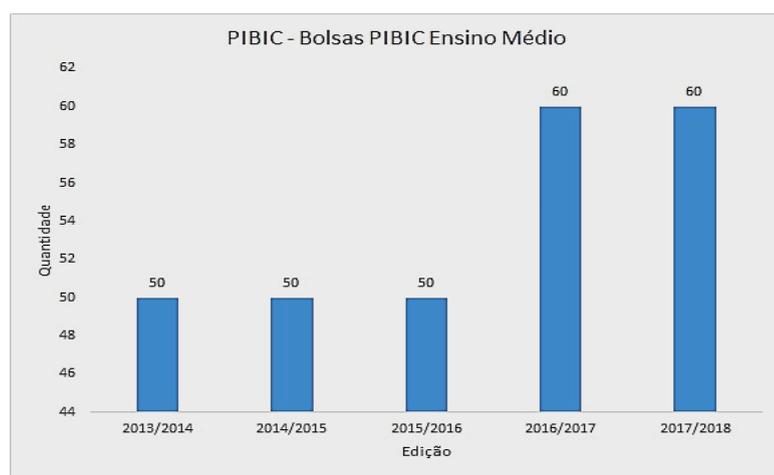
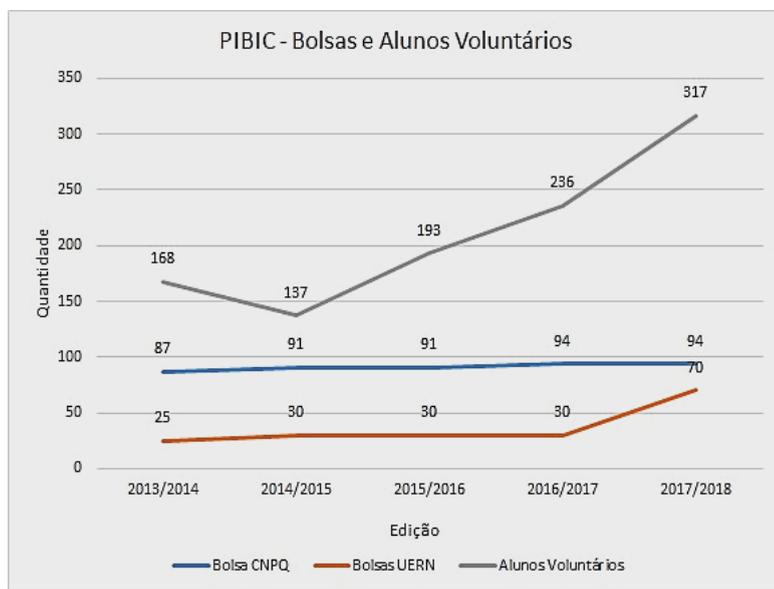
Hoje, a dinâmica de constituição dos grupos de pesquisa da UERN é um importante indicador do crescimento do potencial científico da instituição. Até o ano de 2013 a UERN contava com 30 grupos na área de Ciências Humanas, 16 na área de Ciências Sociais Aplicadas, 13 na área de Ciências Exatas e da Terra, 12 grupos na área de Linguística, Letras e Artes, nove grupos na área de Ciências da Saúde e dois grupos na área de Ciências Biológicas, ou seja, um total de 82 grupos de pesquisa em andamento. Atualmente, a universidade conta com 111 grupos de pesquisa.



Fonte: <http://www.uern.br> (UERN em números - 2020)

O Programa de Iniciação Científica PIBIC é uma importante ferramenta para o fortalecimento e a implementação da pesquisa na universidade. Além das bolsas cedidas pelo CNPq, a própria UERN também oferece bolsas nessa modalidade. O salão PIBIC é o local

onde os bolsistas PIBIC e voluntários apresentam seus trabalhos desenvolvidos durante o projeto.



Fonte: <http://www.uern.br> (UERN em números - 2020)

Também no tocante ao tema de divulgação científica, a PROPEG, juntamente com a PROEX, realiza o Encontro de Pesquisa e Extensão (ENCOPE) que já se encontra na sua 17ª (décima sétima) edição.

Ainda é responsabilidade desta Pró-Reitoria a concessão de auxílio aos docentes para apresentação de trabalhos em eventos científicos internacionais, nacionais, regionais e internos.

Com relação às atividades extensionistas, a Pró-Reitoria de Extensão da UERN/PROEX tem implementado as suas ações fundamentadas nos balizamentos traçados no Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que “reflete o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à sociedade e à democracia” (Site Renex. Política Nacional de Extensão Universitária. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 17 abril 2014), identificando-se com os fins da universidade como instituição pública de ensino superior, empenhada em construir respostas para as questões que afligem a maioria da população e ofertar uma formação de qualidade, com avanço tecnológico, desenvolvimento científico, ética profissional e compromisso social. Esse Plano elege oito áreas temáticas de atuação:

- Comunicação
- Cultura
- Direitos Humanos e Justiça
- Educação
- Meio Ambiente
- Saúde
- Tecnologia e Produção
- Trabalho

Desta forma, a ação extensionista se desenvolve a partir de eixos temáticos correlacionados a grandes temas como Promoção da Cidadania e Inclusão Social, Difusão do Conhecimento Acadêmico, Arte Cultura e Educação, Formação Continuada de Professores e Vivência Escolar, Meio Ambiente e Qualidade de Vida e Tecnologia e Trabalho, consubstanciando-se na ação acadêmica que materializa a relação da universidade com a sociedade e que, possibilita diálogo dos saberes sistematizados na universidade com os saberes da comunidade e transformações nos processos pedagógicos e na produção do conhecimento como resultante do confronto com a realidade.

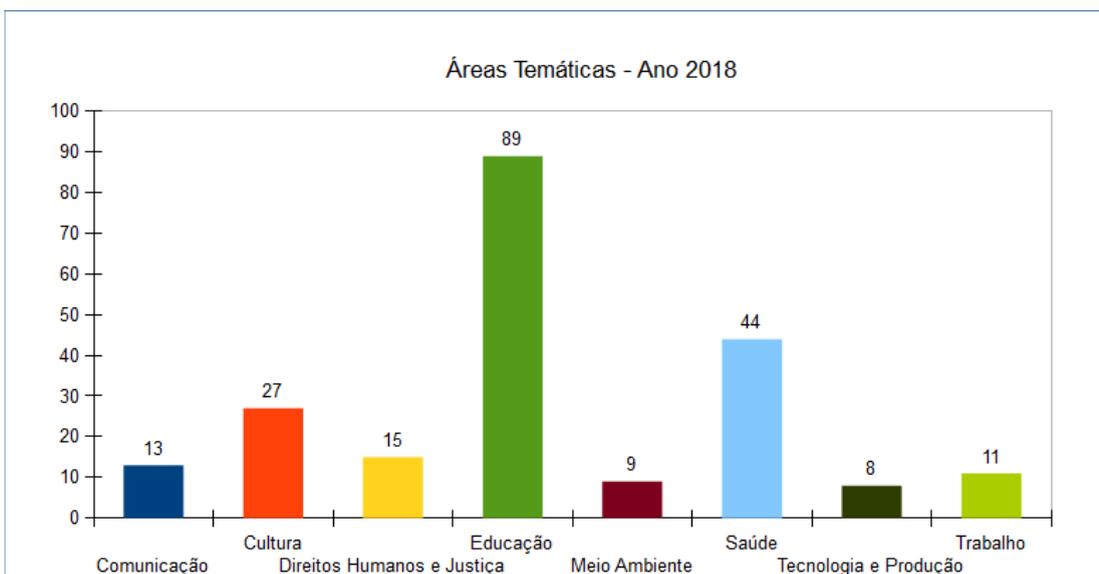
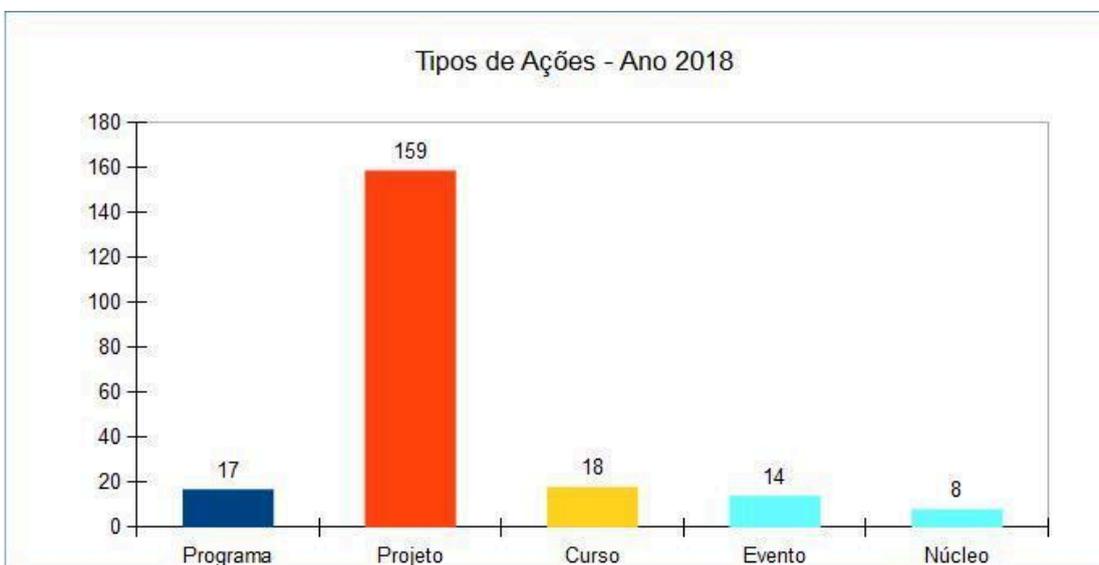
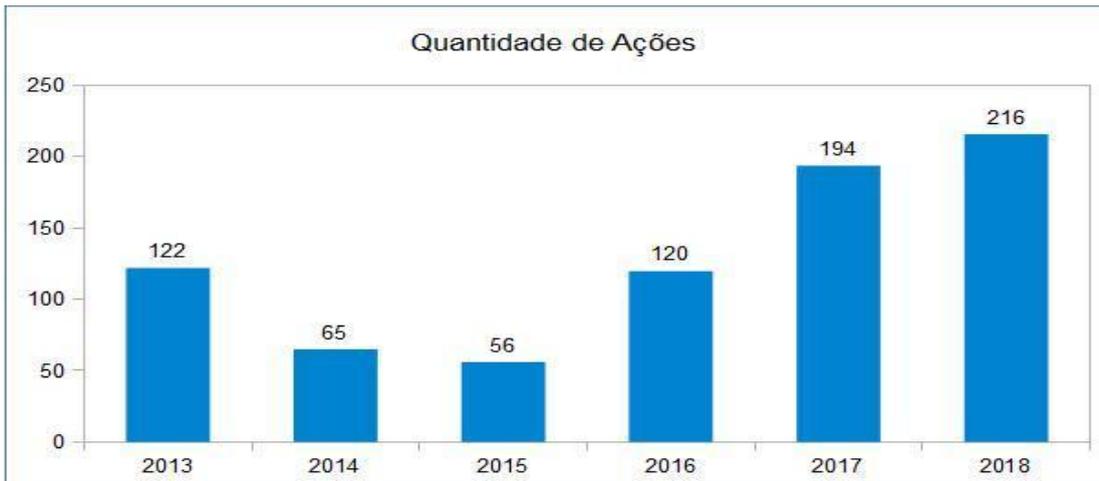
A extensão na UERN é organizada em programas, projetos, cursos, eventos, seminários, etc. e essas atividades são marcadas por grandes momentos de construção coletiva do conhecimento, desenvolvimento de metodologias participativas e de pesquisa/ação, vivência pessoal, reflexão e sistematização; é resultado da organização de diversos grupos de pesquisa e de estudos num ciclo virtuoso de busca do novo, de construção de respostas às perguntas apresentadas pela realidade e do esforço de um ensino voltado para a formação da pessoa cidadã, tecnicamente capaz e socialmente comprometida.

As temáticas trabalhadas envolvem diversas questões sócio-educativas como:

- Promoção da Cidadania e Inclusão Social (ligada a área temática Direitos Humanos e Justiça): são desenvolvidos projetos, cursos e eventos que envolvem as questões étnicas e raciais, questões de gênero e de geração, inclusão produtiva, educação especial, políticas públicas, ética e cidadania. Destacam-se os núcleos que desenvolvem atividades articulando diretamente a pesquisa com a extensão, como: NEM – Núcleo de Estudos sobre a Mulher; NECRIA – Núcleo de Estudo sobre a Criança e o Adolescente; NEPTI – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Terceira Idade. Há ainda nesta área temática projetos que envolvem a construção da identidade étnica e racial, estudos e assessorias sobre políticas públicas para afrodescendentes; capacitação, popularização e acompanhamento à implementação das diretrizes curriculares para a educação étnica e racial, o ensino da história da África e da cultura africana e afro-brasileira.
- Formação Continuada de Professores e Vivência Escolar (área temática Educação): buscam responder os desafios apresentados pela sociedade que apontam para a necessidade de uma educação básica de qualidade, de aprofundamento dos processos e metodologias de ensino-aprendizagem, de redução da evasão escolar, de capacitação para novas temáticas que integram a matriz curricular, do uso adequado de laboratórios etc.

- Meio Ambiente e Qualidade de Vida (temática inserida na área: Meio Ambiente): são desenvolvidos projetos, cursos, oficinas e eventos que buscam contribuir com a construção de projetos de vida e de sociedade que mantenham e ampliem a qualidade de vida e a sustentabilidade socioambiental.
- Arte-Cultura e Educação (Inserida na área de Cultura): destaca-se a formação continuada de professores/as de arte-educação e do uso da arte teatral como mecanismo de formação pedagógica nas diversas áreas do conhecimento, esta ação abrange professores das escolas públicas de todo o estado e estudantes do ensino médio e fundamental. É também desenvolvida uma ação junto aos estudantes do ensino superior e jovens da comunidade através do GRUTUN – Grupo de teatro universitário, do GRUDUN – Grupo de Dança Universitário.
- Tecnologia e Trabalho (ligada a área Trabalho e a área Tecnologia e Produção): volta-se para uma ação de valorização do território como base para a construção de uma atuação cidadã e de uma identidade perpassada pelo pertencimento e envolvimento com as especificidades políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais, fortalecendo o conhecimento da realidade local, os arranjos produtivos da economia solidária, as redes sociais que cimentam as relações políticas e as transformações das carências em demandas, o desenvolvimento da capacidade de agir com autonomia e de protagonizar iniciativas de caráter coletivo.
- Difusão do Conhecimento Acadêmico (inserido na área temática Educação): envolve diversos professores e bolsistas dos cursos de licenciatura que, interligadas ao ensino e a pesquisa, se consolida como prática de formação profissional e cidadã, indispensável no fazer acadêmico, na interação com a sociedade, no conhecimento de novas temáticas para a pesquisa ou de velhas perguntas que exigem novas respostas, no desenvolvimento de novos enfoques metodológicos e aprofundamento da vivência multi e interdisciplinar. *

Estas, dentre outras atividades, formam a política de extensão da UERN e nesta perspectiva pensar a flexibilização dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UERN, na qual se insere as atividades de Extensão é urgente e necessário.



Fonte: <http://www.uern.br> (UERN em números - 2020)

Para o desenvolvimento de suas atividades, a UERN conta hoje com um quadro docente, até Junho de 2020, de 1201 professores e ainda 887 funcionários técnicos-administrativos.

3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

3.1 Denominação:

- Curso de Licenciatura em História
- Grau acadêmico: Licenciatura
- Modalidade: Presencial
- Área de Conhecimento: História.
- Ato de Autorização/Renovação de Reconhecimento:
 - Decreto nº 79.017, de 23 de dezembro de 1976. Data da Publicação no D.O.U: 27/12/1976.
 - Portaria nº 874, de 17 de Junho de 1993. Data da Publicação no D.O.U. 22 de junho de 1993.
 - Decreto nº 24.948, de 30 de Dezembro de 2014. Data da Publicação no D.O.E. 31 de Dezembro de 2014. (Renovação de Reconhecimento)
 - Decreto nº 24.971, de 19 de Fevereiro de 2015. Data da Publicação no D.O.E. 20 de Fevereiro de 2015. (Convalidação de Estudos de Nível Superior).
 - Decreto nº 27.963 de 16 de maio de 2018. D.O. E - RN. Ano 85. Nº14.173, de 17 de maio de 2018. (Renovação de Reconhecimento).
- Data de Início de Funcionamento: 1976.
- Mecanismo de Ingresso no Curso: ENEM/SISU, transferência ex Officio e vagas não iniciais.
- Condições de Oferta: Processo Seletivo (Anual).

3.2 Local de Funcionamento do Curso:

- Campus Avançado de Assú
Endereço: Rua Sinhazinha Wanderley, 871

Bairro: Centro
CEP: 59650-000 – Assú-RN
Fone: (84) 3331-2411
Home page: www.uern.br
E-mail: dhi_assu@uern.br

3.3 Dados sobre o curso:

- **Carga horária total com inclusão das Unidades Curriculares de Extensão (UCE):**
3.890 horas
- **Carga horária total sem inclusão das Unidades Curriculares de Extensão (UCE):**
3.500 horas
- **Carga horária para Grupo I** (base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais): 810 horas.
- **Carga horária para Grupo II** (aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e para o domínio pedagógico desses conteúdos): 1.680 horas.
- **Carga horária para Grupo III** (prática pedagógica):
 - Prática como componente curricular: 405 horas
 - Estágio Curricular Obrigatório: 405 horas (Número de componentes de estágio: 03 componentes curriculares).
- **Carga horária de Atividades Acadêmicas Complementares (AAC):** 200 horas.
- **Carga horária de UCEs:** 390 horas.
- **Trabalho de conclusão do curso:** Monografia (Carga horária 60h).
- **Tempo mínimo de integralização curricular:** 4 anos e meio (9semestres).
- **Tempo médio de integralização curricular:** 5 anos e meio (11 semestres).
- **Tempo máximo de integralização curricular:** 7 anos (14 semestres).
- **Número de vagas por ano:** 40 vagas anuais.
- **Turno de funcionamento:** Noturno.
- **Número máximo de alunos por turma:** 40 alunos por turma.
- **Sistema:** créditos com matrícula semestral.

RESULTADOS NO ENADE:

2008 – Conceito 4	2011 – Conceito 3
2014 – Conceito 3	2017 – Conceito 2

AVALIAÇÃO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO:

2018 – Conceito 4

4. HISTÓRICO DO CURSO DE HISTÓRIA

Apesar da cidade de Assú ser desde longa data um centro urbano polo, agregando e centralizando importantes atividades econômicas, comerciais, educacionais e de serviços públicos na região do Vale do Açú, só a partir de 1974 que a cidade pôde contar com a oferta do ensino em nível superior. Naquele ano foi criado o Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão (CAA). O campus iniciou suas atividades com os cursos de Economia, Letras, Pedagogia e Serviço Social.

No ano de 1976 o Decreto Nº 79.017 institui o Curso de Licenciatura em História do Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão. Em seu início o curso contava quase que exclusivamente com professores/as oriundos do Campus de Mossoró. Diante da ausência de um corpo docente especializado na cidade, a universidade optou por deslocar docentes do Campus Central a fim de possibilitar o funcionamento do curso. Assim como o CAA, o curso de História e outras licenciaturas eram demandas antigas da cidade e das urbes circunvizinhanças. O contexto posto naquele momento, que forçava os jovens do Vale do Açú a estudarem em Mossoró ou Natal como única forma de prosseguirem seus estudos, não dava mais conta das reais necessidades da região. Nesse sentido, a criação do CAA possibilitou o acesso ao ensino superior para um enorme contingente de jovens de Assú e região, cumprindo um importante papel social na formação de profissionais e, principalmente, professores/as para atuarem no mercado de trabalho e no ensino básico.

Em 1982 formou-se a primeira turma do curso de História do Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão. A convite da Direção do CAA, alguns dos melhores estudantes recém-formados na primeira turma, passaram a compor o corpo docente do curso.

Assim como as outras graduações do CAA, inicialmente o curso de História estava organizado nos seus primeiros semestres (1º e 2º) no Ciclo Geral de Estudos, que funcionava como um currículo básico e comum a todos os cursos. Esse currículo comum era composto por disciplinas no campo da filosofia, sociologia, educação (didática, psicologia e história da educação) etc. A partir do 3º semestre iniciava-se a matriz curricular específica do curso de História.

Essa estrutura de ensino funcionou sem grandes modificações até 1987, quando nesse ano, ocorre a estadualização da universidade. A estadualização trouxe grandes mudanças não apenas no campo institucional e administrativo da UERN, mas também pedagógico.

Tais mudanças levaram a uma maior especialização administrativa, pedagógica e organizacional do curso de História de Assú. Em 1988 são criados os departamentos específicos de cada curso do CAA. No mesmo ano a UERN realiza um grande concurso público para docentes. O certame deu início a um novo ciclo no curso com a entrada de professores/as pós-graduados.

Ao longo dos anos de 1990 o curso de história reformulou sua matriz curricular procurando fortalecer o ensino, mas dando início às atividades ligadas ao campo da pesquisa e extensão.

A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de História em 2006 marca também uma importante guinada no curso. Desde então, as disciplinas que compõem a matriz curricular estimulam os estudantes a participar de atividades curriculares e extracurriculares em projetos de ensino, pesquisa e extensão. O Departamento passa a desenvolver uma série de projetos de pesquisa, ensino e extensão que promoveram a participação dos discentes do curso.

Os impactos dessa política de fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão sobre a dinâmica do curso foram visíveis à medida que se registraram nas instâncias oficiais da UERN um crescente número de projetos (PIBIC, PIBID e PROEXT), além da realização de vários seminários, ciclos de palestras, cursos de formação continuada, semanas de história, dentre outros.

Essa dinâmica exigiu que o Departamento de História investisse numa política de capacitação docente, com vistas à qualificação do seu quadro, resultando em um avanço considerável. Em 1998, o Departamento contava com 10 professores/as, sendo 08 com graduação e dois com especialização. Em 2006, o Departamento contava com 10 professores/as, sendo 04 com mestrado, 03 especialistas e 03 graduados.

Atualmente o quadro docente do curso é composto por 09 (oito) efetivos, 01 (um) substituto e 01 (um) vaga legal em aberto à espera de curso público, apresentando o seguinte perfil: 02 doutores, 04 doutorandos e 04 mestres.

4.1 Caracterização da demanda do Curso de História.

As vagas ofertadas no curso de História procuram atender as necessidades dos estudantes que concluem a educação básica no município de Assú e nos municípios circunvizinhos, especialmente o da microrregião do Vale do Rio Açú, contudo registra-se

estudantes das microrregiões de Angicos, Serra de Santana, Macau e Médio Oeste. Levantamento feito pelo DHI-Assú mostra que os seus estudantes são provenientes de 20 (vinte) municípios: Carnaubais, Paraú, Campo Grande, Janduís, Triunfo Potiguar, Itajá, Ipanguaçu, Lajes, Angicos, Macau, Alto do Rodrigues, Pendências, Jucurutu, São Rafael, Santana do Matos, Florânia, Afonso Bezerra, Guamaré, Fernando Pedrosa e Caiçara do Rio dos Ventos.

A maioria dos/as estudantes que ingressam no curso é proveniente de escolas públicas e trabalham no período matutino, vespertino ou nos dois horários. A média de idade desses estudantes está em torno de 22 anos.

Essa demanda vem se mantendo, sistematicamente, a cada ano. O total de concluintes ao final de cada semestre do curso gira em torno de 20 a 22 estudantes. No decorrer da graduação, em torno de 30% dos/as graduandos/as do curso, desnívelam-se por uma série de motivos como, por exemplo, dificuldades em conciliar as suas atividades do trabalho com as obrigações acadêmicas, além de questões pessoais e familiares (doenças, mudanças de emprego ou cidade, problemas financeiros, gestação, casamento etc.) que são bastante recorrentes.

5. JUSTIFICATIVA

Há muito que historiadores/as de várias gerações e nacionalidades se deparam com a assertiva: “*Toda História [já foi dito] é uma negociação entre a familiaridade e a estranheza*”.³ Com tal afirmação o autor destaca uma diretriz epistemológica imprescindível para que a produção historiográfica não vague na entusiástica e quase infundável identificação de linhas de sucessão factuais, aproximando a História de certa genealogia dos fatos políticos e sociais.

A compreensão do fazer histórico a partir da problematização da relação de estranhamento/familiarização permite que a História não reste como diletantismo passional das várias memórias individuais, ou de grupos, não submetidas ao rigor teórico-metodológico próprio à *episteme*.

Em tempos que supervalorizam o novo, *per si*, ao passo que promovem uma sutura simbólica entre o passado, o ocioso, o arcaico e o moribundo, torna-se cada vez mais necessário o envolvimento dos/as historiadores/as com o trabalho, sempre a se realizar, de estranhamento e reconhecimento entre o passado e o presente. Faz-se *mister* trazer à luz do (re)conhecimento social as experiências de gerações e culturas pretéritas, de modo a propiciar a construção de subjetivações dos indivíduos referenciadas em ambiências socioculturais, modificadas pela ação dos homens no tempo, portanto pela ação da História. Este reconhecimento se coloca como condição importante para a criação paralela de vivências sociais comprometidas com o valor da vida humana.

É justamente esta preocupação que orienta o Projeto Pedagógico do Curso de História aqui apresentado. Pretende-se, com base neste documento, visto como uma resultante de intenções e entendimentos, fomentar a problematização e o desvelamento da relação entre as fissuras e tensionamentos sociais, políticos e econômicos, com as elaborações culturais, imagéticas, arquitetônicas e imaginárias, que em ponto miúdo compõem a densa urdidura do tecido da História.

Trata-se de fazer emergir da invisibilidade todos/as aqueles/as que integraram os segmentos supostamente dominados, cujas práticas culturais e políticas ameaçaram os modelos teóricos, valorativos e sociais hegemônicos. Destacamos ainda que o Projeto Pedagógico do Curso de História procura atender a um objetivo não menos importante, consubstanciado nas falas dos/as professores/as do ensino fundamental e médio que se

³ Apud TOSH, J. A Busca da História: objetivos, métodos e as tendências no estudo da História moderna. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 24.

repetem numa constante queixa acerca da ausência da História Local nos currículos escolares, no material didático e, em consequência, nas discussões em sala de aula. Sendo assim, a História se apresenta esvaziada de qualquer familiaridade, significação e importância para os estudantes. A resultante nefasta desta equação é a representação da história escolar como uma área estrangeira, com um ensino mecânico e enfadonho.

A prática do nosso grupo, descrita em páginas sempre insuficientes, parte de um entendimento de que ensinar constitui uma entrega, uma oferta de si e, também, uma busca permanente pelo outro.

Construímos cotidianamente uma relação que se compõe de comprometimento com os discentes, com as escolas, parceiras no mesmo sonho e com o ambiente que nos circunda. Comprometemo-nos, também, com os que nunca puderam estar na escola e, menos ainda, em uma universidade.

Nossa atuação se volta para a construção coletiva, e auto-reflexiva, de educadores cientes de que a prática de educar é oferecer aos educandos a possibilidade de olhar para a vida, problematizá-la e entendê-la como uma resultante conflitiva de um sem número de práticas articuladas. Educar é construir a possibilidade de compreender a urdidura destas ações, de se posicionar diante desta trama e de agir para modificá-la. Educar diz de uma artesanaria que modela pessoas valorosas para o mundo, para a natureza e para a compreensão e inclusão do outro.

O Projeto Pedagógico do Curso de História pretende respaldar o diálogo imprescindível entre o ensino, a pesquisa e a extensão, no intuito de interpelar um passado supostamente esdrúxulo e bizarro, desvelando os seus sentidos, através do reconhecimento das experiências que se prolongam no *continuum* da História, alcançando, em paralelo, as mudanças produzidas como devir histórico dotado de lógica e de sentido.

O nosso objetivo maior é construir, juntamente com o corpo discente, uma cultura acadêmica autônoma, dinâmica e crítica, voltada para a busca de um passado que permanece aguardando imóvel, submerso pelo peso de tempo e do silêncio.

5.1 Campo de Atuação:

- Instituições de ensino fundamental, médio e superior.

O curso de História está voltado, sobretudo, para a área do ensino nos diferentes níveis de atuação docente. Neste sentido, os/as estudantes são preparados/as para uma prática pedagógica que extrapola o ensino factual, acumulativo de conteúdo e/ou restrito à sala de aula. O fazer histórico, que orienta os diferentes componentes da matriz curricular do curso de História, estimula o senso crítico dos/as discentes, a reflexão sobre a história-problema (BURKE, 1997; FEBVRE, 1989), relacionando teoria-prática e passado-presente (BLOCH, 2002).

Os diferentes componentes também incentivam o desenvolvimento da interdisciplinaridade com os saberes antropológicos, geográficos, pedagógicos, artísticos, sociológicos, etc., previstos em componentes obrigatórios da matriz curricular. Além de promover uma formação em consonância com o diálogo entre os diferentes campos do conhecimento, a formação docente também promove a produção do conhecimento histórico baseado no respeito às diferenças de classe, sexo, gênero e crença, que atravessam as discussões nos diferentes componentes curriculares, especialmente, em História da África, História da Ásia, Língua Brasileira de Sinais, Introdução à Antropologia, História da Arte, História, Educação e Diversidade, além da utilização das novas linguagens digitais para o escrita e o ensino do História..

A prática de estágio à docência permite aos/as discentes do curso de História, que os conhecimentos adquiridos nos componentes curriculares possam ser experienciados nas escolas onde estagiarão, permitindo ao alunado o contato com o cotidiano e a cultura escolares (FARIA FILHO et al, 2004). Além disso, os estágios possibilitam não só a vivência no espaço escolar, mas também uma atitude investigativa (LIMA; PIMENTA, 2012), envolvendo a reflexão sobre a sua formação docente em espaços não-escolares.

Aliado à participação dos estudantes nos espaços escolares, projetos como o PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e RESPED (residência pedagógica) - incentivam o alunado à prática docente, juntamente com professores/as que atuam no ensino de História, nos níveis fundamental e médio.

Ressaltamos, também, as atividades desenvolvidas nas horas de Práticas como Componente Curricular, direcionadas para uma reflexão permanente sobre a prática do ensino e que resultam em vários formatos de produção discente, como plano de cursos, artigos, dossiês, blogs, oficinas, entre outros trabalhos.

As ações descritas acima, que extrapolam o espaço da sala de aula e o caráter meramente teórico do ensino de História, indicam que a preparação dos/as discentes e sua

atuação nos diferentes campos do/a profissional formado em História não devem prescindir da produção e transformação do conhecimento histórico.

- **Centros de pesquisa.**

Ainda que o curso de História volte-se, sobretudo, para a área da Licenciatura, nos níveis fundamental, médio e superior, ao longo dos componentes, o/a discente também é preparado para atuar na pesquisa histórica, uma vez que a dicotomia ensino-pesquisa e escola-universidade há muito foi questionada (TARDIF, 2014).

O incentivo à pesquisa, consubstanciado em vários componentes curriculares ao longo do curso, é uma prática pedagógica permanente e que constitui o processo de ensino-aprendizagem do curso de História. Além das discussões teórico-metodológicas realizadas em sala, com a produção e elaboração do projeto de pesquisa em História e do texto monográfico, os/as discentes têm a oportunidade de experienciar a pesquisa histórica na prática, por meio de estágio em arquivos locais (paróquias, cartórios, bibliotecas e outros acervos) e aulas de campo em lugares de memórias (NORA, 1993) e outras instituições históricas (CERTEAU, 2002).

A criação e o efetivo funcionamento do Laboratório de Documentação e Pesquisa Histórica do Vale do Açu – LaDHA, em 2011, que tem como objetivo auxiliar as pesquisas de discentes e docentes em História do Rio Grande do Norte, contribui para o desenvolvimento da investigação histórica, ampliando os lugares de pesquisa.

A participação nos grupos de estudo e de pesquisa, que constituem o curso de História, conforme descrito adiante neste PPC, e nos projetos de Iniciação Científica, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, possibilitam a participação dos/as discentes na produção do conhecimento histórico, compartilhado em encontros, colóquios e seminários de pesquisa regionais, estaduais e nacionais, inclusive com a apresentação de pôsteres e comunicações.

- **Arquivos e bibliotecas**

Os arquivos e bibliotecas são instituições, que compõem a prática do ensino-aprendizagem em História, na medida em que possibilitam aos/às profissionais deste campo o contato com diferentes fontes e produções históricas. Além de imprescindível no

fazer historiográfico, tais lugares aparecem como espaços de atuação profissional do historiador/a.

O/a discente do curso de História é estimulado, desde os primeiros componentes, a frequentar arquivos e bibliotecas, por meio de atividades pedagógicas cotidianas de pesquisas exploratórias em arquivos e bibliotecas locais, inclusive a Biblioteca Setorial Pe. Alfredo Simonetti, do Campus UERN/Assú. Nesse sentido, o contato contínuo com essas importantes instituições amplia o horizonte de possibilidades profissionais do/a discente.

- **Setor privado; Órgãos públicos; Organizações não-governamentais.**

Do mesmo modo que os arquivos e bibliotecas permitem a ampliação da atuação do/a historiador/a, algumas instituições privadas, públicas e não-governamentais expandem o leque de ação profissional da área de História. Os centros de memória empresariais, sindicais e comunitários, que ampliaram a noção tradicional de museu; a formação de arquivos pessoais, institucionais e comunitários, que expandiram a ideia tradicional de arquivo e os diferentes projetos de preservação, conservação e difusão de memórias individuais, coletivas, privadas e públicas lançam o desafio aos/às historiadores/as contemporâneos/as, que rompem com ideias tradicionais de ensino e pesquisa.

A matriz curricular do curso está em consonância com essas novas demandas, presentes, por exemplo, em componentes como: Arquivologia Histórica, Memória e Preservação do Patrimônio Histórico, Museologia, Museologia e Educação Patrimonial. O incentivo e a realização de aulas de campo em bibliotecas, museus, centros comunitários e outros lugares de produção de memória privada e pública, têm sido uma prática recorrente nos planejamentos pedagógicos e na condução das aulas.

Assim, atravessado pela necessidade de ensino, pesquisa e extensão e, ainda, de diálogo entre teoria-prática, passado-presente, tradição-inovação, o curso de História possibilita uma formação múltipla para que o/a profissional atue, não apenas em sala de aula, nos diferentes níveis de ensino, mas também nos novos lugares de trabalho surgidos nas últimas décadas.

5.2 Atribuições do/a profissional formado/a:

- Atuar no ensino fundamental, médio e superior.

- Atuar em projetos de pesquisas a serem desenvolvidos em nível de aperfeiçoamento e pós-graduação.
- Coordenar centros de apoio à pesquisa, arquivos, centros de memória e de documentação.
- Planejar, orientar e supervisionar projetos de preservação da memória (indústrias, instituições e entidades sociais, culturais, sindicais, etc).

5.3 Metodologia

Este Projeto Pedagógico do Curso foi elaborado ao término de várias discussões, incluindo os/as professores/as do Departamento de História do Campus de Assú e Campus Central, representações estudantis e professor/a da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG). Ele foi planejado na tentativa de dar respostas às atuais necessidades de nosso tempo, levando em conta as condições reais, as especificidades do curso de História no meio em que se insere, norteando-se pelo lugar que a universidade pública brasileira tem procurado ocupar na sociedade, e, finalmente, pelas características do campo teórico-metodológico em que se situa hoje a disciplina História, nas dimensões da pesquisa e do ensino.

Mais do que uma exigência institucional, ele procura responder a uma necessidade de reorientação exigida pelo próprio curso de História. O Projeto expressa a síntese de visões de mundo, posicionamentos teóricos, concepções da disciplina e de processo de ensino-aprendizagem, que se confrontaram nas discussões coletivas.

O currículo em vigor reúne somente a modalidade da Licenciatura. A carga horária total do curso é de 3.890 horas, em regime de créditos, devendo o/a discente integralizar 220 créditos (3.300 horas), mais 200 horas de atividades extracurriculares, além de 26 créditos (390 horas) de atividades curriculares de extensão, em tempo mínimo de quatro anos e meio, tempo médio de cinco anos e meio, e tempo máximo de sete anos. O curso é oferecido no turno noturno, ofertando 40 vagas para entrada via Enem/SISU, totalizando, assim, uma entrada de 40 estudantes por ano, o que resulta, atualmente, no total de 149 discentes matriculados/as.

No decorrer do curso o/a licenciando/a cumpre duas exigências básicas: depois de cursar as disciplinas de uma matriz comum, e para atender às exigências da disciplina Monografia, ele/ela deve elaborar uma monografia, sob orientação de um/a professor/a. Deve realizar também estágio obrigatório supervisionado fora da Universidade, como cumprimento

da exigência das disciplinas de Orientação Teórico-Methodológica e Estágio Supervisionado (I, II, III).

6. PRINCÍPIOS FORMADORES E METODOLÓGICOS DO CURSO

O ensino de História não pode se definir, como em tempos passados, simplesmente pela transmissão de um saber retórico. Da mesma forma como este Projeto Pedagógico do Curso será contrário a esse tipo de transmissão, ele também será igualmente contrário ao modelo tecnocrático, em emergência, que visa, acima de tudo, à formação de mão-de-obra para atender as demandas exclusivamente do mercado.

Na avaliação do papel da universidade frente ao conhecimento social, devemos nos lembrar que:

(...) por não estar limitada pelas injunções do mercado é que a universidade pública pode cumprir o seu papel histórico e social de produção e disseminação do conhecimento, e também manter com a cultura uma relação de reflexão que foge aos moldes do compromisso imediatamente definido pelas pressões de demanda e de consumo.⁴

Durante a formação dos seus profissionais, o Curso de História refletirá a posição que a universidade pública deve ocupar no mundo hoje: um lugar que repele, por um lado, a formação retórica, pouco crítica, e, por outro, o tecnocratismo subordinado aos caprichos de um mercado que, pelo menos em alguns campos do conhecimento, se revela interessado por introduzir sua lógica nos currículos do ensino universitário.

Um pensamento universitário, crítico, criador, transformador, deve se voltar para a indagação a respeito de como as culturas locais podem definir o seu posicionamento no mundo contemporâneo, uma indagação que diz respeito, sensivelmente, ao/a historiador/a e à matéria com que lida, ou seja, o indivíduo e a sociedade.

No âmbito da universidade brasileira, o tema foi tratado em 1999, durante o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, que externou a convicção na necessária “incorporação do conhecimento e da prática tecno-científica no espectro de valores humanísticos, de modo que a dinâmica e realização se desloque em um eixo em que ciência e técnica se apresentem apenas como meio ou dispositivo, mas, principalmente, como um modo específico de inserção na realidade, como uma das formas do homem agir e interagir no

⁴ SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. Estudos Avançados, V.15, N.42, p. 299, 2001.

mundo”.⁵

Cabe aqui refletir sobre as formas de inserção cultural dos indivíduos na sociedade e de sua realização através do trabalho como conhecimento e transformação. Num mundo em que as individualidades têm de conviver sob a pressão da fragmentação promovida ou acelerada pelo domínio das tecnologias que percorrem nossa vida em todos os planos, um mundo caracterizado por um pensador como “economicamente globalizado e culturalmente fragmentado”⁶, erguido sobre aquele “vazio social e político”, marcado pela ausência das mediações sociais, impõe-se a conclusão de que “as culturas com sua diversidade apenas podem ser reconstruídas pelo esforço de cada indivíduo ou grupo para reencontrar sua autonomia, sua capacidade de associar valores e práticas, sua participação no mundo das técnicas e dos mercados e pela manutenção de sua identidade e de sua memória culturais”.⁷ É nesse cruzamento que podemos localizar o ponto da atuação do/a historiador/a.

O conhecimento histórico, nos últimos anos, teve transformadas suas bases teóricas e metodológicas, o que acompanhou e ao mesmo tempo se refletiu nas concepções e práticas pedagógicas. Desse modo, as lutas dos/as historiadores/as enquanto seres políticos assumem o compromisso de compreender e dar respostas satisfatórias às perguntas do tempo e da sociedade em que vivemos.

Nesse ponto é necessário colocar em questão as concepções tradicionais de ciência e de ensino, bem como as práticas pedagógicas exercidas dentro da universidade, abandonando o postulado da existência de duas etapas rigorosamente separadas: a produção e a sua transmissão. Devemos buscar reatar a unidade, separada pela visão e pela prática elitista, que fragmenta o conhecimento nas instâncias do fazer e do ensinar, e reafirmar o compromisso social a que esse conhecimento deve se ligar. Note-se que essa concepção que advoga a separação entre os produtores de conhecimento e os que transmitem esse conhecimento não deixa de estar ligada ao aforismo bastante difundido, preconceituoso e danoso à educação brasileira, segundo o qual “quem sabe faz, quem não sabe ensina”.

Uma das estratégias de execução desse princípio está naquilo que tem sido designado como “flexibilização curricular”, garantindo situações que propiciem formação adequada ao discente visando a uma atuação profissional num mercado de trabalho, facultando-lhe, durante o curso, e não apenas no final, a oportunidade dos estágios junto a comunidades, escolas,

⁵ Do pessimismo da razão para o otimismo da vontade: referências para a construção dos projetos pedagógicos nas IES brasileiras. In: FORUM dos Pró-reitores de graduação das universidades brasileiras. Curitiba, Outubro 1999, Comissão de redação. Disponível em: <http://www.unicamp.br/projetopedagogico.html>.

⁶ TOURAINE, Alain. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático. Florianópolis: Edusc, 1998, p. 65.

⁷ Idem, p. 64.

empresas, mediante o devido acompanhamento e com aproveitamento de créditos em seu currículo. Nesse ponto, a Extensão revela o papel importante que pode desempenhar. Mais do que estágios episódicos, a Extensão, compreendida como aquele instrumento que se tem designado de Atividade Curricular em Comunidade (ACC), adotada pela UERN, é definida como um componente curricular que:

(...) constitui um processo educativo, cultural e científico, em que estudantes/professor (...), em parceria com grupos comunitários, desenvolverão experiências de extensão, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade e sobre alternativas de transformação. Nesse sentido, caracteriza-se como uma atividade pedagógica de articulação ensino/pesquisa e sociedade e de formação da cidadania profissional dos estudantes.⁸

Essa abertura tem em mira também estabelecer e fortalecer o seu compromisso com o envolvimento do/a discente com a sociedade. Articulando o Ensino e a Pesquisa dentro da Extensão, a universidade projeta-se até a comunidade, gerando um saber enriquecido com a experiência extra acadêmica: um saber que é difundido junto a grupos específicos, e que enriquece a reflexão teórica em contato com outras formas de conhecimento e o pensamento de outros sujeitos. Enfatize-se a importante adoção da curricularização da Extensão pela UERN, o que propiciará a verticalização das ações e o desdobramento de suas atividades entre discentes e comunidade

Trata-se de um saber que, espera-se, modifique a prática do/a discente no sentido de colocá-lo/a em contato com a realidade na qual poderá atuar depois de formado/a, um saber construído de modo coletivo, pela absorção de experiências locais de comunidades, cotejando o saber acadêmico com o saber da tradição, tudo isso articulado à reflexão criadora que integra a tarefa do/a historiador/a à do/a professor/a.

Essa concepção se encaixa perfeitamente com a face crítica do trabalho do/a historiador/a, seja no exercício da pesquisa ou do ensino. Sendo sua matéria a sociedade humana, a disciplina história deve mostrar-se especialmente sensível para apreender os movimentos sociais.

Essa sensibilidade tem se refletido nas respostas positivas que a disciplina, muito particularmente no âmbito acadêmico, tem oferecido ao dilatar seu campo de atividades através do diálogo criativo com outras disciplinas. Por meio desse contato, hoje os/as

⁸ PROPOSTA de criação de Atividade Curricular em Comunidade (ACC). Universidade Federal da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão, 2002, p. 2.

historiadores/as se encontram mais equipados para indagar a respeito das questões epistemológicas que envolvem o fazer histórico, consumando-se a destruição de toda ilusão positivista de que o esforço teórico do/a historiador/a residia na verificação da autenticidade das fontes históricas. O/a historiador/a hoje precisa estar familiarizado/a com metodologias que lhe permitam pensar a respeito da memória dos grupos sociais e lidar com diferentes linguagens pelas quais falam outros sujeitos.

As novas perspectivas no campo documental e metodológico que se abriram para a História nas últimas décadas foram acompanhadas pela tomada de consciência, por parte dos/as historiadores/as, dos processos nos quais seu ofício está envolvido, incluindo as lutas sociais e a reivindicação de direitos sociais, de grupos, de indivíduos, de etnias, emergência da força das identidades coletivas como elemento de sustentação dos grupos humanos.⁹

Essas novas perspectivas dizem respeito ao compromisso social do/a historiador/a, uma vez que, numa sociedade desigual, o/a historiador/a eleva, ao incorporar certos indivíduos, grupos ou classes a sujeitos da história, sagra-os como portadores de um saber, admitindo a validade de sua visão de mundo no conjunto dos grupos sociais. Do mesmo modo, ele pode adotar uma versão única da História, transmitindo-a aos/as discentes, às vezes inadvertidamente, reproduzindo assim o discurso de um grupo social específico, em geral aquele ligado às estruturas de poder dominante.¹⁰

Por isso, cumpre ao curso de História possibilitar ao/à graduando/a familiarizar-se minimamente com os debates acerca do conhecimento histórico, da construção do fato, dos mecanismos seletivos e classificatórios que intervêm na escolha das fontes, e sua repercussão social, na medida em que o/a historiador/a opera uma seleção de quem são os grupos dignos de figurar como personagens da história, de terem, assim, sua memória sublinhada ou confrontada com outras memórias.¹¹

A necessidade que historiadores/as sentem, na pesquisa e no ensino, de ampliar os suportes de experiência social, se satisfaz, em grande medida, incorporando a seu plano de

⁹ Para uma visão panorâmica das transformações das duas últimas décadas, na historiografia internacional, ver PERROT, Michelle. Os excluídos da História. São Paulo: Paz e Terra, 1988; LE GOFF, Jacques. A História nova. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Na historiografia brasileira, ver MELLO E SOUZA, Laura de. Desclassificados do ouro. Rio de Janeiro: GRAAL, 1986 e DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹⁰ Sobre o assunto, dentro da vasta bibliografia, ver, por exemplo, FERRO, Marc. Como se cuenta la Historia a los niños em el mundo entero, 1990; SILVA, Marcos A da. (Org.) Repensando a História. São Paulo: Marco Zero, 1984.

¹¹ Na rica bibliografia sobre o tratamento da questão da memória no domínio da História Social, podemos mencionar BENJAMIM, Walter. Obras escolhidas. V. 3: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989; BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 e THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

estudos objetos novos como o patrimônio (incluindo aí o patrimônio histórico, urbano, documental etc.), em suas articulações com a comunidade, museus, arquivos, escolas, universidade, todos eles campos de experiências situados no cruzamento da pesquisa, do ensino e da socialização do conhecimento.¹² É essa ampliação que permite, inclusive, articular a História ao campo da memória, pois

“Além de possibilitar uma relação com diferentes suportes das experiências sociais que não os reduz à condição de matérias-primas, uma vez que os encara no processo de definições de identidades e produções de memórias, aquela articulação contribui para o debate sobre a própria noção de fonte histórica de forma ilimitada: ao pensar na constituição de lugares, símbolos e formas de memória, o historiador/a/professor/a/aluno abandonará o ilusório conforto da documentação escrita, muito mais restrita ao universo social dominante (...)”¹³”

Diversamente, o conhecimento deve ser entendido como uma construção, uma elaboração intelectual, o resultado de um fazer histórico, uma “operação histórica” que parte de um lugar de onde anuncia o/a historiador/a o seu discurso.¹⁴

O conhecimento histórico não deve ser concebido como uma operação de coleta e organização de fatos objetivos, por um/a historiador/a que pretende toda objetividade na relação com seu objeto de conhecimento, mas como construções cuja operação é preciso levar o/a graduando/a a desvendar, como parte de estimular uma postura ativa diante da pesquisa, da construção do conhecimento e das discussões referentes à sua transmissão.¹⁵ Superar essa tendência carregada de ressonância positivista no ensino universitário de história requer, nas palavras de uma autora, “a realização na sala de aula da própria atividade do/a historiador/a, a articulação entre elementos constitutivos do fazer histórico e do fazer pedagógico.”¹⁶

Nessa perspectiva, postulamos a adoção, na prática pedagógica dos/as professores/as, em vez de uma história factual, ordenada num encadeamento linear, uma história-problema, uma concepção de história que parta não do desfile cronológico dos eventos na cadeia das causas-consequências, mas de problematizações articuladas e mediadas por conceitos, confrontados no desafio das fontes históricas, sendo estas compreendidas, por sua vez, como

¹² Ver BITTENCOURT, Circe (Org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.

¹³ SILVA, Marcos A. História: o prazer em ensino e pesquisa, p. 71-72.

¹⁴ Sobre o assunto, ver, por exemplo, CERTEAU, Michel de. A escrita da História, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. cap. 2 A operação historiográfica.

¹⁵ Ver, por exemplo, VEYNE, Paul. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Brasília: UnB, 1998.

¹⁶ SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor/a de História e o cotidiano da sala de aula In: BITTENCOURT, C. (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998, p. 59.

elaborações historicamente situadas.¹⁷

Adotar essa concepção de história significa introduzir o/a graduando/a na reflexão metodológica sobre o ofício do/a historiador/a, instruí-los/as no contato com as fontes, dissolver posturas pré-estabelecidas, suspeita dos modelos universais e das verdades fixas. Significa adotar uma compreensão da sociedade humana em sua complexidade, seu movimento, suas tensões, continuidades e rupturas e na sua capacidade de desafiar conceitos demasiadamente rígidos.

7. DIAGNÓSTICO DO CURSO

O curso de História do Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão (CAA) tem cumprido um importante papel na microrregião do Vale do Açú e adjacências. Formado inicialmente como um curso essencialmente voltado para a formação de professores/as, o curso na última década tem desenvolvido um conjunto de atividades acadêmicas no campo da pesquisa e extensão que tem propiciado não só uma melhora do ensino de graduação, mas um aumento na produção de conhecimento, através da pesquisa, e uma maior interação com a comunidade, através da extensão, e com a rede básica de ensino, através dos cursos de educação continuada.

Como outro fator positivo a considerar, está a coleta dos bons frutos de uma política de qualificação docente, ainda em curso, posta em execução, com muito esforço, nos últimos anos, que têm contribuído para incrementar o interesse pela pesquisa, resultando num aumento quantitativo e qualitativo da produção acadêmica.

Nos últimos quatro anos já é possível observar bons frutos colhidos a partir do desenvolvimento da pesquisa no curso. Vários/as professores/as possuem projetos de pesquisa que contam com a participação de estudantes. Essa participação nos projetos, além de uma política departamental de fortalecimento das monografias, tem gerado um bom número de trabalhos monográficos com qualidade superior. Um próximo passo é fortalecer o encaminhamento dos/as nossos/as discentes para programas de mestrado.

O fortalecimento da monografia e da defesa pública aproxima os/as estudantes no uso de fontes de pesquisa que não se restrinjam a uma bibliografia de livros de História, possibilitando o contato do/a profissional com um universo em todas as possibilidades de

¹⁷ Sobre isso, ver, por exemplo, BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

pesquisa que se abre para o/a historiador/a, notadamente a pesquisa em fontes como jornais, relatórios de governo, atas de governos, séries estatísticas, depoimentos orais ou vestígios materiais (arqueológicos), dentre outros.

Atualmente, os/as discentes têm realizando estágios em instituições como museus, arquivos (DNOCs, Fórum, Paróquia, Cartórios, Rádio, Jornais) e bibliotecas, além dos estágios que acontecem nas escolas da rede pública de ensino do Rio Grande do Norte, no ensino fundamental e médio.

Por outro lado, é preciso reconhecer a situação sócio-profissional dos/as discentes que atualmente ingressam no curso de História. O turno noturno concentra, tradicionalmente, estudantes que trabalham a jornada manhã-tarde. Para uma boa parte dos/as estudantes há pouco tempo para realização de atividades fora do horário de aula, o que dificulta estágios em período extra-classe, ou seja, de manhã e de tarde. Daí decorre que, pelas dificuldades de estágio no período diurno, os/as graduandos/as do curso noturno sofrem grandes entraves no que toca à sua formação de pesquisadores.

Na atual situação do Departamento de História, o diagnóstico não poderia deixar de mencionar uma das principais perspectivas para médio prazo; a saber, o aumento de investimentos para o fortalecimento da pós-graduação *latu sensu* de especialização em História do curso, buscando atender a uma grande demanda que reúne egressos do curso de História, profissionais da rede pública e privada, desejosos de aperfeiçoar seus estudos, seja na pesquisa, seja no ensino. Nessa perspectiva, foram ofertadas duas edições de especialização em História do Brasil República (2002-2003 e 2004-2005), a partir de 2005 foi ofertada a especialização em Geo-História que já conta com três edições (2005-2007, 2009-2010 e 2011-2012), atualmente foi aprovado nas instâncias da Universidade uma nova Especialização em Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

É visível no curso uma crescente motivação dos/as estudantes pela pesquisa e pelo ensino. Isso se deve não apenas a iniciativas pedagógicas estimulantes, como também das oportunidades de participação dos/as discentes em grupos de estudo, em projetos de pesquisa de professores/as do Departamento de História ou de outros departamentos, com bolsas de iniciação à pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa/CNPq/Pibic, PIBID ou na iniciação à docência, como monitores.

8. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Licenciatura Plena em História tem por objetivo fundamental a formação de professores/as para o ensino da Educação Básica em História, partindo da necessidade de conhecimentos mais genéricos na sua área de saber, ou seja, o estudo das ciências humanas.

8.1 Objetivo Geral

Propiciar ao/a graduando/a, tanto no âmbito do ensino como da pesquisa, os fundamentos teóricos e metodológicos da História, formando-o/a numa compreensão do conhecimento com ênfase na investigação e no compromisso com a sociedade.

8.2 Objetivos Específicos:

- Fortalecer a formação do/a professor/a com desempenho pedagógico fundamentado no conhecimento e na investigação voltados para a formação de cidadãos críticos;
- Ressaltar a importância da História como ciência integrada ao conjunto das Ciências Sociais, com as quais se relaciona de diferentes maneiras;
- Analisar criticamente o processo de desenvolvimento da sociedade, a qual impõe uma participação mais ativa do Curso de História no contexto Político, Econômico, Social Contemporâneo;
- Proporcionar ao profissional de História, embasamento teórico-metodológico que o qualifique para atividades de ensino e pesquisa, através da compreensão e interpretação dos fatos históricos;
- Permitir ao/a graduado/a em História um conhecimento que facilite a análise crítica, comparação e interpretação dos fatos do passado e do presente.

9. PERFIL DO/A PROFISSIONAL DE HISTÓRIA

O/a profissional em história deve construir uma visão abrangente do mundo contemporâneo, numa perspectiva crítica e comprometida com a realidade social. Deverá ser um/a educador/a com conhecimento profundo e complexo de sua área de formação, para intervir no contexto social no qual está inserido.

O/a profissional formado/a no curso de História da UERN deverá aliar ao domínio técnico (que inclui o conhecimento teórico, metodológico necessário à produção do conhecimento e a sua transmissão) a percepção de que ao ensinar e pesquisar História, ele/ela deve considerar os laços que associam o passado e o presente, não no sentido de uma continuidade linear, mas no sentido de que o passado é permanentemente apropriado, reescrito, esquecido ou enfatizado em função das lutas sociais travadas no presente.

Daí o interesse que esse/a profissional deve demonstrar a respeito das formas de escrita e transmissão de imagens do passado. É esse interesse que caracteriza, antes de tudo, o posicionamento crítico que esse/a historiador/a deve manter, seja na pesquisa, seja no ensino.

Tanto na pesquisa como no ensino, o/a profissional deve ter em mira a percepção da dinâmica do mundo contemporâneo, das diversidades, das tensões sociais, das mudanças e permanências na sociedade, fazendo da História uma disciplina que se liga diretamente à reflexão sobre as identidades sociais, ao reconhecimento das contradições e das tensões sociais, difundindo esse conhecimento através tanto da escola como do ensino informal.

Cabe, portanto ao/à profissional de História pesquisar e interpretar continuamente os acontecimentos passados e presentes, assim como as condições econômicas, culturais e sociais que lhes deram origem. Formar um/a profissional com uma visão de mundo moderna, numa perspectiva crítica e comprometida com a realidade social, com um perfil de educador/a detentor/a de um conhecimento profundo e reflexivo de sua área de formação, para intervir no contexto social no qual está inserido.

Esse/a profissional deve ter uma visão crítica, criativa e flexível do fenômeno social e do indivíduo como ser histórico. Como profissional de História, em qualquer atividade a que se dedique, deve possuir uma compreensão de totalidade do mundo em que estão inseridos os indivíduos, seja a personagem histórica, seja o/a estudante, situando-os/as como seres mergulhados na complexidade dos seus vínculos sociais, geográficos, políticos, psicológicos, artísticos e culturais.

9.1 Perfil do/a Egresso/a

O/a egresso/a em História formado/a pela UERN deverá:

- Conceber a História de modo crítico e criativo, a partir de relações sociais dinâmicas, ligadas ao mundo com o qual o indivíduo interage, na sua dimensão do passado como do presente, tendo pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão;
- Estar apto/a a suprir demandas sociais relativas ao conhecimento histórico voltadas para especificamente para o ensino na educação básica, além de atividades culturais relacionadas com museus, preservação do patrimônio e da pesquisa histórica;
- Perceber os indivíduos na sua diversidade, de classes, de etnias, de culturas, estimulando o/a educando/a a compreender de modo crítico as relações sociais;
- Estimular o/a educando/a à situar-se como agente histórico e como ser integrado a uma comunidade humana, auxiliando-o a reconhecer e estreitar seus vínculos com a comunidade em que está inserido;
- Estimular a atividade da pesquisa na escola, nas suas diversas possibilidades, incluindo aí o trabalho na intersecção com outras disciplinas;
- Adotar posição permanentemente indagadora e aberta à experiência a respeito de seus métodos de avaliação de aprendizagem e de ensino;
- Mostrar-se capaz de incluir como apoio no processo de ensino-aprendizagem o uso de tecnologias como a internet, o cinema e o vídeo;
- Manter-se inteirado a respeito dos rumos que a disciplina toma atualmente, no plano teórico e da pesquisa efetiva, quanto às novas problemáticas, métodos e abordagens;
- Demonstrar postura ética na profissão, a que deve somar-se, como educador/a, o

compromisso com a formação do/a educando/a, na sua totalidade indissociável de ser intelectual e ser humano.

10. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Na formação do/a licenciado/a em História, deverão predominar a formação sobre a informação, os instrumentos sobre o factual. De forma mais direta: as habilidades e competências sobre o conteúdo.

Na verdade, o que se postula neste Projeto Pedagógico do Curso é a “competência questionadora reconstrutiva”.¹⁸ A noção de competência adotada aqui é aquela formulada por Perrenoud: “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”.¹⁹ Em outras palavras, a competência,

“Enquanto capacidade complexa manifestada na prática, representa uma estrutura dinâmica e organizada do pensamento que permite analisar, avaliar e compreender o contexto no qual o indivíduo age. Permite decidir, utilizar, modificar e mobilizar os recursos disponíveis para resolver, com sucesso, determinados problemas reais da prática profissional. Faz-se necessário, nesse caso, considerar que o agir do indivíduo numa esfera dada de sua atividade, sem apenas fazer uso de meras respostas automáticas ou de rotina.”²⁰

Em qualquer esfera em que atue, o/a profissional de História deve observar o princípio de que a realidade social, suas formações, seus movimentos, não se deixam enquadrar em explicações baseadas em noções demasiado rígidas, nem em leis inexoráveis, nem em reducionismos dogmáticos. Dessa forma, ele deve adotar atitudes que lhe facilitem enfrentar o inesperado, as variações, a flexibilidade.

Isso exige que, na sua prática profissional, como competência geral o/a profissional de História, tanto na pesquisa, quanto na prática pedagógica, deve mostrar-se preparado para enfrentar os desafios que o ato de ensinar impõe no cotidiano do/a professor/a, mantendo um permanente diálogo entre o saber e a intervenção dos indivíduos na produção e apropriação desse saber.

¹⁸ DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas/SP: Autores Associados, 1996, p. 55.

¹⁹ PERRENOUD, Philippe. 10 Novas competências para ensinar. São Paulo: Artmed, 2000, p.7.

²⁰ NUNES, Isauro Beltrán; RAMALHO, Betânia Leite. Competência: uma reflexão sobre o seu sentido. O sentido das competências no projeto político-pedagógico. Pró-Reitoria de Graduação da UFRN, p. 19. (Coleção Pedagógica, n. 3).

Tanto no conhecimento teórico, como no exercício pedagógico, ele deve ser apto para encontrar soluções além dos princípios rígidos, das fórmulas excessivamente confiantes numa racionalidade que tudo explica. A criatividade, a abertura para responder à diversidade das situações, deve ser a marca presente na ação do pesquisador e do professor/a de História, que têm como objeto de estudo a sociedade humana, os seres humanos, como agentes ou como objeto do processo ensino-aprendizagem.

10.1 Competências e Habilidades do Egresso

- Atuar no ensino de História, entendendo-o não como mera transmissão do conhecimento, mas como construção do conhecimento;
- Usar o material didático em sala de aula de modo crítico e criativo, produzindo esse material, através da pesquisa, quando necessário.
- Domínio dos conteúdos históricos, métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transmissão do conhecimento nos diferentes níveis de ensino;
- Estar habilitado a fazer uso das tecnologias audiovisuais de apoio ao processo ensino-aprendizagem;
- Introduzir na prática pedagógica os conteúdos históricos, selecionando-os e associando-os ao universo cultural no qual os estudantes estão inseridos;
- Reconhecer as especificidades culturais e individuais dos estudantes, adequando a elas os conteúdos e as abordagens;
- Compreender a História como um campo de conhecimento relacionado com outras formas de conhecimento e apreensão do mundo, seja no domínio da ciência, da arte ou do senso comum;
- Atuar em atividades pedagógicas em comunidades e organizações, no âmbito da educação

não formal;

- Promover a articulação e integração entre os saberes e processos investigativos dos diversos campos do conhecimento, visando à formação do cidadão;

10.2 Princípios Formativos

O universo da História enquanto ofício e prática epistemológica se constitui a partir de uma articulação entre as diversas possibilidades teóricas que norteiam a produção de saberes historiográficos através da pesquisa e da reflexão; seu ensino, através do acionamento de uma didática da História capaz de interagir com a dinamicidade investigativa e atuante no âmbito da educação, por meio do desenvolvimento de uma consciência histórica interativa com uma historicidade mais ampla; bem como com os processos educativos, notadamente àqueles que se voltam a uma educação histórica em ambientes escolares e não escolares; a gestão de espaços de memória e a produção de saberes historiográficos.

A licenciatura em História enquanto uma formação voltada prioritariamente para a docência, o faz de forma articulada com a pesquisa que deve levar à produção de saberes capazes de se constituírem como novas possibilidades para a didática da História de modo a se estabelecer fluxo constante entre os saberes produzidos pela Universidade e o ensino de História que se desenvolve tanto em espaços escolares como não escolares. Voltando-se sempre para uma perspectiva ampla da construção da cidadania com a qual o ofício do/a historiador/a/a está comprometido. É neste sentido que o Curso de Licenciatura em História do Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão lança mão dos princípios formativos voltados à promoção da cidadania ampla e irrestrita. A saber:

- Sólida formação teórica, inter e transdisciplinar inscrita no âmbito da epistemologia da História e na sua relação com a historicidade na qual se inscreve, considerando a influência dos aspectos políticos e sociais, promovendo a articulação e domínio dos saberes para a compreensão crítica dos processos históricos, em especial àqueles que forjam a sociedade brasileira;
- Interação teoria e prática, capaz de fazer do conhecimento produzido um elemento voltado à *práxis* social emancipadora;

- Ação educativa de uma didática da História, como elemento inerente ao trabalho do/a historiador/a/a, tendo à docência como alicerce de formação profissional;
- A pesquisa como princípio formativo e epistemológico, eixo da organização e desenvolvimento do currículo;
- Gestão democrática e trabalho coletivo como base para a organização do trabalho pedagógico em contextos educativos escolares e não-escolares;
- Compromisso social, ético, político e epistemológicos do/a profissional da História, voltado à formação humana e referenciada na concepção sócio-histórica da educação e nas lutas desses profissionais articuladas com os movimentos sociais; articulação entre a formação inicial e a continuada do/a profissional da educação;
- Promoção da diversidade humana como direito à existência e mecanismo de construção de cidadania ampla e irrestrita, através do enfrentamento dos preconceitos, notadamente aqueles inspirados nos racismos, no sexismo, na LGBTfobia e no machismo;
- Avaliação permanente e contínua dos processos de formação.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Introdução

A estrutura curricular deste Projeto Pedagógico do Curso está direcionada para a Licenciatura Plena, tornando apto o/a profissional em História para atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecida no turno noturno.

O currículo a seguir é fruto de um conjunto de demandas de atualização de cunho pedagógico e legal, com alterações significativas no desenho curricular do curso e na complementação da sua proposta pedagógica. Está assentado na necessidade de uma contínua reflexão e reelaboração de novas práticas e mediações pedagógicas, aliadas ao rigor científico e acadêmico no campo da história, fortalecendo o diálogo interdisciplinar, o diálogo com a comunidade e a responsabilidade social.

11.1 Estrutura Geral do Curso

11.1.1 Licenciatura - Estrutura Curricular

O currículo do curso de graduação em História na modalidade de licenciatura dispõe de uma carga horária de 3.890 (três mil, oitocentas e noventa horas) horas. Para obter o grau de Licenciado(a) em História, o(a) discente deverá integralizar 246 (duzentos e quarenta e seis) créditos correspondentes a: 48 (quarenta e oito) créditos destinados à base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais (GRUPO I)²¹, 112 (cento e doze) créditos destinados à a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas e interdisciplinares, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e para o domínio pedagógico desses conteúdos (GRUPO II)²², 27 (vinte e sete) créditos de Prática como Componente Curricular, mais 27 (vinte e sete) créditos de Estágio Supervisionado (GRUPO III)²³ e 26 (vinte e seis) créditos

²¹ Conforme RESOLUÇÃO CNE/CP N ° 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

²² Idem.

²³ Idem.

destinados às atividades de extensão universitária (UCEs – Unidades Curriculares de Extensão)²⁴, além de 200 (duzentas) horas de Atividades Complementares, totalizando 3.890 (três mil, oitocentos e noventa) horas de efetivo trabalho acadêmico em um período mínimo de 4 anos e meio letivos (9 períodos/semestres) e máximo de 7 anos letivos (14 períodos/semestres), com tempo médio de 5 anos e meio letivos.

§ 1º Das 3.890 (três mil, oitocentos e noventa) horas que compõem o currículo pleno, 405 (quatrocentas e cinco) horas são destinadas às atividades de Estágio Supervisionado.

§ 2º Das 3.890 (três mil, oitocentos e noventa) horas que compõem o currículo pleno, 405 (quatrocentas e cinco) horas são de Prática como Componente Curricular (PCC).

§ 3º Das 3.890 (três mil, oitocentos e noventa) horas que compõem o currículo pleno, 200 (duzentas) horas são de atividades complementares (acadêmicas, científicas e culturais).

§ 4º Das 3.890 (três mil, oitocentos e noventa) horas que compõem o currículo pleno, 390 (trezentas e noventa) horas são destinadas às Unidades Curriculares de Extensão (UCEs).

§ 5º Das 3.890 (três mil, oitocentos e noventa) horas que compõem o currículo pleno, 2.490 (dois mil, quatrocentas e noventa) horas são de conteúdos curriculares de natureza científico-cultural e pedagógica.

O currículo do Curso de Graduação em História, na modalidade de Licenciatura, sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação do/a profissional de História, quais sejam:

I - Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da História, para compreensão do ser social historicamente situado no processo contraditório de desenvolvimento das sociedades humanas;

II - Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da sociedade brasileira, compreendendo as particularidades que caracterizam a inserção do Brasil no processo de

²⁴ Conforme legislação vigente, a saber: Plano Nacional de Educação de 2014; Resolução MEC / CNE / CP, nº2 de 1º de julho de 2015; Resolução MEC / CNE / CES, nº7 de 18 de dezembro de 2018; PDI UERN 2016/2026; Resolução Nº 14/2017 – CONSEPE – UERN e Resolução Nº 25/2017 – CONSEPE – UERN.

desenvolvimento econômico e social nos aspectos locais e regionais e o significado da disciplina histórica como profissão institucionalizada no contexto de ampliação da intervenção do Estado. Este, através das suas funções sócio-institucionais nas esferas públicas e privadas, atua como mecanismo de controle político-social da força de trabalho, remetendo, ainda, à ressignificação do caráter de atuação profissional da História frente às novas interfaces da questão social, expressas na precariedade e vulnerabilidade das novas configurações do mundo do trabalho;

III - Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, compreendendo todos os elementos constitutivos da História como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em História e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos da História e dos processos de trabalho em que se inserem, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais para o exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei.

12. ESTRUTURA CURRICULAR - LICENCIATURA²⁵

PRIMEIRO PERÍODO

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
	Introdução aos Estudos Históricos		04	04h	X				60h
	História das Sociedades Ágrafas		05	04h	X	X	15h		75h
0301049-1	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação		04	04h	X				60h
0702037-1	Fundamentos da Filosofia		04	04h	X				60h
	Metodologia do Trabalho Acadêmico		04	04h	X				60h

SEGUNDO PERÍODO

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
	História Antiga I		05	04h	X	X	15h		75h
	Teoria da História I	Introdução aos Estudos Históricos	04	04h	X				60h
0301048-1	Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação		04	04h	X				60h
0401089-1	LIBRAS		04	04h	X				60h
0701019-1	Introdução à Antropologia		04	04h	X				60h

TERCEIRO PERÍODO

²⁵ CR= Créditos / CH= Carga Horária / PCC= Prática como Componente Curricular / PE= Prática de Estágio.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
	Teoria da História II	Teoria da História I	04	04h	X				60h
	História e Historiografia da Educação Brasileira		05	04h	X	X	15h		75h
	História da América I		05	04h	X	X	15h		75h
	Metodologia do Ensino da História I		05	04h	X	X	15h		75h
	História Antiga II		03	02h	X	X	15h		45h
	UCE		08			X			120h

QUARTO PERÍODO

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
	História da América II		05	04	X	X	15h		75h
	História do Brasil I		05	04	X	X	15h		75h
	História Medieval		05	04	X	X	15h		75h
	Metodologia do Ensino da História II		05	04	X	X	15h		75h
	História da Arte		03	02	X	X	15		45h
	UCE		09			X			135h

QUINTO PERÍODO

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
	História do Brasil II		05	04	X	X	15h		75h
	História Moderna		05	04	X	X	15h		75h

0301071-1	Estrutura e funcionamento da educação básica		04	04	X				60h
	Oficina de Ensino da História I		05	04	X	X	15h		75h
0301041-1	Psicologia Aplicada à Educação		04	04	X				60h

SEXTO PERÍODO

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
	História do Brasil III		05	04	X	X	15h		75h
	História Contemporânea I		05	04	X	X	15h		75h
	História, Educação e Diversidade		05	04	X	X	15h		75h
	Oficina de Ensino da História II		05	04	X	X	15h		75h
	Orientação teórico-metodológica e estágio supervisionado I		11	02	X	X		135h	165h
	Optativa I		02	02	X				30h

SÉTIMO PERÍODO

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
	História do Brasil IV		05	04	X	X	15h		75h
	História Contemporânea II		05	04	X	X	15h		75h
	História do Rio Grande do Norte I		05	04	X	X	15h		75h
	Oficina de		05	04	X	X	15h		75h

	Ensino da História III								
	Orientação teórico-metodológica e estágio supervisionado II	Orientação teórico-metodológica e estágio supervisionado I	11	02	X	X		135h	165h
	Optativa II		02	02	X				30h

OITAVO PERÍODO

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
	História do Brasil V		03	02	X	X	15h		45h
	História Contemporânea III		03	02	X	X	15h		45h
	História do Rio Grande do Norte II		05	04	X	X	15h		75h
	Historiografia		05	04	X	X	15h		75h
	Projeto de Pesquisa em História		04	02	X	X			60h
	Orientação teórico-metodológica e estágio supervisionado III	Orient. teórico-met. e estágio supervisionado II	11	02	X	X		135h	165h

NONO PERÍODO

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
	História da África		05	04	X	X	15h		75h
0703031-1	Geografia Humana e Econômica		04	04	X				60h
	Monografia	Projeto de Pesquisa em História	04	02	X	X			60h
	UCE		09			X			135h

12.1 Atividades da Prática como Componente Curricular

A Resolução CNE/CP nº 2²⁶, de 20 dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), se constitui de um conjunto de princípios que orientam a formação da atividade docente instruindo a organização curricular, os princípios norteadores para o exercício profissional e a organização de projetos pedagógicos.

Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como Prática como Componente Curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento (Parecer CNE/CES nº 15²⁷/2005).

E por fim, a Resolução CNE/CP nº 2²⁸, de 20 dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada ressalta que no exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

12.2 Articulação entre atividades teóricas e atividades práticas:

²⁶ Resolução CNE/CP nº 02, de 20 dezembro de 2019 <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> > Acesso em 18/04/2020

²⁷ Parecer CNE/CES nº 15/2005 <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf > Acesso em 24/02/2020.

²⁸ Resolução CNE/CP nº 02, de 20 dezembro de 2019 <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> > Acesso em 18/04/2020

Para a efetivação dessa articulação se torna necessário aliar aos conteúdos teóricos, ou seja, formas de “como pensar”, aos procedimentos práticos de “como fazer”. Em termos de estrutura de horas-aulas, pode ser traduzido na maneira de vivenciar a prática como componente curricular.

Dessa forma, dentro de certo número de disciplinas obrigatórias de formação histórica, áreas de estudo e interdisciplinares à formação histórica e de dimensão pedagógica, foram introduzidos créditos que devem, obrigatoriamente, ser ocupados com atividades da Prática como Componente Curricular associadas à experiência do ensino e novas formas de atuação do/a professor/a de História. No total, estão previstas 405 horas (27 créditos) para as PCCs. Desse modo, estimula-se que a aprendizagem do/a discente se enriqueça com experiências desenvolvidas no contato com a profissão e, na medida do possível, em contato com a realidade fora da sala de aula, levando-o/a a aprender em contato permanente com a realidade sobre a qual irá atuar.²⁹

Com essa agregação, o/a graduando/a deverá cursar 25 Disciplinas Obrigatórias de formação histórica, totalizando uma carga horária 1.680 horas ou 112 Créditos. Desses 112 créditos, 92 créditos serão destinados aos Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultural e 20 créditos serão destinados à prática como Componente Curricular, sendo distribuídas da seguinte forma:

a) – 25 disciplinas obrigatórias de formação histórica, a saber:

Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Total de Créditos destinados aos Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultura 1	Total de Créditos destinados à Prática como Componente Curricular
01 – Introdução aos Estudos Históricos	04	60	60	X
02 – História das Sociedades Ágrafas	05	75	60	01
03 – História Antiga I	05	75	60	01
04 - História Antiga II	03	45	30	01
05 – Teoria da História I	04	60	60	X
06 – Teoria da História II	04	60	60	X

²⁹ NETO, Samuel de Souza; SILVA, Vandei Pinto. Prática como Componente Curricular: questões e reflexões. In: *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 889-909, set./dez. 2014.

07 – Historiografia	05	75	60	01
08 – História da América I	05	75	60	01
09 – História da América II	05	75	60	01
10 – História do Brasil I	05	75	60	01
11 – História do Brasil II	05	75	60	01
12 – História do Brasil III	05	75	60	01
13 – História do Brasil IV	05	75	60	01
14 – História do Brasil V	03	45	30	01
15 – História Medieval	05	75	60	01
16 – História Moderna	05	75	60	01
17 – História do Rio Grande do Norte I	05	75	60	01
18 – História do Rio Grande do Norte II	05	75	60	01
19 – História Contemporânea I	05	75	60	01
20 - História Contemporânea II	05	75	60	01
21 - História Contemporânea III	03	45	30	01
22 – Projeto de pesquisa em História	04	60	60	X
23 – Monografia	04	60	60	X
24 – História da Arte	03	45	30	01
25 – História da África	05	75	60	01
TOTAL	112 CR	1.680h	1.380h	20 CR (300h)

b) O/a discente deverá cursar também 04 disciplinas interdisciplinares da formação histórica, que terão uma carga horária de 240 horas, ou 16 créditos, destinados aos Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultural, tendo a seguinte distribuição:

Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Total de créditos destinados aos Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultura I	Total de Créditos destinados à Prática como Componente Curricular
01 – Fundamentos da Filosofia	04	60	04	X
02 – Metodologia do	04	60	04	X

Trabalho acadêmico				
03 – Geografia Humana e Econômica	04	60	04	X
04 – Introdução à Antropologia	04	60	04	X
TOTAL	16	240	22	X

c) Será ofertado, em sistema de rodízio, um conjunto de 12 disciplinas optativas (complementares com 02 CR e 30 horas), que terá como objetivo uma qualificação diferenciada por parte do/a graduando/a voltada para atividades históricas específicas. Entre as disciplinas ofertadas, o/a graduando/a deverá optar por duas, as quais serão ministradas: 01 no sexto semestre e 01 no sétimo semestre, a saber:

- História das Ideias Políticas e Sociais
- História da Cultura
- Museologia
- História da Região Nordeste
- História da Ásia
- Pré-História Potiguar
- Memória e Preservação do Patrimônio Histórico
- Arquivologia histórica
- Tópicos Especiais I
- Tópicos Especiais II
- Tópicos Especiais III
- Tópicos Especiais IV

As duas disciplinas optativas que serão cursadas obrigatoriamente totalizarão 04 créditos ou 60 horas. Todos os créditos serão destinados aos Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultural.

O conjunto das 31 disciplinas de formação histórica (incluídas as 04 disciplinas interdisciplinares à formação histórica, as 25 disciplinas obrigatórias de formação história e as 02 optativas de formação histórica) perfazem um total de 132 créditos e um total de 1.980 horas. Desse montante de 132 créditos, 112 créditos (1.680 horas) estão destinados aos Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultural e 20 créditos (300 horas) estão destinados à prática como componente curricular.

d) O/a graduando/a deverá cursar, também, 15 disciplinas obrigatórias de dimensão pedagógica (com temáticas e saberes centrados nos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e

práticas educacionais e profissionais), que terão uma carga horária de 1.320 horas, ou 88 créditos. Desse total de 88 créditos, 54 créditos (810 horas) estão destinados aos Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultural, 07 créditos (105 horas) estão destinados à prática como componente curricular e 27 créditos (405 horas) estão destinados aos estágios curriculares obrigatórios.

Disciplinas	Crédito	Carga Horária	Total de Créditos destinados aos Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultural	Total de Créditos destinados à Prática como Componente Curricular	Total de Créditos destinados ao Estágio Curricular
01 – Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	04	60	04	X	X
02 – Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação	04	60	04	X	X
03 – Metodologia do Ensino da História I	05	75	04	01	X
04 – Metodologia do Ensino da História II	05	75	04	01	X
05 – Oficina de Ensino da História I	05	75	04	01	X
06 – Oficina de Ensino da História II	05	75	04	01	X
07 – Oficina de ensino da História III	05	75	04	01	X
08 – Psicologia Aplicada à Educação	04	60	04	X	X
09 - História e Historiografia da Educação Brasileira	05	75	04	01	X
10 – Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04	60	04	X	X
11 - História, Educação e Diversidade	05	75	04	01	X
12 - LIBRAS	04	60	04	X	X
13 – Orientação e Estágio Supervisionado I	11	165	02	X	09
14 – Orientação e	11	165	02	X	09

Estágio Supervisionado II					
15 – Orientação e Estágio Supervisionado III	11	165	02	X	09
TOTAL	88	1.320h	54	07	27

Os 03 (três) Estágios Curriculares Supervisionados (cujas atividades estão expressas no regulamento do curso) estão compostos por orientações teórico-metodológicas que totalizam 90 horas/ 06 CR (Dimensão pedagógica – vide quadro acima) em sala de aula e atividades práticas nas áreas de estágio que totalizam 405 horas/27 créditos, perfazendo um montante de 495/33 créditos e terão lugar nas escolas conveniadas com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte ou em outros órgãos que desenvolvam atividades de ensino, a serem realizadas exclusivamente na jurisdição do município de Assú-RN, dividindo-se em 3 etapas, a saber:

I – Orientação Teórico-Metodológica e Estágio Supervisionado I - ofertado no 6º período com carga horária de 165 horas/ 11 créditos, sendo: 02 cr/ 30 horas correspondentes a orientação teórico-metodológica (dimensão pedagógica) e 09 cr/135 horas correspondentes a prática do estágio supervisionado;

II – Orientação Teórico-Metodológica e Estágio Supervisionado II - ofertado no 7º período, com carga horária de 165 horas/ 11 créditos, sendo: 02 cr/ 30 horas correspondentes a orientação teórico-metodológica (dimensão pedagógica) e 09 cr/ 135 horas correspondentes a prática do estágio supervisionado;

III – Orientação Teórico-Metodológica e Estágio Supervisionado III - ofertado no 8º período, com carga horária de 165 horas/11 créditos, sendo 02 cr/ 30 horas correspondentes a orientação teórico-metodológica (dimensão pedagógica) e 09 cr/135 horas correspondentes a prática do estágio supervisionado;

a) Na primeira etapa (correspondente ao estágio no sexto semestre e com carga horária de 165 horas/11 CR) serão trabalhados a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de História e os seus Temas Transversais para o Ensino Fundamental; os elementos do livro

didático de história para o Ensino Fundamental; reflexão sobre o ensino de História e sua relação com a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena previstos na Lei nº 11.645/2008; estudar textos específicos sobre laboratórios de ensino de história no nível fundamental e as possibilidades de regência, focando na mediação didática, tendo como áreas de estágio as escolas de ensino fundamental em seu ambiente específico da sala de aula de história; a relação professor/a/discendente; os conteúdos trabalhados; os aspectos teórico-metodológicos do conhecimento historiográfico; a utilização de fontes; o uso de metodologias atuais; o uso de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); a interdisciplinaridade; os temas transversais; o uso dos equipamentos das escolas;

b) Na segunda etapa (correspondente ao estágio no sétimo semestre e com carga horária de 165 horas/11 CR, serão trabalhados a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de História e os seus Temas Transversais para o Ensino Médio; os elementos do livro didático de história para o Ensino Médio; estudar textos específicos sobre laboratórios de ensino de história no Nível Médio e as possibilidades de regência, focando na mediação didática, tendo como áreas de estágio as escolas de ensino médio em seu ambiente específico da sala de aula de história; a relação professor/a/discendente; os conteúdos trabalhados; os aspectos teórico-metodológicos do conhecimento historiográfico; a utilização de fontes; o uso de metodologias atuais; a interdisciplinaridade; o uso dos equipamentos das escolas;

c) Na terceira etapa (correspondente ao estágio no oitavo semestre e com carga horária de 165 horas/11 CR) serão trabalhados os métodos de abordagem das mais variadas fontes de pesquisa (orais, cartoriais, oficiais, jornalísticas, materiais, visuais) voltadas para o ensino de história, tendo como áreas de estágio as casas e espaços de memória, tais como, museus; arquivos públicos (câmaras municipais, fóruns, delegacias, colégios) e privados (cartórios, coleções particulares, bibliotecas temáticas particulares, sindicatos, associações, clubes, álbuns fotográficos); arquivos de órgãos políticos e administrativos; patrimônio edificado; memórias de grupos e/ou agrupamentos sociais; arquivos de jornais e rádios.

O currículo prevê ainda um total de 200 horas para atividades complementares, podendo ser desenvolvidas fora de sala de aula, nas quais o/a estudante participará por livre iniciativa ou por sugestão do curso. Essas atividades poderão ser: participações dos/as estudantes em simpósios, seminários, congressos, apresentação de trabalhos em jornadas de

iniciação científica, pesquisas, inclusive aquelas relacionadas ao seu TCC etc., desde que devidamente comprovadas por meio de documentação e julgadas como válidas pelo orientador/a acadêmico em ficha individual e específica para essa finalidade.

Os modos de aproveitamento dessas atividades em forma de horas estão discriminadas no regulamento do curso, pontuadas em função de carga horária, onde podem ser observados os critérios para o seu aproveitamento curricular.

12.3 Atividades Complementares

Essas atividades estão regulamentadas na UERN pela **RESOLUÇÃO Nº 26/2017 - CONSEPE**, de 28 de junho de 2017, objetivam fortalecer a formação do/a graduando/a incentivando a participação em atividades extracurriculares no âmbito do ensino, pesquisa e extensão de modo a articular teoria e prática oferecendo maior abrangência sobre o seu campo de atuação.

QUADRO DE DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES VALIDÁVEIS PARA COMPOR A CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividade	Quantidade de horas atribuídas por atividade	Carga Horária máxima permitida	Documentação Comprobatória
ENSINO			
Bolsista ou voluntário em Programa Institucional de Monitoria – PIM.	60 h	120 h	Certificado.
Participação como docente, monitor, bolsista ou voluntário em projetos de natureza educacional, tais como: EJA, educação inclusiva e curso pré-vestibular.	Conforme horas trabalhadas.	60 h	Certificado.
PIBID	60 h / semestre	120 h	Certificado
PRP (Programa de Residência Pedagógica)	60 h / semestre	120 h	Certificado

Participante ou ministrante de oficinas, seminários, minicursos, palestra, ciclos de estudos, semanas de estudos na área de ciências humanas.	Conforme horas Trabalhadas.	60h para ministrante. 40h para participante.	Certificado.
Participação em Atividades Culturais em Comunidade – ACC (institucionalizadas pela UERN)	60 h	120 h	Certificado.
Participante em Cursos de língua estrangeira – mínimo três semestres.	Proporcional	60 h	Certificado.
Participante em Curso de informática – mínimo 50% de carga horária do curso.	Proporcional	60 h	Certificado.
Participante em Cursos de complementação de conteúdos das disciplinas do curso.	Proporcional	60 h	Certificado.
Participante em Cursos de formação geral: política, sociedade, ética profissional, educação, filosofia, ciências sociais e serviço social.	Proporcional	60 h	Certificado.
PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA			
Bolsista ou voluntário em Programa de Iniciação Científica – atuação em projeto de pesquisa registrado na UERN –	20 h / semestre	80 h	Certificado.

PIBIC			
Bolsista ou voluntário em projeto de pesquisa credenciado por órgão de fomento, vinculado a outras instituições.	10 h / semestre.	40 h	Certificado.
Participação em grupo de estudo aprovado pelo Colegiado e coordenado por professor/a.	15 h / semestre	60 h	Certificado.
Trabalhos acadêmicos na área de História. Periódico indexado internacionalmente (autor ou coautor)	20 h	80 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Trabalhos acadêmicos na área de História. Periódico indexado nacionalmente. Autor ou coautor.	15 h	60 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Trabalhos acadêmicos na área de História. Periódico de circulação local ou regional. Autor ou coautor.	10 h	40 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicação de livro na área de conhecimento do Curso. Autor ou com até três autores.	15 h	60 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicação de capítulos de livros com ISBN. Autor ou com até três autores.	10 h	50 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicação de artigos em revistas locais com corpo editorial. Autor.	10 h	50h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicação de artigos em revistas nacionais com corpo editorial. Autor.	15 h	60 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicação de artigos em revistas internacionais	20 h		Cópia da capa e sumário e página

com corpo editorial. Autor.		80 h	inicial da respectiva produção.
Publicação de artigos de divulgação científica, tecnológica e artística em revista especializada. Autor.	5 h	20 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicação de artigos de divulgação científica, tecnológica e artística em jornais. Autor.	5 h	20 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Apresentação de trabalho em congressos ou atividades semelhantes. Âmbito internacional. Autor ou co-autor.	10 h	60 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Apresentação de trabalho em congressos ou atividades semelhantes. Âmbito nacional. Autor ou co-autor.	8 h	48 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Apresentação de trabalho em congressos ou atividades semelhantes. Âmbito regional ou local. Autor ou co-autor.	5 h	30 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Apresentação de trabalho na Semana Universitária – oral ou painel. Autor.	8 h	48 h	Certificado.
Trabalho completo publicado em anais de congressos. Autor ou coautor	30 h	90 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Resumo publicado em eventos acadêmico-científicos regionais. Autor ou coautor.	3 h	30 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Resumo publicado em eventos acadêmico-científicos nacionais.	4 h	40 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.

Autor ou coautor.			
Resumo publicado em eventos acadêmico-científicos internacionais. Autor ou coautor.	5 h	40 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Prêmios científicos (monografia, ensaio, artigo, livro, relatório de pesquisa, produção de material didático e afins). Âmbito internacional. Autor ou coautor.	15 h	60 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Prêmios científicos (monografia, ensaio, artigo, livro, relatório de pesquisa, produção de material didático e afins). Âmbito nacional. Autor ou coautor.	10 h	40 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Prêmios científicos (monografia, ensaio, artigo, livro, relatório de pesquisa, produção de material didático e afins). Âmbito regional ou local. Autor ou coautor.	5 h	20 h	Cópia da capa , sumário e página inicial da respectiva produção.
EXTENSÃO			
Ouvinte ou apresentador de trabalho em eventos na área de História ou em áreas correlatas, tais como: cursos, congressos, seminários, conferências e colóquios. Âmbito internacional.	15 h / para cada evento como ouvinte. 25 h / por evento como apresentador de trabalho.	30 h / ouvinte 50 h / apresentação de trabalho	Certificado.
Ouvinte ou apresentador de trabalho em eventos na área de História ou em áreas correlatas, tais como: cursos, congressos, seminários, conferências e colóquios. Âmbito nacional.	15 h / para cada evento como ouvinte. 25 h / por evento como apresentador de trabalho.	30 h / ouvinte 50 h / apresentação de trabalho	Certificado.

Ouvinte ou apresentador de trabalho em eventos na área de História ou em áreas correlatas, tais como: cursos, congressos, seminários, conferências e colóquios. Âmbito regional ou local.	10 h / para cada evento como ouvinte. 15 h / por evento como apresentador de trabalho.	20 h / ouvinte 30 h / apresentação de trabalho	Certificado.
Participação em Projetos ou Programas registrados na Pró-Reitoria de Extensão, coordenados por Professor/a.	15 h por semestre	60 h	Certificado.
Organização e coordenação de grupos de incentivo à leitura na comunidade e em escolas públicas com duração mínima de 180 horas semestrais.	20 h por semestre	60 h	Certificado.
Ministrante ou participante em Ciclos de estudos, cursos de atualização e de nivelamento.	20 h para ministrante. 15 h para participante.	60 h para ministrante. 40 h para participante.	Certificado.
ATIVIDADES ACADÊMICAS GERAIS			
Bolsista em Programa de educação tutorial – PET.	25 h por semestre.	60 h.	Certificado.
Participação em comissões organizadoras de eventos acadêmicos com duração mínima de 20 h.	10 h.	40 h	Certificado.
Catálogo de documentos em Instituições parceiras aprovadas pelo colegiado do curso.	20 h	20 h	Certificado.
Produção de material		40 h	Cópia da capa e

didático com orientação de professor/aes.	10 h		sumário e página inicial da respectiva produção
Participação como representante estudantil nos colegiados das várias instâncias da Universidade.	5 h por semestre	20h	Certificado ou Portaria.
ATIVIDADES CULTURAIS E OUTRAS.			
Produção de filmes, vídeos ou audiovisuais de informação científicos e culturais.	5 h	20 h	Certificado.
Mostra de artes plásticas.	5 h	20 h	Certificado.
Participação em C.A de História .	4 h	4 h	Ata de Reunião ou Eleição.
Participação em atividades a serviço da Justiça Eleitoral	De acordo com o documento.	30h	Certificado ou declaração.
Participação em grupo artístico da UERN.	3 h	15 h	Certificado.
Promotor ou Participante em atividades culturais, tais como: espetáculo de dança, música, poesia, teatro, grupo de cinema e exposição de pinturas e fotografia.	<u>Promotor</u> Atividades regulares: 15 h pontos por semestre; Atividades eventuais: 10 h pontos por semestre <u>Participante</u> Atividades regulares: 10h pontos por semestre; Atividades eventuais: 05 pontos por semestre.	<u>Promotor</u> 30 h <u>Participante</u> 20 h	Certificado.

12.4 Atividades curriculares de extensão

O Curso de Licenciatura em História busca regulamentar a Curricularização das ações de Extensão Universitárias de acordo com o Plano Nacional de Educação 2014-2024, regido pela Lei nº 13.005³⁰ de 25 de junho de 2014, Estratégia 12.7 da Meta 12, que assegura, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária do curso em atividades de extensão; como também seguindo a Resolução nº 25³¹/2017 – CONSEPE/UERN.

As Ações de Extensão Universitária são aquelas que envolvem a comunidade externa, os professores e estudantes, desenvolvidas de modo interdisciplinar ou multidisciplinar, e que estão compreendidas em dois grupos, extracurriculares (Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de Serviços) e curriculares (Unidade Curricular de Extensão – UCE), conforme a Resolução nº 14³²/2017 – CONSEPE.

A Curricularização da Extensão se dará por meio de atividades denominadas de Unidades Curriculares de Extensão (UCEs), que possibilitam a inserção curricular de atividades formativas ricas em experiências e de natureza teórico-prática, intencional, reflexiva, interventiva e transformadora, devendo ser sistematizadas e executadas nas formas de Programas e/ou Projetos.

Conforme a Resolução nº 14/2017 – CONSEPE, um Programa consiste em um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, sejam cursos e/ou eventos, integrados ao ensino e à pesquisa, executados a médio e longo prazo (2 a 5 anos), podendo ser reeditado inúmeras vezes, de acordo com as necessidades da comunidade; e um Projeto se constitui em um conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, podendo ser vinculado ou não a um programa de extensão, sendo executado em curto prazo (1 ano), permitindo-se sua reedição.

³⁰ Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 <

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>> Acesso em 24/02/2020

³¹ Resolução nº 25/2017 – CONSEPE/UERN

<http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacaoextensao/arquivos/0067resolucao_n0_2017_25__consepe__regulamenta_a_curricularizacao_das_atividades_de_extensao_nos_cursos_de_graduacao_no_ambito_da_uern.pdf> Acesso em 24/02/2020

³² Resolução nº 14/2017 – CONSEPE <

http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-extensao/arquivos/0067resolucao_n0_14_2017__consepe__aprova_o_regulamento_geral_da_extensao_da_uern_e_revoga_resolucoes.pdf> Acesso em 24/02/2020

12.4.1 Unidade Curricular de Extensão – UCE

São componentes curriculares de natureza flexível e renovável na definição de temáticas vinculadas aos Programas e/ou Projetos de Extensão, associados a matriz curricular. O Curso de Licenciatura em História irá operacionalizar a creditação da Curricularização da Extensão em disciplinas (conforme quadro a seguir), com a carga horária para o desenvolvimento das ações de extensão que podem variar de 30 a 135 horas, sendo distribuídas e inseridas na matriz curricular no 3º, 4º e 9º períodos do curso, em que o discente precisa cursar o mínimo de 390 horas (26 créditos), sendo pouco mais de 10% da carga horária total do curso, estando portanto em conformidade com a Estratégia 12.7 da Meta 12 da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que assegura, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária do curso em atividades de extensão e com as normas internas da UERN.

Quadro dos Componentes Curricular de Extensão, que podem ser ofertados no 3º, 4º e 9º Período do Curso de Licenciatura em História.

Unidade Curricular de Extensão	Ação de extensão vinculada a projetos	CH/Cred.
UCE 3º, 4º, 9º Período	UCE I	30/02
	UCE II	30/02
	UCE III	30/02
	UCE IV	45/03
	UCE V	45/03
	UCE VI	60/04
	UCE VII	60/04
	UCE VIII	75/05
	UCE IX	75/05
	UCE X	90/06
	UCE XI	90/06
	UCE XII	105/07
	UCE XIII	105/07
	UCE XIV	120/08
	UCE XV	120/08
	UCE XVI	120/08
	UCE XVII	135/09

	UCE XVIII		135/09
	UCE XIX		135/09
	UCE XX		135/09

a) Vinculação de UCEs a Programas e Projetos

Todos os Programas e projetos deverão ser encaminhados pelo Departamento de História nos trâmites legais de edital de extensão ou ações voluntárias para aprovação na Comissão de Extensão/PROEX, via *Sigproj*. Desta forma, após a aprovação do programa e/ou projetos na PROEX, o Curso de História estará apto a ofertar as UCEs com projetos vinculados ao programa.

b) Avaliação

Considerando a especificidade das atividades de extensão, a avaliação da aprendizagem dar-se-á por meio de **Conceito** e não de **Nota**, podendo ser utilizada a definição **Satisfatório** ou **Insatisfatório**. O mecanismo de acompanhamento da frequência e da avaliação do discente deve ser definido no Programa Geral do Componente Curricular, podendo incluir recursos diversos, tais como relatório, portfólio, vídeos das atividades realizadas, artigo, exposição com narrativas em imagens e textos, entre outros.

c) Carga Horária Docente associada as UCEs

A carga horária docente para as UCEs será vinculada à carga horária dos coordenadores e membros dos projetos, conforme Resolução de Distribuição de Carga Horária da UERN (Resolução nº 36³³/2014 – CONSEPE), ou seja, não haverá sobreposição da carga horária do Projeto com a carga horária da UCE.

13. EMENTAS

Primeiro Período

³³ Resolução nº 36/2014 – CONSEPE <

[http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-extensao/arquivos/0067resolu%C2%A7a%C2%A3o_36_2014_consepe_normas_para_a_distribu%C2%A7a%C2%A3o_de_carga_hora%C2%A1ria_docente_na_uern_a_resolu%C2%A7a%C2%A3o_na_222012_consepe_e_a_resolu%C2%A7a%C2%A3o_122013_consepe_\(3\).pdf](http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-extensao/arquivos/0067resolu%C2%A7a%C2%A3o_36_2014_consepe_normas_para_a_distribu%C2%A7a%C2%A3o_de_carga_hora%C2%A1ria_docente_na_uern_a_resolu%C2%A7a%C2%A3o_na_222012_consepe_e_a_resolu%C2%A7a%C2%A3o_122013_consepe_(3).pdf)> Acesso em 24/02/2020.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Introdução aos Estudos Históricos		04	04h	X				60h

EMENTA:

As diferentes formas de apreensão do passado. Os conceitos de História e Historiografia. Os gêneros na História. A Consciência Histórica: estranhamento, contexto e processo. A relação entre História e Memória. O documento: a fonte como artefato e a escrita da História. Crítica Histórica. O Tempo Histórico

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia**. 15ªEd. SP. Editora Campus, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel, 1991.

CARR, Edward Hallett. **O Que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JENKINS, H. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Histórias das Sociedades Ágrafas		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

A ancestralidade humana, África-Ásia e Oriente Próximo com enfoque nas tecnologias das ferramentas e os estilos de vida de horticultores e caçadores coletores/pescadores. As migrações do *Homo Sapiens* e a ocupação do Novo Mundo (Continente Americano)

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverão ser trabalhadas, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COPPENS, Yves. **Pré-âmbulos: Os primeiros passos do Homem**. Lisboa: Gradiva, 1990.

FUNARI, Pedro Paulo e NOELLI, Francisco. **Pré-história do Brasil; As origens do homem brasileiro; O Brasil antes de Cabral; Descobertas arqueológicas recentes**. São Paulo: Contexto, 2002.

LEAKEY E. Richard e LEWIN, Roger. **O povo do Lago. O homem: suas origens, natureza**

e futuro. 2ª Ed. Brasília: Editora UNB, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 5ª ed. Recife: Ed. UFPE, 2008.

HETZEL, Bia, NEGREIROS, Silvia. (org.) **Pré-história do Brasil**. Rio de Janeiro.

MANATI. 2007.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
0301049-1: DE	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação		04	04h	X				60h

EMENTA:

Origem, caracterização e desenvolvimento histórico da Filosofia. O sentido do pensamento histórico-filosófico para a formação do pedagogo. As ideias pedagógicas fundamentais sob a perspectiva das teorias e correntes filosóficas em diferentes contextos: mundial, nacional e local.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. 3 ed. São Paulo. Moderna 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 48ª Ed. 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIBÂNEO, José Carlos et all. *EDUCAÇÃO ESCOLAR: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2007.

MORIN, Edgar. *Os Sete saberes Necessários à educação do Futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2006.

PILETTE, Nelson. *Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental*. São Paulo: Ática, 1999.

SILVA, Luiz Heron da (org.) *A Escola Cidadã no contexto globalizado*. Petrópolis.: Vozes, 1999.

STREHL, Afonso e RÉQUIA, Ivony da Rocha. *Estrutura e funcionamento da educação básica*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
0702037-1: DFI	Fundamentos de Filosofia		04	04h	X				60h

EMENTA:

Origem e caracterização da Filosofia. Evolução histórica da Filosofia. Elementos

fundamentais da construção do conhecimento filosófico. Teorias e correntes da Filosofia.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

MONDIN, Battista. **Introdução à filosofia: problemas, sistemas, autores e obras**. 18º Ed. São Paulo: Paulus, 2010.

_____. **O homem, quem ele é? Elementos de antropologia filosófica**. São Paulo: Paulinas, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Admardo S. (et al). **Introdução ao pensamento filosófico**. São Paulo: Loyola, 1985.

RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental: a aventura das idéias, dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Metodologia do Trabalho Acadêmico		04	04h	X				60h

EMENTA:

O que é ciência e quais os critérios de cientificidade. Método científico (abordagem e procedimentos). O processo do conhecimento científico. As modalidades de trabalhos científicos: resumo, fichamento, resenha, seminário, artigo científico, pesquisa bibliográfica, relatório técnico e monografia. A importância da normatização: as regras da ABNT

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa. Presença, 1972.

BUNGE, Mario. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia; São Paulo. Edusp, 1980.

CARDOSO, C.F. S e BRIGNOLI, H. P. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro. Graal, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHARTIER, R. **A História cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa/ Rio de Janeiro. Difel / Bertrand, 1990.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. Lisboa. Presença, 1982.

FONTES, Virgínia. "História e Modelos." In: CARDOSO, C. F. S. & VAINFAS, R. (org.).

LABROUSSE, Ernest (dir.) **A História Social. Problemas, fontes e métodos**. Lisboa.

Cosmos, 1973. (Colóquio na Escola Normal Superior de Saint-Cloud, maio de 1965).

LE GOFF, J. e NORA, P. História. **Novos Problemas, Novos Objetos, Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História Antiga I		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

O Antigo Oriente como problema histórico: diversidade, fontes e historiografia. Os primeiros produtores de alimentos e o processo de sedentarização. As civilizações do Antigo Oriente Próximo: sociedade, poder, trabalho, religião e vida cotidiana. As Civilizações Nílicas.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverão ser trabalhadas, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, C. F. **Sete olhares sobre a Antiguidade**. Brasília: EDUnB, 1994.

_____. **Sociedades do Antigo Oriente Próximo**. 4ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios).

LÉVÊQUE, Pierre. **As primeiras civilizações. Vol. 1: os Impérios do Bronze**. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. **As primeiras civilizações. Vol. 2: A Mesopotâmia / Os Hititas**. Lisboa: Edições 70, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHILDE, V. Gordon. **A evolução cultural do homem**. 5ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A, 1981.

JEAN, Georges. **A Escrita: memória dos homens**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Teoria da História I	Introdução aos Estudos Históricos	04	04h	X				60h

EMENTA:

Filosofias da História e Teorias da História no final do século XVIII e século XIX. A institucionalização dos estudos históricos nas universidades e institutos de pesquisa. A Razão Histórica. O Pensamento Iluminista e o Positivismo: da crítica revolucionária à conciliação de classes. A Escola Metódica. O Romantismo. O Historicismo. Friedrich Wilhelm Nietzsche e a História em fins do século XIX.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

HARTOG, Fraçois. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart (et. al.). **O conceito de História**, Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JENKINS, H. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
0301048-1: DE	Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação		04	04	X				60h

EMENTA:

A vida em Sociedade como objeto de investigação científica. Abordagens a respeito de classe social grupo social e fato social. Infra-estrutura e superestrutura político-jurídica e ideológica: condicionamentos e mediações. A relação Educação e Trabalho: Significados e desafios. A Educação como fenômeno pluridisciplinar e sua interface com as perspectivas sócio-econômicas.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEMO, Pedro. **A educação do futuro e o futuro da educação**. São Paulo/SP: Autores Associados, 2005. (Coleção educação contemporânea).

_____. **Sociologia da educação: sociedade e suas oportunidades**. Brasília/DF: Plano, 2004.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento de. **Planejamento educacional, neopatrimonialismo e hegemonia política** (rn, 1995-2002). São Paulo: Annablume, 2005.

HARNECKER, Marta. **Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**. 2 ed. São Paulo: Global, 1983

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. 38ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia**. São Paulo: Cortez, 1990.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1993.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	

0401089-1: DL	LIBRAS -Língua Brasileira de Sinais		04	04h	X				60h
---------------	--	--	----	-----	---	--	--	--	-----

EMENTA:

O ensino em sala de aula da língua da modalidade visual e gestual da cultura Surda. A estrutura e os conteúdos gerais da comunicação gestual-visual, baseada em regras gramaticais da língua de sinais. Atividades pedagógicas de transcrição de documentos históricos e material didático, do sistema convencional (escrita em tinta), para o sistema Braille e vice-versa.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIAS, Carla Valéria e Souza. **Atos de Fala: O pedido em língua brasileira de sinais.** Dissertação de Mestrado em Linguística. Rio de Janeiro. UFRJ, 1995.
 FELIPE, T. A. **Introdução À Gramática de LIBRAS** - Rio de Janeiro: 1997.
 _____. **O Signo Gestual-Visual e sua Estrutura Frasal na Língua dos Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros.** Dissertação de Mestrado, UFPE, PE, 1988.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
0701019-1: DHI	Introdução à Antropologia		04	04h	X				60h

EMENTA:

O saber pré-antropológico e o discurso sobre a diferença. A transição para a humanidade e a versão disciplinar sobre o "outro": evolucionismo vitoriano e o difusionismo. O problema do etnocentrismo. A antropologia cultural americana e o relativismo cultural.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos.** RJ, 1997.
 DAMATTA, Roberto. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social.** Petrópolis: Vozes 1981.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. "Natureza e Cultura". IN: **Estruturas Elementares do Parentesco.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito Antropológico.** RJ: Zahar, 1996.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. "Raça e cultura". In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **O olhar distanciado.** Lisboa: Edições 70, 1986, pp. 21-49.
 MOURA, Margarida Maria. "Conhecimento, cidadania, sentimento". In: **Nascimento da Antropologia cultural. A obra de Franz Boas.** São Paulo: Editora Hucitec, 2004, pp. 191-115.

Terceiro Período

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Teoria da História II	Teoria da História I	04	04h	X				60h

EMENTA:

A história-problema e o Movimento dos *Annales*. A questão das representações na História: o papel de Roger Chartier. O diálogo entre economia e cultura: a Escola de Frankfurt. A história social inglesa. História e Gênero. Michel Foucault e a problemática da razão histórica. Ficção, História e documento: da micro-história italiana à virada lingüística. A escrita da História e as novas tecnologias digitais.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DOSSE, François. **A história em migalhas:** dos Annales à nova história. Campinas: Ed Unicamp Ensaio, 1992.

LE GOFF, Jacques. **A história nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FONTANA, Josep. **História:** análise do passado e projeto social. São Paulo: Edusc, 1998

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, Edunicamp, 2007.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História Antiga II		03	02h	X	X	15h		45h

EMENTA:

Antiguidade Clássica: conceitos, fontes e historiografia. A Grécia Clássica: cultura, civilização e o desenvolvimento das Cidades-Estados. O Helenismo. A Civilização Romana: formação histórica, expansão e declínio. Trabalho, família, vida cotidiana e religião na Antiguidade Clássica

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

FINLEY, Moses. **Os gregos antigos.** Lisboa: Edições/70, 1963.

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROSTOVITZ, M. **Historia da Grécia.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1973.

BLOCH, Raymond; COUSIN, Jean. **Roma e o seu destino**. Lisboa: Ed. cosmos 1964.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História da América I		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

Mesoamérica, Circuncaribe e Andes pré-hispânicos. Conquistas coloniais e resistências ameríndias. Formações e complexidades das sociedades coloniais nas Américas hispânica, francesa e anglo-saxônica. Desestruturas coloniais e processos emancipatórios em relação às metrópoles europeias.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BETHEL, Leslie. **História da América Latina – Vol. 1**. São Paulo: EDUSP, 1997.
 TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América – A Questão do outro – 2ed**; São Paulo: Martins Fontes.
 RESTALL, Matthew. **Sete mitos da conquista espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRUIT, Héctor H. **Bartolomé de las Casas e a simulação dos vencidos**. São Paulo: Iluminuras, 1995.
 SCHWARTZ, Stuart; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
 VAINFAS, Ronaldo (org.) **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Metodologia do Ensino da História I		05	04h	X	X			75h

EMENTA:

Cultura Escolar. História como disciplina escolar. A pesquisa em Ensino de História. A História como disciplina escolar no Brasil. Objetivos do ensino de História. Relação saber histórico científico e saber histórico escolar. Conteúdos de História e currículo. Narrativa histórica e Consciência Histórica. Formação do docente em História. Atuação do docente em História. Conceitos históricos em sala de aula. Avaliação no ensino de História

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAIMI, Flávia Eloísa. **Conversas e Controvérsias – O Ensino de História no Brasil (1980–1998)**. Passo Fundo: UPF, 2001.

ZAMBONI, Ernesta. **Representações e linguagens no ensino de História**. Revista Brasileira de História, v. 17, nº 33. São Paulo, 1997.

BITTENCOURT, Circe. **O Saber Histórico da Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, v.13, nº 25/26, p. 265-276. São Paulo: set.92/ago. 1993.

MORIN, Edgar (org.). **A Religação dos Saberes. O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PROENÇA, Maria Cândida. **Didática da História**. Lisboa: Universidade Aberta, 1989.

SANCRISTÁN, J. Cimenó. **O Currículo**. Uma reflexão sobre a prática. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
	História e Historiografia da Educação Brasileira		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

A educação enquanto projeto social ao longo da história. A educação como campo historiográfico. Saberes e fontes históricas para história da educação. A educação à serviço de um projeto de nação. Educação e colonialidade. História da educação e as relações étnico-raciais no Brasil e na América Latina. A história da educação e a historiografia brasileira. História da educação popular no Brasil e na América Latina. Educação Indígena. Educação quilombola. Educação e equidade de gênero. Teorias da história e sua articulação com o campo educacional. História da educação e teoria marxista. História da educação e as teorias críticas e pós-críticas. História da educação e o debate decolonial. Educação popular no Brasil. História da educação e o tempo presente.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

VIDAL, Diana Gonçalves, FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história: estudos da história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015.

LOPES, Eliane Marta Teixeira, VEIGA, Cynthia Greive, FARIA FILHO, Luciano Mendes. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOTA NETO, João Colares da. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina:** reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire. Curitiba: CRV, 2016.

LIMA, Adriane Raquel Santana de Lima. **Educação para as mulheres na América Latina.** Um olhar decolonial sobre o pensamento de Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper. Curitiba: Appris, 2019.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **História e memórias da educação no Brasil** - Vol. III - Século XX. Petrópolis: Vozes, 2011.

BITTENCOURT, Circe. Abordagens Históricas Sobre a História Escolar. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 83-104, jan./abr., 2011.

_____. A pesquisa na universidade e a interface com o sistema educacional. In: **Humanidades:** a pesquisa na avaliação do mérito acadêmico [S.l: s.n.], 1999.

CALDAS, Karina Ribeiro. **Nação, Memória e História.** A formação das tradições nos manuais escolares (1900-1922). 2005. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

CHAVES, Miriam. Um Estudo Sobre a Cultura Escolar no Rio de Janeiro dos anos de 1930 Pelas Lições de História. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 11, p. 71-100, jan./jun. 2006.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Histórica da Educação do Tempo Presente: bases teórico-metodológicas. **Revista Digital Paideia**, vol. 3, n.1, abr./set. 2011. pp.295-312. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635481/3274>
Acesso em: 30/05/2020.

Quarto Período

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História da América II		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

A formação dos Estados Nacionais no continente americano. Os pan-americanismos. Expansão, poder e hegemonia dos Estados Unidos sobre a América. Crise dos governos oligárquicos e emergência dos governos populistas. Movimentos Revolucionários e os anti-revolucionários. Militarismo e Ditaduras civis-militares na América Latina. Processos de Redemocratização e questões contemporâneas na América.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BETHELL, Leslie. **História da América Latina.** Barcelona: Editorial Crítica, 1991. V.8 (1830-1930).

PAMPLONA, Marco A.; Mäeder, Maria Elisa (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PRADO, M. Ligia Coelho. **América Latina no séc. XIX: Tramas, Telas e Textos.** São

Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KARNAL, Leandro (et. al.) **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

CARDOSO, Ciro F.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MITRE, Antonio. **O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, Campinas: Unicamp, 1985.

SADER, Emir. **Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina**. São Paulo: Atual, 1992.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História do Brasil I		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

Formação dos Estados modernos na Europa e ascensão do Estado português. Portugal e a Expansão Ultramarina; as Índias e o Brasil. Diversidade das populações indígenas pré-contato; o contato e as relações entre indígenas e colonizadores. A União Ibérica. A formação do sistema colonial; a agromanufatura do açúcar e sua crise, pecuária e mineração. A resistência dos povos indígenas e africanos à dominação colonial. As organizações político-administrativas no Brasil. Movimentos sociais e a crise do Antigo Regime e o processo de Independência do Brasil

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: HUCITEC / Edusp, 2002.

SCHARTZ, Stuart B. **Segredos internos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 8ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

RUSSEL-WOOD. *Centros e periferias no mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808*. In: **Revista Brasileira de História**, vol.18, nº36, São Paulo, 1998.

SCHWARTZ, Stuart; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa, v.1**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro:

Objetiva, 2000.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História Medieval		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

Revisão historiográfica e conceitual sobre a história da Idade Média. As sociedades germânicas, suas relações com a sociedade romana, as “invasões” e a emergência de uma sociedade medieval romano-germânica. A Igreja católico-Cristã e a formação da sociedade medieval. Merovíngios e Carolíngios. Cultura, vida material e práticas cotidianas. O mundo árabe e o Islamismo. Conhecimento, intelectuais medievais e as universidades. O renascimento urbano. As transformações comerciais. As origens medievais das monarquias nacionais.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. Ed. Apontamento, 1982.

DUBY, Georges. **Senhores e Camponeses**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LE GOFF, Jacques; SCHIMIT, Jean Claude (Coord.). **Dicionário temático do ocidente medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2002, 2 Vols.

LE GOFF, Jacques. **Mercadores e Banqueiros da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PERNOUD, Régine. **Luz sobre a Idade Média**. Lisboa: Publicações Europa-América LTDA, 1997.

PIRENNE, Henri. **As Cidades da Idade Média**. Lisboa: Europa-América, 1964.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, Desvio e Danação: As Minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1993.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Metodologia do Ensino da História II		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

A aprendizagem histórica. Consciência histórica. Problemas e diferenças entre variação, transposição e mediação didática. Materiais, fontes e instrumentos didáticos e ensino de História. Novas tecnologias e o ensino de História. Espaços não escolares e ensino de História (cidades, sítios arqueológicos, arquivos, exposições, museus, dentre outros). Cultura material e objetos históricos. Usos da história local, história oral e patrimônio.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; CONTIJO, Rebeca. **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes (org). **Livros escolares de leitura no Brasil.** Campinas: Mercado das Letras, 2009, pp. 41-74.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (Org.) **O saber histórico na sala de aula.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo : Editora UNESP, 1999.

CASSIANO, Célia C. F. **Mercado de livro didático no Brasil.** [on-line] I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:

http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5304 . Acesso em 24 julho. 2008.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História da Arte		03	02h	X	X	15h		45h

EMENTA:

Surgimento e a afirmação do campo de conhecimento específico da História da Arte, Relação entre História, Historiografia e Arte. O uso da Arte no ensino de História. Arte, Estudos colonialista e eurocentrismo. A arte e as epistemologias do Sul. Usos políticos e éticos da arte. A arte como resistência e releitura dos padrões estéticos. Estudos culturais contemporâneos.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

GOMBRICH, Ernst Hans Josef. **A História da Arte.** 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAXANDAL, Michael. **Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BELTING, Hans. **O fim da história da arte.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FREITAS, Artur; KAMINSKI, Rosane (org). **História e arte: encontros disciplinares.** São Paulo: Intermeios, 2013

PRADEL, Jean-Louis. **A arte contemporânea.** Lisboa: Edições 70, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política.** São Paulo: Exo Experimental org. /Ed. 34, 2005.

Quinto Período

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História do Brasil II		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

O Brasil Imperial: história e historiografia. Pós-independência e a herança colonial. A construção do Estado e da Nação (Primeiro Reinado e Regência). Cultura, política e sociedade no Segundo Reinado. Economia brasileira no século XIX. Movimentos Sociais urbanos e rurais no século XIX. O regime escravocrata e as formas de contestação. A herança africana e a formação nacional. Família, privacidade e intimidade no Brasil oitocentista. A questão indígena. A crise do Império: declínio e colapso da Monarquia.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro das sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

NOVAIS, Fernando A. (coord. geral) & ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org. do volume). **História da vida privada no Brasil - Império: a corte e a modernidade nacional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 8ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

IGLESIAS, Francisco. **Trajétoria Política do Brasil (1500-1964).** São Paulo: Cia das Letras, 1993.

JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do estado e da nação.** São Paulo, Hucitec/ Editora Injujú/ Fapesp, 2003.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.) **Dicionário do Brasil Imperial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História Moderna		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

História Moderna: conceito e cronologia. O processo de transição do Feudalismo para o Capitalismo. O Renascimento Cultural e Científico Moderno. Humanismo. Cidades, feiras e festas. Reforma Protestante e Contra Reforma. A Consolidação dos Estados Modernos. O Estado Absolutista e os principais teóricos do absolutismo. A sociedade de corte. Mercantilismo. O liberalismo e as Revoluções Inglesas. Família burguesa e cotidiano. As crises econômicas do século XVII.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do renascimento.** Lisboa: Estampa, 1984.

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Antônio Edmilson. **A formação do mundo moderno: a construção do ocidente dos séculos XIV ao XVIII.** 2ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 2 vols.

BURCKHARDT, J. **A cultura do Renascimento na Itália.** São Paulo: Cia das Letras, 1991.

DAVISON, N. S. A. **Contra reforma.** São Paulo: Martins fontes, 1991.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo.** São Paulo: Perspectiva, 1995.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da reforma.** São Paulo: Pioneira, 1978.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
0301071 -1: DE	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica		04	04h	X				60h

EMENTA:

Análise dos sistemas educacional brasileiro, estadual e municipal. Dimensão legal, política e

econômica da organização e funcionamento da educação básica numa perspectiva histórico-social e dos planos educacionais em todos os níveis da educação básica.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF. 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos et all. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova Plano Nacional de Educação e dá outras providências Brasília, DF. 2001.

_____. **Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2010.

OLIVEIRA, Francisca de Fátima Araújo. **A Reforma do ensino fundamental: o que mudou na escola? Um estudo sobre a implantação de políticas educacionais em Mossoró, RN (1998-2008)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de Doutorado. 2010.

SAVIANI. Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas-SP: Autores associados. 1997.

_____. **Da nova LDB ao plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados. 1998.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Oficina de Ensino da História I: O uso de fontes na sala de aula		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

Conceituação de fontes; tipologia e diversidade de fontes; uso didático das fontes; aproximação entre fontes históricas e vivências dos estudantes; produção de projeto para o ensino de história com referência na diversidade de fontes históricas.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Usos Didáticos de Documentos. In: **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. 2ª ed. São Paulo, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.) **O Ensino de História em Questão: Cultura Histórica, Usos do Passado**. Rio de Janeiro-RJ: FGV, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CABRINI, Conceição. **O Ensino de História: Revisão Urgente**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FERRO, Marc. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. 2ª Ed. São Paulo: IBRASA, 1999.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

SEFFNER, Fernando. Teoria, Metodologia e Ensino de História. In: GUAZZELI, César Augusto Barcellos (et al). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre, UFRGS, 2000.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
0301041-1: DE	Psicologia Aplicada a Educação		04	04h	X				60h

EMENTA:

Introdução à psicologia: abordagem geral. Psicologia Escolar: surgimento e desenvolvimento. Fundamentos teóricos da psicologia e sua aplicabilidade no contexto educacional: modelo cognitivista, psicanalítico e da aprendizagem social. A psicologia do desenvolvimento como recurso didático-pedagógico. Perspectivas atuais e futuras da psicologia no contexto educacional.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AUSUBEL, DAVID P. (et. Al.) **Psicologia educacional**. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. Interamericana, 1980.

GOULART, IRIS BARBOSA. **Psicologia da educação: fundamentos teóricos**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

VIGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 6ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FONTANA, R. Cruz N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

COLL, C. et. al. **O construtivismo na sala de aula**. 6ª Ed. São Paulo: Ática, 1996.

REGO, Teresa Cristina. **Vigotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 29ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Sexto Período

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História do Brasil III		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

O advento da República. A consolidação do Regime Republicano. Coronelismo e Oligarquias. O início do processo de industrialização: desigualdades regionais, burguesia industrial e movimento operário. Caldeirão, Canudos e Contestado. Urbanização, reformas urbanas e conflito social. As populações negras após a abolição. A questão indígena. Movimentos culturais e a identidade nacional. A crise do Estado Oligárquico e a Revolução de 1930.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. SP: Cia das Letras, 1990.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: Historiografia e História. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Vol 1: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Coord). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

D'ÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: EdUNESP, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3, SP: Cia da Letras, 1999.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História Contemporânea I		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

A crise do Absolutismo e a Revolução Francesa. A Revolução Industrial Inglesa. A expansão capitalista e as novas estruturas sociais do século XIX. A restauração e as revoluções de 1820, 1830, 1848 e a Comuna de Paris. Movimentos sociais e políticos no século XIX: Liberalismo,

movimento operário, Socialismo e Anarquismo. O Romantismo. As unificações nacionais e o nacionalismo. Religião e ciência no século XIX. O público, o privado e a família na Europa oitocentista. Imperialismo e Colonialismo europeu na África, Ásia e Oriente Médio. As resistências dos povos à partilha do mundo.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
 PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada. Vol. 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
 REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs). **O século XX: o tempo das certezas. Da formação do capitalismo à Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V.1

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
 HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
 MAYER, Arno J. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
 PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
 RÉMOND, René. **O século XIX. 1815-1914**. São Paulo: Cultrix, 1990.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História, Educação e Diversidade		05	04	X	X	15h		75h

EMENTA:

História, educação, diversidade cultural e gênero. Etnocentrismo e multiculturalismo. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Debates educacionais e direitos sociais: diversidade de gênero e sexualidade. Movimentos Sociais e educação não formal. Pensamento Pós-Colonial/Decolonial e descolonial. Ensino, transdisciplinaridade e decolonialidade.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
 LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, nº 1, janeiro/abril 2016, pp. 75-97.
 MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lada mais escuro da modernidade**. Revista brasileira de Ciências Sociais [online], vol.32, n.94, 2017.
 KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.
 _____. **Peles negras, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
 SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Oficina de Ensino da História II: Novas Tecnologias da Informação em sala de aula		05	04	X	X	15h		75h

EMENTA:

Uso didático de novas linguagens e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no Ensino de História; Reflexões sobre os “usos e abusos” da informática e recursos de multimídia no ensino de história; Relação tecnologia-educação; Projeto de Ensino em História com o uso de TIC's.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIGUEIREDO, Luciano R. História e Informática: o uso do computador. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
 FERREIRA, Carlos Augusto Lima. A importância das novas tecnologias no ensino de História. In: **Universa**, Brasília, nº 1, p. 125-137, fevereiro de 1999.
 JOHNSON, Steven. **Cultura da Interface: Como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
 SILVA, Marcos A. da. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo, Brasiliense, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Leandro Coelho de. **Cultura digital e fazer histórico: estudo dos usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação no ofício do historiador**.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, 2012.

ASSMAN, Hugo. **Reencantar a Educação: Rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. (Org.) **Redes Digitais e Metamorfose do Aprender**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Orientação teórico-metodológica e estágio supervisionado I		11	02h	X	X		135h	165h

EMENTA:

Orientação teórico-metodológica e atividades práticas de estágio relativos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de História e os seus temas transversais. Reflexão sobre o ensino de História e sua relação com a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena previstos na Lei nº 11.645/2008. Análise do livro didático de história do Ensino Fundamental II. Laboratórios de ensino de História no nível Fundamental e Regência. O uso de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no ensino de História. Procedimentos metodológicos com fontes escritas, iconográficas, cartográficas e fotográficas.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

FERREIRA, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa**. Paz e terra, 7ª Ed.; SP, 1998

FRIZZO, Maria Nunes / BARCELOS, Eronita. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado**. (Coleção Educação, 03), INIJUI, 1989, RS.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Ana Maria Passos. **Prática de Ensino**. Bibliografia Pioneira de Ciências Sociais. 2ª Ed.; São Paulo.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia de Trabalho Científico**. 3ª Ed.; Cortez & Moraes, SP, 1990.

Sétimo Período

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História do Brasil IV		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

A Era Vargas. A redemocratização do Brasil pós Era Vargas. O Período nacional-desenvolvimentista dos anos 50. A crise do Populismo no Brasil. O Golpe Civil-Militar de 1964. Os Governos Militares. Cultura e política nos anos 1960-70. Os movimentos sociais no campo e na cidade. A Fase da Redemocratização e a construção da Nova República. O movimento negro e indígena no processo Constituinte.

COMENTÁRIO:

01 Créditos, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2002.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964; o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História Contemporânea II		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

A Primeira Guerra Mundial e o início do século XX. A Revolução Russa de 1917. Os vinte anos de crise (1919-29) e a crise do capitalismo liberal. Democracia liberal, Fascismos e a experiência nazista. A Segunda Guerra Mundial. O pós-guerra, a bipolarização mundial e a Guerra Fria. Cultura, comportamento e sociedade de massas. A experiência socialista, crise e desagregação. Descolonização e as lutas de libertação nacional (África e Ásia). O Oriente Médio e o mundo árabe. O fim da bipolaridade e a “nova ordem mundial”.

COMENTÁRIO:

01 Créditos, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** São Paulo: UNESP, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs). **O século XX: o tempo das certezas. Da formação do capitalismo à Primeira Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V.1

_____. **O século XX: o tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V.2

_____. **O século XX: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V.3

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MAYER, Arno J. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914).** São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História do Rio Grande do Norte I		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

As populações indígenas no pré-contato e sua diversidade. A ocupação colonizadora da Capitania do Rio Grande; disputas entre diversas nações pelo território. A organização administrativa, as estruturas territoriais e o poder político econômico. A ocupação holandesa na Capitania. A expansão territorial e suas implicações; os aldeamentos indígenas, as resistências indígenas, a escravidão indígena e africana. O período pombalino. O século XIX; economia e administração, o movimento de 1817 na Capitania do Rio Grande e suas implicações. A Independência do Brasil e as consequências para o Rio Grande.

COMENTÁRIO:

01 Créditos, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CLYDE, Smith Júnior. **Ocupação holandesa do nordeste brasileiro – 1624-1654.** Caderno de história, Volume II. Nº1. Janeiro/Junho 1995-UFRN.

LOPES, Fátima Martins. **Missões Religiosas: Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte.** UFPE, 1999 (dissertação de mestrado).

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. Tese de Doutorado, USP, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MONTEIRO, Denise Mattos. “Balanço da historiografia norte-rio-grandense”. In: **Anais do I Encontro Regional da ANPUH/RN**. Natal, RN: EDUFRRN. 2006.

_____. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 3ª Ed. Natal: EDUFRRN, 2007.

TAKEYA, Denise Monteiro. História do Rio Grande do Norte: questões metodológicas – historiografia e história regional”. In: **Caderno de história – UFRN**, v.1, nº01, pp.08- 11, jul/dez, 1994, Natal.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Oficina de Ensino da História III: história indígena.		05	04	X	X	15h		75h

EMENTA:

Representação indígena no espaço escolar; Conhecimento histórico, pluralidade, diferenças culturais e povos indígenas; povos indígenas na formação do território potiguar; Produção de materiais didáticos.

COMENTÁRIO:

01 Créditos, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRRN, 2011. 328 p.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL, **Lei nº 11.645/08**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática. História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, seção 1, p.1, 10 de mar. 2008.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues. Representações das sociedades indígenas nas fontes históricas coloniais: propostas para o ensino de história. **Anos 90**. (Porto Alegre), v. 18, p. 187-212, 2011.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. **Revista História Hoje**, v. 1,2, p. 213-223, 2012.

SANTOS, Rosenilson da Silva; CAMPOS, Tayse Michele. Os índios do Rio Grande do Norte no tempo presente. **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 15, n. 35, p. 191-197, 17 out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/8088>

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Orientação teórico-metodológica e estágio supervisionado II	Orientação teórico-metodológica e estágio supervisionado I	11	02h	X	X		135h	165h

EMENTA:

Orientação teórico-metodológica e atividades práticas de estágio para estudo nas temáticas relativas ao uso da oralidade e das diferentes linguagens no ensino de História. Vivência da regência pelo aluno-estagiário em sala de aula do Ensino Médio. Desenvolvimento de atividade integradora da Prática como Componente Curricular voltada ao Ensino, Pesquisa e Extensão. Procedimentos metodológicos com fontes patrimoniais.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os Estágios nos cursos de Licenciatura**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.

MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectivas**. In: Revista Brasileira de História. Vol. 13, n. 25 e 26.

NEVES, Joana. **História Local e construção da identidade social**. Saeculum – Revista de História. nº 3. João Pessoa, jan./dez. 1997.

SCHMIDT e CAINELLI. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

Oitavo Período

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História do Brasil V		03	02h	X	X	15h		45h

EMENTA:

Estudo dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais do período iniciado em 1985 até o esgotamento da Nova República com a crise política de 2016. A transição democrática, a era FHC e os governos do Partido dos Trabalhadores. Os impactos do neoliberalismo no campo da economia brasileira e no mundo do trabalho. Movimento sociais no campo e na cidade e a luta pela cidadania no Brasil pós-ditadura. As diversas formas de manifestação artística durante a experiência da Nova República.

COMENTÁRIO:

01 Créditos, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASARA, RUBENS R.R. **Estado Pós- Democrático: Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2017.

CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, Eleições e poder: as engrenagens do sistema político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: O tempo da Nova República – Da transição democrática à crise política de 2016**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **A Batalha dos Poderes: da transição democrática ao mal-estar constitucional**. Companhia das Letras, 2018.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
	História Contemporânea III		03	02h	X	X	15h		45h

EMENTA:

Neoliberalismo e a globalização no Ocidente. Mídia e informação no mundo contemporâneo. Pós-modernidade e sociedade de consumo. Movimentos sociais contra a nova ordem global. A geopolítica estratégica norte-americana na virada do século XXI e as tensões com Rússia e

China. As primeiras décadas do século XXI.

COMENTÁRIO:

01 Créditos, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** São Paulo: UNESP, 1996.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional.** São Paulo: Editora 34, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs). **O século XX: o tempo das dúvidas.** Do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V.3

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHENAIS, François. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** 6ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História do Rio Grande do Norte II		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

A transição do Império para a República no Rio Grande do Norte. Constituição e complexidade do sistema oligárquico. A Primeira Guerra Mundial e a cotonicultura. As disputas pelo poder político entre as elites algodoeiro-pecuarísticas do interior e às açucareiro-têxteis do litoral do Estado. Os anos 1930: Interventorias e refluxo oligárquico. Oposição política, trabalhadores e movimento sindical no Estado. A chamada “Intentona Comunista” de 1935. Reestruturação e reação oligárquicas na política potiguar. A Segunda Guerra Mundial e as transformações socioculturais no Estado. O Populismo e os processos de modernização agrícola e industrialização no Estado. Aliança para o Progresso no Rio Grande do Norte. A Ditadura Civil-Militar. A Redemocratização e questões contemporâneas no Estado.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BUENO, Almir de Carvalho (Org.). **Revisitando a história do Rio Grande do Norte**. Natal, RN: EDUFRN, 2009.
- MARIZ, Marlene da Silva. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte (1930-1934)**. Recife: UFPE; Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984.
- PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. **Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso na América Latina**, Rio de Janeiro, 2015.
- SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935**. Natal: EDUFRN, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte: 1880-1915**. Fortaleza: BNB, 1985.
- MACÊDO, Muyrakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo vermelho, 2005.
- SILVA, M. G. da et. al. **A economia norte-rio-grandense e a crise de 1929**. Natal: Ed. Universitária, 1986.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Historiografia		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

Historiografia e discurso do tempo. A história do tempo presente. Historiografia e os debates identitários. Saberes e práticas historiográficas como prática social. Historiografia brasileira, a invenção da nação e o discurso de identidade nacional. Narrativas identitárias e o debate interseccional em torno dos sujeitos históricos: raça, classe, gênero e sexualidade. A Historiografia brasileira em tempos de Ditadura civil-militar. O papel social do saber historiográfico e seus diálogos com o ensino de história. Historiografia e o debate decolonial. Tendências contemporâneas da Historiografia.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica: Memória, Identidade e Representação.** Bauru: EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do império cognitivo, a afirmação das epistemologias do sul.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro - RJ: FGV, 2006.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da Historiografia: Capítulos Para Uma História das Histórias da Historiografia** Bauru - SP: EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Projeto de Pesquisa em História		04	02h	X	X			60h

EMENTA:

O historiador e a produção do conhecimento histórico. As técnicas básicas para a elaboração de projetos de pesquisa em História; problematização do tema e discussão das fontes, discussão bibliográfica, princípios do processo de planejamento da pesquisa, fundamentação teórico metodológica da pesquisa em História. Redação, pelo aluno, do projeto de pesquisa em história com acompanhamento do professor orientador.

COMENTÁRIO:

02 Créditos, ou seja, 30 horas dessa disciplina, deverão ser dedicados às atividades de pesquisa de campo para a construção e a elaboração do projeto de pesquisa monográfico para conclusão de curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico.** Petrópolis: Vozes, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma Introdução à História.** 8ª Ed.; SP: Brasiliense, 1990.

_____. **Os Métodos da história.** 5ª Ed. RJ: Graal, 1990

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Org.). **O historiador/a e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 20ª Ed. SP: Cortez, 1996.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
	Orientação teórico-metodológica e estágio supervisionado III	Orientação teórico-metodológica e estágio supervisionado II	11	02h	X	X		135h	165h

EMENTA:

Orientação teórico-metodológica e atividades práticas de estágio relativos aos métodos de abordagem e ação educativa das mais variadas fontes de pesquisa (orais, cartoriais, oficiais, jornalísticas, materiais, visuais) voltadas para pesquisa e o ensino em história. Atividades práticas de estágio nas casas e espaços de memória, tais como, museus; arquivos públicos (câmaras municipais, fóruns, delegacias, colégios) e privados (cartórios, coleções particulares, bibliotecas temáticas particulares, sindicatos, associações, clubes, álbuns fotográficos); arquivos de órgãos políticos e administrativos; memórias de grupos e/ou agrupamentos sociais; arquivos de jornais e rádios. Uso de novas tecnologias para compilação e análises dos dados coletados.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica: Teoria e Método**. Bauru-SP: EDUSC, 2006.

BARROS José D Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SAMARA, Eni de Mesquita. TUPY, Ismênia S. Silveira. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

D'ALESSIO, Marcia Mansor. **Reflexões Sobre o Saber Histórico**. São Paulo: UNESP - Universidade Estadual Paulista, 1998.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 25ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Nono Período

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	História da África		05	04h	X	X	15h		75h

EMENTA:

Fontes, metodologias e fundamentos para o estudo da história da África. A noção de África,

história e historiografia. Hominização, migrações e a formação das primeiras civilizações no continente africano. Civilizações africanas e suas matrizes culturais: civilizações clássicas (Egito, Núbia e Axum), os berberes, a África ocidental e oriental, a África central e meridional. A presença e a expansão do Islã. A inserção africana nos circuitos capitalistas do século XVI. A diáspora africana, o tráfico negreiro e o Atlântico Negro. O imperialismo, a partilha da África no século XIX e o domínio colonial. Os nacionalismos africanos, a descolonização e as lutas de independência. O pensamento social na África pós-colonial e as diferentes narrativas coloniais e decoloniais.

COMENTÁRIO:

01 Crédito, ou seja, 15 Horas dessa disciplina, deverá ser trabalhada, obrigatoriamente, com atividades práticas como componente curricular e que envolvam os conteúdos explícitos na ementa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIORDANI, M. C. **História da África**. Rio De Janeiro: Petrópolis, 1985.

SILVA, Alberto da Costa. **A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

J.D. FAGE. **História da África**. Lisboa, Edições 70, s/d.

OLIVER, Roland. **A experiência africana. Da pré-história aos dias atuais**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HERRMANN, P. **A Conquista da África**. São Paulo: Boa Leitura Editora, 1982.

MOTTA, M. M. M. **Cativeiro e Liberdade: Trabalho**. Rio De Janeiro: Verj, 1989.

REIS, J. J. **Escravidão e Invenção de Liberdade**. São Paulo: Brasiliense, 1988

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O ALUFÁ RUFINO - Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (1822-1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
0703031-1: DG	Geografia Humana e Econômica		04	04h	X				60h

EMENTA:

Aspectos conceituais da Geografia Econômica. A População. Os processos produtivos: agricultura, indústria e mineração. A circulação. O consumo. Energia e Transporte.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CLAVAL, PAUL R. J. **Espaco e poder**. Ed. Zahar 1979.

QUAINI, MASSIMO R. J. **Marxismo e Geografia**. Ed. Paz e Terra, 1979

MORAES, ANTONIO C. ROBERT DE S. P. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: HUCITEC. 1997.

Código	Componente curricular	Pré-requisito	CR	CH Semanal	CH				CH Total
					Teórica	Prática	PCC	PE	
DHI	Monografia	Projeto de Pesquisa em História	04	02h	X	X			60h

EMENTA:

Elaboração da monografia, utilizando os conhecimentos teóricos e metodológicos sob orientação docente orientador de acordo com o projeto de pesquisa. Compreensão dos procedimentos científicos e habilidades relativas às diferentes etapas da produção monográfica. Apresentação e defesa pública do trabalho concluído.

COMENTÁRIO:

02 Créditos, ou seja, 30 horas dessa disciplina, deverão ser dedicados às atividades de pesquisa de campo e para a redação do trabalho monográfico para conclusão de curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma Introdução à História**. 8ª Ed.; SP: Brasiliense, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia**. 15ªEd. São Paulo: Editora Campus, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

JENKINS, H. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20ª Ed. SP: Cortez, 1996.

Ementas das disciplinas optativas

Código: Dep. de Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0704025-1: DHI	História das Ideias Políticas e Sociais	Disciplina	30h / 02 cred.
Aplicação Teórica	Avaliado por Nota		

EMENTA:

Estudos sobre o pensamento político-social do ocidente. Conceitos sobre ação política, poder, liberdade e cidadania. O pensamento político na Idade Moderna e a contribuição de Maquiavel. As matrizes liberal, republicana e marxista. As influências na cultura política brasileira.

COMENTÁRIO:**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BOBBIO Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RUSSELL Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**: Pensamento Científico. 4. ed. São Paulo - SP: Companhia Editora Nacional, 1982.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **História do Pensamento Político**: da Cidade-Estado ao apogeu do Estado-Nação monárquico tomo I. Rio de Janeiro: Guanabara S. A., 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política Brasileira**. RJ, Paz e Terra, 1980.

TRINDADE, Helgio. **Integralismo: O Fascismo Brasileiro na década de 30**. 2ª Ed. São Paulo: Difel, 1979.

Código: Dep. de Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0704051-1 - DHI Aplicação Teórica	História da Cultura Avaliado por Nota	Disciplina	30h /02 créd.

EMENTA:

Os conceitos de cultura e sua relação com a História. A construção cultural em diferentes realidades sociais. Análise e interpretação de discursos em produções textuais, iconográficas e artísticas.

COMENTÁRIO:**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BURKE, Peter. (2002). **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

STRAUSS, Anselm L. 1999. **Espelhos e Máscaras: a busca da identidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Código: Dep. de Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0704052-1 - DHI Aplicação Teórica	Museologia Avaliado por Nota	Disciplina	30h /02 créd.

EMENTA:

Conceito e função de museu: origens e evolução histórica. Caracterização, classificação e história dos museus. A museologia no Brasil. Estrutura e funcionamento dos museus.

COMENTÁRIO:**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CHOAY, Françoise . **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

FAUSTO, Henrique Santos e FERNANDES, Neuza. **Bibliografia Museológica**. Rio de Janeiro: Museu da República, 1990.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa (Coord.). **Bibliografia sobre Museus e Museologia**. São Paulo: USP, Comissão de Patrimônio Cultural, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIRAUDY Danièle & BOUILHET, Henry. **O Museu e a vida**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-memória; Porto Alegre: Instituto estadual do Livro – RS; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

CERÁVOLO, Suely Moraes. **Delineamentos para uma teoria da Museologia**. Anais do Museu Paulista. São Paulo: n. sér. v.12.p. 237-268. jan./dez. 2004.

ARAÚJO, Marcelo Mattos & BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org). **A memória do pensamento museológico contemporâneo - documentos e depoimentos**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

Código: Dep. de Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0704027-1 - DHI	História da Região Nordeste	Disciplina	30h /02 créd.
Aplicação Teórica	Avaliado por Nota		

EMENTA:

Estudo da região Nordeste na colônia, Império e República: aspectos sociais, políticos e econômicos. Participação da região Nordeste no contexto nacional.

COMENTÁRIO:**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia. **A Terra e o Homem no Nordeste**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife-PE, 1997.

MARTINS, Cyro. Visão crítica do Regionalismo. In: _____. **Sem rumo**. 6. ed. Porto Alegre: Movimento, 1997. p.14ss.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da Necessidade** – Discurso e Prática do Regionalismo Nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Código: Dep. de Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0704054-1 - DHI Aplicação Teórica	História da Ásia Avaliado por Nota	Disciplina	30h /02 créd.

EMENTA:

A ocupação da Ásia. Evolução social e política. O Extremo Oriente: Confúcio, Lao-Tsé, Shintoísmo. A modernização. A formação das repúblicas da Coreia, do Vietnã e da Índia. A revolução chinesa. História do poder de Estado e das relações internacionais na Ásia. Os “tigres asiáticos”. A Ásia no século XXI.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: uma Nova História**. Porto Alegre: LP&M, 2008.

LINHARES, Maria Yedda. **O Oriente Médio e o mundo árabe**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SAKURAI, Célia. **Os Japoneses**. São Paulo: Contexto, 2014.

SEGRILLO, Angelo. **Os Russos**. São Paulo: Contexto, 2012.

TREVISAN, Cláudia. **Os Chineses**. São Paulo: Contexto, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GEERTZ, Clifford. Observando o Islã. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.

GIODANI, Mário Curtis. **História da Ásia anterior aos descobrimentos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Companhia das Letras, 1994.

Código: Dep. de Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0704055-1 - DHI Aplicação Teórica.	Pré-História Potiguar Avaliado por Nota	Disciplina.	30h /02 créd.

EMENTA:

Os primeiros sinais de ocupação humana. Os sítios arqueológicos pré-históricos: com registros rupestres, dunares, oficinas líticas, concheiros. A cerâmica pré-histórica. Fatores paleoambientais. Os artefatos líticos. Os povos indígenas pré-coloniais. As pesquisas mais recentes sobre a pré-história potiguar.

COMENTÁRIO:**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MARTIN, Gabriela. **Dez mil anos do homem potiguar**. Editora Iberdrola: 1997.

SPENCER, Walner. **A pré-história potiguar: em busca dos grandes caçadores**. Editora Universitária: UFRN, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 2.ed. atual. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1997.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Expedições Arqueológicas: relatório das prospecções arqueológicas realizadas em Carnaúba dos Dantas-RN (1996-1997)**.

Carnaúba dos Dantas: 1998 (mimeo).

MELLO E ALVIM, Marília Carvalho de. Povoamento da América indígena; questões controversas. **CLIO** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 1995-1996. p. 09-15 (Série Arqueológica, v. 1, n. 11).

Código:	Nome do Componente	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. de Origem	Curricular:		
0704056-1 - DHI	Memória e Preservação do Patrimônio Histórico	Disciplina.	30h /02 créd.
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA:

O conceito de Patrimônio: memória, cultura e identidade, na construção do conhecimento histórico. As relações entre memória e história, entre memória e patrimônio e entre memória e construção de identidades, tanto individuais quanto coletivas. Tipos de patrimônio. As teorias patrimoniais. Políticas de preservação do patrimônio no Brasil.

COMENTÁRIO:**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo, Ateliê, 2004.

JOKILEHTO, Jukka Ilmari. 1999. **Conceitos e idéias sobre conservação**. Butterworth-Heinemann, Oxford, 1999.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. A influência das cartas internacionais sobre as leis nacionais de proteção ao patrimônio histórico e pré-histórico e estratégias de preservação dos sítios arqueológicos brasileiros. **Revista Mneme**, Caicó-RN, v. 6, n. 13, p. 01-15, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos**. México D. F., Instituto Panamericano de Geografia e História, 1952.

CASTRO, Sonia R. **O Estado na Preservação de Bens Culturais: o Tombamento**. Rio de Janeiro, Renovar, 1991.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **O Direito à Memória – Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Cotia, Ateliê, 2008.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê, 2001.

Código: Dep. de Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0704057-1 - DHI	Arquivologia Histórica	Disciplina.	30h /02 créd.
Aplicação Teórica.	Avaliado por Nota		

EMENTA:

Conceito e histórico dos arquivos. Organização e administração de arquivos. Base conceitual do ciclo de vida dos documentos. Documentos históricos: conservação, restauração e microfilmagem. Impacto das novas tecnologias na administração de arquivos. Legislação brasileira sobre arquivos. A ética profissional do arquivista.

COMENTÁRIO:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHELLENBERG, T.H. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2.ed., R. de Janeiro: Ed. Fund. Getúlio Vargas, 1980.

PAES, Marilena L. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Ed. Fund. Getúlio Vargas, 1991.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. S. Paulo: T.A. Queiroz Ed., 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBORNOZ, Luiz Octavio M. **Arquivologia e Relações Humanas**. Rio de Janeiro: Ferreira, 2005. 152 p.

ARQUIVO NACIONAL. **A conservação de documentos em seus diferentes suportes: recomendações básicas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1986. 51p.

ALMEIDA, Luiz Fernando Duarte de. **Ensaio de sistemas de informação em arquivologia & documentação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: TÊD, 1986. 97 p.

Código: Dep. de Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
DHI	Tópicos Especiais I	Disciplina.	30h /02 créd.
Aplicação Teórica.	Avaliado por Nota		

EMENTA:

Disciplina/atividade de ementa aberta que tem por objetivo proporcionar aprofundamento de estudos ligados a temas das disciplinas obrigatórias e optativas e que dialoguem com as linhas de pesquisa e estudos do DHI/ASSU .

COMENTÁRIO:

Considerando a natureza da disciplina, a bibliografia deverá ser apresentada pelo docente responsável a cada semestre letivo.

Código: Dep. de Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
DHI Aplicação Teórica.	Tópicos Especiais II Avaliado por Nota	Disciplina.	30h /02 créd.

EMENTA:

Disciplina/atividade de ementa aberta que tem por objetivo proporcionar aprofundamento de estudos ligados a temas das disciplinas obrigatórias e optativas e que dialoguem com as linhas de pesquisa e estudos do DHI/ASSU .

COMENTÁRIO:

Considerando a natureza da disciplina, a bibliografia deverá ser apresentada pelo docente responsável a cada semestre letivo.

Código: Dep. de Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
DHI Aplicação Teórica.	Tópicos Especiais III Avaliado por Nota	Disciplina.	30h /02 créd.

EMENTA:

Disciplina/atividade de ementa aberta que tem por objetivo proporcionar aprofundamento de estudos ligados a temas das disciplinas obrigatórias e optativas e que dialoguem com as linhas de pesquisa e estudos do DHI/ASSU.

COMENTÁRIO:

Considerando a natureza da disciplina, a bibliografia deverá ser apresentada pelo docente responsável a cada semestre letivo.

Código: Dep. de Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
DHI Aplicação Teórica.	Tópicos Especiais IV Avaliado por Nota	Disciplina.	30h /02 créd.

EMENTA:

Disciplina/atividade de ementa aberta que tem por objetivo proporcionar aprofundamento de estudos ligados a temas das disciplinas obrigatórias e optativas e que dialoguem com as

linhas de pesquisa e estudos do DHI/ASSU.

COMENTÁRIO:

Considerando a natureza da disciplina, a bibliografia deverá ser apresentada pelo docente responsável a cada semestre letivo.

Código: Dep. de Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
DHI	Educação para as Relações Étnico- Raciais	Disciplina.	30h /02 créd.
Aplicação Teórica.	Avaliado por Nota		

EMENTA:

Colonização, colonialidade e suas nuances. A invenção da raça. Etnicídio dos povos originários de Abya Ayala. Diáspora dos povos de África. Racialização, racismo e colonialidade do saber. Epistemicídio. Culturas indígenas e afro-brasileiras. Práticas de educação antirracista. Políticas de ações afirmativas e a importância sócio-histórica das cotas raciais. Ensino de História e a construção de uma consciência social antirracista.

COMENTÁRIO:

Considerando a natureza da disciplina, a bibliografia deverá ser apresentada pelo docente responsável a cada semestre letivo.

14. POLÍTICAS PRIORITÁRIAS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

14.1 Política de Pesquisa e Pós-graduação

A relação entre ensino e pesquisa é evidente. A natureza dos estudos avançados de pós-graduação exige um contato mais estreito com a produção do conhecimento novo, uma vez que, um dos objetivos desse nível de formação é promover a autonomia intelectual do/a graduando que se dá pela prática da pesquisa.

A UERN conta com uma estrutura administrativa e logística fundamental para as atividades de pesquisa e pós-graduação. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG) é um Órgão Executivo que tem como objetivo fomentar atividades científicas voltadas para o desenvolvimento social e regional. A forma pela qual desenvolve suas atividades se baseia na edificação de pilares que contemplem a consecução de resultados

favoráveis ao engrandecimento da Ciência. Desse modo, viabiliza uma política de capacitação docente, atendendo os anseios da contemporaneidade, qual seja: dotar a Universidade de mestres e doutores capazes de efetivar uma pesquisa científica de qualidade.

Sua estrutura organizacional é formada pela Diretoria de Pesquisa e Inovação (DPI), Diretoria de Pós-Graduação (DPG), Departamento de Institucionalização de Pesquisa (DIP), Departamento de Apoio ao Pesquisador (DPA), Departamento de Inovação e Empreendedorismo (DIE), Departamento de Capacitação (DC) e Departamento de Cursos. Essa estrutura foi concebida com o propósito de tornar dinâmica as ações e dotá-la de hábil execução. Cabe aos departamentos conhecer, planejar, supervisionar e controlar atividades de pesquisa (iniciação científica, bolsas de estudo para discentes, grupos de pesquisa e projetos de pesquisa), pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), publicação (livros, periódicos e anais), eventos científicos (participações) e capacitação docente (bolsas de estudos para docentes e bolsas de demanda social). Ainda é mantida uma integração com agências de financiamento governamentais, tais como: Coordenação de Acompanhamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN).

O Departamento de Pesquisa da PROPEG/UERN tem como foco estimular e induzir a pesquisa científica na UERN, nas diversas áreas do conhecimento, assim como a captação de recursos por meio do desenvolvimento de projetos interdisciplinares. A pesquisa científica, no âmbito da UERN, faz parte das bases de sustentação da estrutura acadêmica que, associada ao ensino e à extensão, compõem a finalidade da nossa instituição.

Incentiva-se o desenvolvimento da pesquisa no sentido de contribuir para a descoberta de vocação e de novos talentos científicos, tanto em estudantes de graduação como do ensino médio, visando o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de campo de pesquisa.

Contamos com a parceria de algumas instituições públicas e privadas da região, instituições de fomento à pesquisa como CNPq, CAPES, FINEP e FAPERN.

Com o intuito de garantir transparência e corresponsabilidade, contamos com o acompanhamento efetivo do Comitê Institucional de Pesquisa e Inovação – CIPI, órgão colegiado responsável por gerenciar as atividades de pesquisa institucionalizada e inovação da UERN. Ao CIPI compete promover e acompanhar a discussão da política de pesquisa,

inovação e empreendedorismo e traçar as diretrizes que apontarão para a política e as ações no campo da pesquisa científica, inovação e empreendedorismo da UERN.

O Departamento de Pós-Graduação (DPG) tem como missão gerenciar o funcionamento da Pós-graduação no âmbito da UERN, incentivando a expansão sustentável de cursos e programas nas diversas áreas do conhecimento.

Entre as principais atribuições do DPG estão: acompanhar e orientar a construção de novas propostas de cursos *stricto* e *lato sensu*, assessorar o Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação quanto aos planos estratégicos de ampliação e otimização da pós-graduação, atualizar a base normativa para funcionamento dos cursos, considerando as necessidades emergentes do meio acadêmico e da sociedade em geral, além da emissão de diplomas de cursos *stricto sensu* e de certificados de cursos *lato sensu* ofertados pela UERN e reconhecimento de diplomas de pós-graduação obtidos no exterior.

Com o intuito de garantir transparência e corresponsabilidade, contamos com o acompanhamento efetivo do Comitê Permanente de Pós-Graduação *Lato Sensu* - CPPGLS e do Comitê Permanente de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - CPPGSS, os quais auxiliam o DPG na discussão e aprovação das suas propostas de ações e políticas em prol da expansão e modernização da pós-graduação em nossa instituição.

14.1.1 Atividades de Pesquisa do Departamento de História do CAA (Assú)

Entendemos que o fortalecimento e consolidação de uma boa graduação passa, necessariamente, pelo desenvolvimento das atividades de pesquisa. Atividade essencial, a pesquisa propicia um diálogo primordial com determinados conhecimentos já estabelecidos na área, através de apropriações, reapropriações e reelaborações, seja no campo teórico, seja no campo dos processos históricos. Em suma, o diálogo entre teoria e prática.

Não há produção de conhecimento sem pesquisa. Além disso, a pesquisa tem um papel didático-científico fundamental, especialmente quando do envolvimento dos/as estudantes de graduação nos projetos, onde os/as mesmos/as são iniciados/as o quanto antes no *metier* do saber historiográfico.

Nesse sentido o DHI-Assú (CAA) tem procurado fortalecer a pesquisa através do desenvolvimento de projetos por parte dos docentes do curso e incentivado os discentes em seus projetos individuais. Nos últimos anos os/as professores/as do DHI-Assú vêm desenvolvendo os seguintes projetos:

Relação dos Projetos de Pesquisa do Departamento de História de Assú de 2010 a 2020.

Docente	Comissão de Aprovação	Programa	Ano	Título	Grupo de Pesquisa	Situação
Marcelo Vieira Magalhães	PIBIC	PIBIC/UERN	2010	Identificação e catalogação de “arquivos” e fontes para a história de Assu		Encerrado
Andreza de Oliveira Andrade	PIBIC	PIBIC/UERN/CNPq	2011	Gênero, Sexualidade e Diversidade Cultural: cartografando caminhos da educação histórica em Assú – RN		Encerrado
Fábio André da Silva Morais	PIBIC	PIBIC/UERN/CNPq	2011	Sociedade, Poder e Serviço das Armas no Rio Grande do Norte Oitocentista.	História do Nordeste: sociedade e cultura	Encerrado
Jovelina Silva Santos	PIBIC	PIBIC/UERN/CNPq	2011	Nos fios da memória: a barragem e a diáspora dos/as trabalhadores/as rurais de São Rafael/RN	História do Nordeste: sociedade e cultura	Encerrado
Marcelo Vieira Magalhães	PIBIC	PIBIC/UERN/CNPq	2011	Identificação e catalogação de documentos judiciais e cartoriais: o fórum de Assú	Núcleo de Pesquisa em Educação	Encerrado
Soraya Geronazzo Araujo	PIBIC	PIBIC/UERN/CNPq	2011	Contribuições para a valorização e preservação da História do Vale do Assu. Leitura, transcrição e catalogação dos documentos da Casa Paroquial em Assu. (sec. XVII e XVIII)		Encerrado
Jovelina Silva Santos	PIBIC	PIBIC/UERN/CNPq	2015	Terra e Água: luta e resistência dos agricultores camponeses do município de Apodi/RN	História do Nordeste: sociedade e cultura	Encerrado
Josiane Maria de Castro Ribeiro	PIBIC	PIBIC/UERN/CNPq	2015	Arquivo do Fórum João Celso Filho. A pesquisa como aporte para a pesquisa e extensão.	História Social da Cultura	Encerrado
Josiane Maria de Castro Ribeiro	PIBIC	PIBIC/UERN/CNPq	2016	Crimes e Masculinidades: construindo o campo das relações de gênero na História Local de Assú.	História Social da Cultura	Encerrado
Josiane Maria de Castro Ribeiro	PIBIC	PIBIC/UERN	2017	Espiritismo: Ciência e Religião na construção de uma masculinidade dócil.	História Social da Cultura	Encerrado
Marcelo Vieira Magalhães	PIBIC	PIBIC/UERN	2017	Identificação e catalogação de documentos da casa paroquial da cidade de Assú – RN (Séculos XVIII e XIX)	História Social da Cultura	Encerrado
Soraya Geronazzo Araujo	PIBIC	PIBIC/UERN	2017	Riqueza, poder e mando: os corpos de ordenança na capitania do Rio Grande nos séculos XVII E XVIII	História Social da Cultura	Encerrado
Fábio André da Silva Morais	PIBIC	PIBIC/UERN	2018	História e Memória da imprensa assuense: o Jornal Tribuna do Vale do Açú (1988-2013)	GEPES (Grupo de estudos em Estado, Poder e	Encerrado

					Sociedade)	
Fábio André da Silva Morais	PIBIC	PIBIC/UERN	2019	Estado, Poder e Infância no Rio Grande do Norte oitocentista: a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte (1872-1889).	GEPES (Grupo de estudos em Estado, Poder e Sociedade)	Encerrado
Fábio André da Silva Morais	PIBIC	PIBIC/UERN	2020	A Guarda Nacional na Província do Rio Grande do Norte: Estado, Poder e Sociedade (primeira fase: 1831-1850).	GEPES (Grupo de estudos em Estado, Poder e Sociedade)	Em andamento
Marcelo Vieira Magalhães	PIBIC	PIBIC/UERN	2020	Escravidão no Vale do Assú: um estudo a partir de fontes paroquiais e cartoriais (1831-1884)	GEPES (Grupo de estudos em Estado, Poder e Sociedade)	Em andamento
Rosenilson Silva Santos	PIBIC	PIBIC/UERN	2020	Identificação e catalogação do jornal Tribuna do Vale do Açu (1988 a 2013)	GEPES (Grupo de estudos em Estado, Poder e Sociedade)	Em andamento

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEG / UERN – 2020.

14.1.2 Pós-Graduação – Departamento de História - Assú

Com relação à Pós-graduação o Departamento ofereceu três edições do curso de Especialização em Geo-História do Rio Grande do Norte, cuja maioria dos/as estudantes eram egressos da Licenciatura em História.

Desde 2002 o Departamento de História de Assú vem ofertando cursos de especialização que visam suprir demandas locais de professores/as e estudantes que buscam atualização e maior qualificação para o exercício da docência na rede básica e ensino superior. Foram ofertadas duas edições do Curso de Especialização em História do Brasil República e três edições em Geo-História do RN, conforme quadros abaixo.

DADOS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA

EDIÇÃO	PERÍODO	QUANT. CONCLUINTES
1ª	2002-2003	24
2ª	2004-2005	22

Fonte: Secretaria Departamento de História / 2020.

DADOS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GEO-HISTÓRIA DO RN

EDIÇÃO	PERÍODO	QUANT. CONCLUINTES
1ª	2005-2007	21
2ª	2009-2010	19
3ª	2011-2012	26

Fonte: Secretaria Departamento de História / 2020.

Com o intuito de manter a renovação na pós-graduação no âmbito do Departamento, em 2017 encaminhamos às instâncias competentes da Universidade um projeto de especialização em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, com intuito de responder à demanda social de formação que nos é colocada de forma muito particular pelas Leis 10.693/03 e 11.645/11.

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização, intitulado “Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”, será oferecido pelo Departamento de História do Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão e se destinará à professores/as do Ensino Fundamental e Médio, preferencialmente da rede pública de ensino; aos/às graduados/as em História ou em qualquer área das Ciências Humanas e áreas afins, envolvidas com a Educação Básica. O número de vagas iniciais será de 30, mas o projeto é de longo alcance e pretende, e espera-se que em sucessivas edições possamos atingir 120 professore/ras. Esse curso é uma resposta do Departamento de História à demanda de formação continuada oriunda de um processo histórico de invisibilização das comunidades tradicionais dos povos africanos, afrodescendentes e indígenas, que se presentifica no contexto de nossa cultura, de modo geral, e na cultura escolar de forma específica. A história desses povos e comunidades é marcada, sobretudo, por sua capacidade de resistência e pela força que sua cultura e tradições demonstram ao longo da história e é justamente essa capacidade de resistir e de se organizar enquanto movimentos sociais, que mobilizou o Estado Brasileiro, que ao ser provocado e demandado a assumir o protagonismo no que se refere à criação de leis e políticas públicas vem, ao longo das duas últimas décadas, fomentando leis e ações, que visam promover a cidadania dos povos indígenas e afrodescendentes. A criação da Lei 11.645/2008, de 10 de março de 2008, que altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei N. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, é o exemplo que demanda à sociedade debruçar-se sobre a história desses povos que não é, ao contrário

daquilo que alguns podem pensar a história do outro, mas é a nossa história, a história de todos os brasileiros e brasileiras.

Em termos burocráticos o Projeto da Especialização foi aprovada no Departamento e seguiu pelas vias previstas pela UERN, tendo recebido em 04 de março de 2017 o Parecer do Comitê Permanente de Pós-Graduação Lato Sensu – CPPGLS que continha sugestões referentes a: redução do número de vagas, adequação de carga horária destinada à disciplinas de caráter pedagógico e correção de nomenclaturas das disciplinas. Tendo sido realizadas às alterações necessárias conforme sugeridas pelo CPPGLS o Projeto seguiu para o CONSEPE com o número de processo 25/2019, que aprovou a criação do Curso e, através de um Despacho que sugere algumas atualizações referentes a legislação institucional e atribuição de carga horária para coordenador, vice coordenador e secretário. Ademais, um novo calendário letivo está sendo organizado para o início das atividades do curso em virtude de que a Pandemia Mundial motivada pelo coronavírus inviabilizou a continuação dos trabalhos.

A expectativa é que o curso inicie sua primeira turma no primeiro semestre de 2021.

14.2 Política de Extensão

A extensão, segundo a Resolução nº 14/2017 - CONSEPE - Regulamento Geral da Extensão Universitária da UERN, é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. É também uma mão de via dupla, com trânsito assegurado a comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. Pensando neste direcionamento, o Curso de Licenciatura em História integra os discentes em projetos desta natureza.

Um outro incentivo para integração dos/as estudantes do Curso de Licenciatura em História pode ser efetuado através de projetos de extensão universitária. A Universidade apresenta uma política de extensão, estando credenciada a projetos nacionais. Foi assim que o curso de História desenvolveu um Projeto de Extensão universitária e um Programa de Extensão custeado pelo Ministério da Educação e pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Além dos projetos de extensão, o curso tem promovido eventos na área que atraem o público externo, especialmente os docentes da rede básica de ensino. Outra ação extensionista que tem largo alcance e êxito é o Projeto Universidade no Ar. Por meio do rádio, leva à comunidade importantes debates e questões que dizem respeito à educação, saúde,

sociabilidades, direitos e cidadania.

14.2.1 Atividades de Extensão DHI-Assú (CAA)

O fortalecimento de qualquer universidade, e de nossa instituição em particular, deve passar necessariamente pela consolidação de uma tríade basilar, a saber: Pesquisa, Ensino e Extensão.

Se a pesquisa propicia a produção e reelaboração do conhecimento através do diálogo entre Teoria e Prática, a extensão é o diálogo com a comunidade. Expandir a universidade para além de seus muros é *mister* para qualquer instituição séria de ensino superior. Em nosso caso, a extensão significa a afirmação e defesa de uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.

O ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis na universidade. O princípio da indissociabilidade dessa tríade, foi estabelecida na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, cujo texto passou a integrar os principais documentos que regulamentam o ensino superior. A função social da universidade é também princípio basilar de sua existência. Corroborando esse princípio, a extensão se caracteriza como o instrumento que propicia o encontro e o diálogo entre a universidade e a sociedade. Essa relação é mediada pelas ações, projetos e atividades extensionistas, possibilitando que a produção desenvolvida na universidade vá ao encontro da sociedade. O diálogo horizontal com a sociedade promovido pelas atividades ou programas de extensão tem importância significativa no processo de formação dos discentes do Curso de História do Campus de Assú/UERN, razão pela qual, os docentes estão em constante discussão acerca da construção de ações e projetos de extensão que tragam temas e questões relevantes.

Nessa perspectiva, o Departamento de História de Assú vem desenvolvendo projetos de extensão visando interagir e dialogar com a comunidade, fortalecendo o ensino e pesquisa no curso. Nossos projetos têm buscado oferecer atividades ligadas à atualização e qualificação profissional, envolvendo professores/as da Rede Básica Municipal e Estadual da cidade de Assú, a formação e catalogação de fontes para a pesquisa histórica no Vale do Assú, e por fim, atividades culturais.

Algumas das atividades apresentadas no quadro a seguir, são exemplos da materialidade do fazer docente no campo da extensão:

AÇÕES DE EXTENSÃO – DHI / Assú – CAA (2009-2020)

ANO DE EXECUÇÃO	LOCAL	AÇÃO	DEPARTAMENTO	COORDENADOR
2009	CAA / Assú	Cinema em Movimento	Departamento de História	Prof. John Alex Xavier de Sousa
2010	CAA / Assú	Cinema em Movimento	Departamento de História	Prof. Fábio André da Silva Morais
2010	CAA / Assú	História da África e da cultura afro-brasileira	Departamento de História	Prof. ^a Jovelina Silva Santos
2010	CAA / Assú	Universidade no Ar	Departamento de História	Prof. Marcelo Vieira Magalhães
2011	CAA / Assú	Fórum de Debates: preservação de fontes e arquivos para a História Potiguar: uma reflexão sobre a memória e o fazer historiográfico	Departamento de História	Prof. Marcelo Vieira Magalhães
2011	CAA / Assú	Gênero, Sexualidade e Educação: Por uma escola sem homofobia	Departamento de História	Prof. ^a Andreza de Oliveira Andrade
2011	CAA / Assú	História da África e da cultura afro-brasileira	Departamento de História	Prof. ^a Jovelina Silva Santos
2011	CAA / Assú	(Re) Tecendo os fios da Memória: Construção de arquivos orais sobre a história da família e história da educação em Assú	Departamento de História	Prof. ^a Josiane Maria de Castro Ribeiro
2011	CAA / Assú	Universidade no Ar	Departamento de História	Prof. Marcelo Vieira Magalhães
2012	CAA / Assú	Universidade no Ar	Departamento de História	Prof. Gilmar Rodrigues de Lima
2012	CAA / Assú	Gênero, Sexualidade e Educação: Por uma escola sem homofobia	Departamento de História	Prof. ^a Andreza de Oliveira Andrade
2012	CAA / Assú	Ciclo de Palestras	Departamento de	Prof. ^a Jovelina

		Educação, Diversidade, Africanidades.	História	Silva Santos
2012	CAA / Assú	I Ciclo de Palestras: A questão agrária no Brasil: o campo em debate.	Departamento de História	Prof. ^a Jovelina Silva Santos
2012	CAA / Assú	V Semana de História: Ensino de História e Cinema.	Departamento de História	Prof. ^a Jovelina Silva Santos
2013	CAA / Assú	O outro sou eu? A escola como lugar de produção de visibilidades juvenis.	Departamento de História	Profa. Josiane Maria Ribeiro de Castro
2013	CAA / Assú	Desafios no enfrentamento da violência: construindo uma cultura de paz sem silenciar os conflitos.	Departamento de História	Profa. Josiane Maria Ribeiro de Castro
2013	CAA / Assú	Educação, Diversidade e Direitos Humanos: problematizações e enfrentamentos à violência na escola.	Departamento de História	Profa. Andreza de Oliveira Andrade
2014	CAA / Assú	Educação, Diversidade e Direitos Humanos: problematizações e enfrentamentos à violência na escola.	Departamento de História	Profa. Andreza de Oliveira Andrade
2016	CAA / Assú	A escola que se pergunta pelo/a outro/a: conversando sobre diversidade	Departamento de História	Profa. Andreza de Oliveira Andrade
2016	CAA / Assú	Na casa de Clio a festa de Dionísio: Ensino de História e o Teatro na escola	Departamento de História	Profa. Andreza de Oliveira Andrade
2016	CAA / Assú	Clio em Cartaz: os usos do cinema para a produção e ensino do	Departamento de História	Profa. Josiane Maria Ribeiro de Castro

		conhecimento histórico		
2017	CAA / Assú	Clio em Cartaz: os usos do cinema para a produção e ensino do conhecimento histórico.	Departamento de História	Profa. Josiane Maria Ribeiro de Castro
2018	CAA / Assú	Clio em Cartaz: os usos do cinema para a produção e ensino do conhecimento histórico.	Departamento de História	Profa. Josiane Maria Ribeiro de Castro

Fonte: PROEX / UERN - 2020

14.3 Programas formativos.

Programas formativos são ações universitárias que visam à inserção dos alunos de graduação em projetos de iniciação à docência, momento em que estes sujeitos, sob a supervisão de um professor orientador, irão desenvolver atividades de ensino e de assessoria de ensino, na universidade e nas escolas de educação básica. A UERN desenvolve atividades em quatro grandes programas formativos: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Residência Pedagógica (RESPED), Programa Institucional de Monitoria (PIM) e Programa de Educação Tutorial (PET).

Os programas formativos desenvolvidos pela universidade produzem inúmeros impactos positivos na formação dos graduandos (garantia de permanência no curso, imersão direta no cotidiano escolar e nos desafios da docência, fortalecimento das licenciaturas, produção de matérias didáticos, organização de eventos etc.), assim como na relação da instituição com a sociedade e a rede pública de ensino (aumenta a visibilidade da função social da universidade, garante uma rede de aprendizagem mútua entre todas as pessoas envolvidas, melhora os índices escolares etc.).

PROGRAMAS FORMATIVOS DESENVOLVIDOS PELA UERN

RESPED		PIBID	
Nº de Subprojetos	13	Nº de Subprojetos	11
Nº de Cursos	13	Nº de Cursos	13
Nº de Núcleos	25	Nº de Núcleos	15
Nº de Campi	4	Nº de Campi	4
Docente Orientador – Bolsista	24	Coordenador de Área – Bolsistas	15
Docente Orientador – Voluntário	13	Coordenador de Área – Voluntário	8
Preceptores – Bolsistas	66	Supervisor – Bolsista	41
Preceptores – Voluntários	2	Supervisor – Voluntário	1
Alunos Residentes – Bolsistas	552	Iniciação a Docência – Bolsista	358
Alunos Residentes – Voluntários	105	Iniciação a Docência – Voluntário	81
PET		PIM	
Nº de Cursos	4	Cursos com Monitoria	32
Nº de Campi	1	Campus com Monitoria	6
Professores Tutores	4	Nº de Bolsistas	54
Nº de Bolsistas	46	Nº de Voluntários	142
Nº de Voluntários	8	Nº de Projetos	152

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG). 03/02/2020. www.uern.br (UERN em números).

14.3.1 Programas formativos desenvolvidos pelo Departamento de História (CAA/Assú).

Cientes do papel fundamental que os programas formativos exercem na formação dos discentes do curso, o departamento de história tem uma atuação bastante diligente e ativa no acompanhamento dos editais externos dos órgão de fomento que disciplinam e contemplam tais programas. Dessa forma, desde 2013 que o curso é contemplado com bolsas e vem desenvolvendo atividades dessa natureza.

14.3.1.1 Programa Institucional de Monitoria (PIM)

É promovido pelo departamento com o objetivo de estimular a participação de alunos dos cursos de graduação no Processo Formativo, articulando pesquisa e extensão no âmbito dos componentes curriculares, socializando o conhecimento e minimizando problemas como repetência, evasão e falta de motivação.

Semestralmente, cerca de três a quatro componentes curriculares oferecem vagas de monitor. As atividades da monitoria têm como principais objetivos:

- a) dinamizar o processo ensino-aprendizagem, promovendo a melhoria da qualidade do ensino de graduação do Curso de História;
- b) desenvolver as potencialidades do monitor em relação à pesquisa histórica, mediante a utilização de seus fundamentos teórico-metodológicos, dialogando com as diversas tecnologias de ensino, vivenciando a experiência docente e desenvolvendo a reflexão crítica, a capacidade expositiva e didática;
- c) promover a articulação entre a formação acadêmica do aluno e a prática pedagógica, com vista ao exercício da docência;
- d) promover a ação conjunta dos monitores e professor-orientador nas atividades de Ensino articuladas à Pesquisa e à Extensão.

14.3.1.2 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

O PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) é uma das iniciativas de política de formação inicial de docentes. Foi criado pelo Decreto n.º 7.219/2010 e regulamentado pela Portaria 096/2013. Visa principalmente, a valorização do magistério. Sua administração é conduzida pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que acolhe Projetos Institucionais de outras agências de fomento que perspectivem Programas da mesma natureza.

Ao longo dos anos de 2013 à 2016, o departamento desenvolveu quatro edições do subprojeto intitulado “*Ressignificando Conceitos e Práticas Formativas para o Ensino de História no Ensino Médio*”, sob a coordenação do professor Augusto Sérgio de Oliveira. O subprojeto contou com um coordenador de área, vinte estudantes do curso de História de Assú e quatro professores-supervisores da Escola Estadual Juscelino Kubistchek. O Subprojeto teve como temáticas centrais: Identidade, Pluralidade Cultural e Cidadania no Ensino Médio.

Buscamos, a partir das discussões das temáticas propostas, contribuir para a formação de competências e habilidades nos graduandos de História, permitindo-lhes conceber a história de modo crítico e criativo, pensando as relações sociais de forma dinâmica, e procurando suprir demandas sociais por conhecimento histórico. As atividades estavam voltadas para a Educação Básica, bem como para saberes que utilizassem novas tecnologias de ensino no processo ensino-aprendizagem de história.

Em 2013, foram apresentadas e discutidas as propostas didático-pedagógicas e interdisciplinares do Subprojeto aos alunos(as) e professores-supervisores selecionados(as) no referido programa e subprojeto; realizou-se sessões sistemáticas para estudo e planejamento com supervisores e alunos(as) acerca das temáticas: Identidade, Pluralidade cultural e Cidadania. A escola parceira foi a Escola de Ensino Médio Juscelino Kubitschek. Produziu-se materiais e meios metodológicos para o desenvolvimento de atividades de ensino da História (maquetes, mosaico fotográfico, jornal, painéis ilustrativos, aulão com questões do ENEM, cordel, oficinas, documentários, rodas de conversa, livreto, slides, dinâmica dos excluídos, produção de textos, planos de aulas, gincana do conhecimento etc.). As atividades foram socializadas por meio de seminários entre alunos e professores-supervisores, dos materiais e meios metodológicos produzidos para a ação no ensino de História; além da apresentação em eventos científicos/acadêmicos, como o Encontro de Avaliação do PIBID (Mossoró) e no JK).

Ao longo de 2014, foram desenvolvidas semanalmente atividades de planejamento que foram desenvolvidas na escola pelo coordenador de área, professores-supervisores e alunos bolsistas e do planejamento da escola e das reuniões pedagógicas; realizaram-se oficinas de leitura das atividades em sala de aula; estudou-se referências teóricas do ensino de História; produziu-se materiais e meios metodológicos para o desenvolvimento das atividades de ensino (sequências didáticas, slides, vídeos, maquetes, árvores genealógicas, mini sítio arqueológico, diário de pesquisa, mural da História, painéis de arte rupestre, oficina de trabalho científico, planos de aula). Ocorreram, também, seminários na escola e na UERN para mostrar os materiais produzidos. Produziu-se artigos científicos sobre o ensino de História; participou-se de eventos científicos na área do Subprojeto de História (ANPUH); participamos com um artigo no livro "Concepções e Práticas de Formação de Professores: a experiência do PIBID/UERN", editado pela Edições UERN e socializamos o relatório final das atividades desenvolvidas na comunidade escolar e na UERN.

Em 2015, participamos do planejamento das atividades que foram desenvolvidas na escola pelo coordenador de área, professores-supervisores e alunos bolsistas; participou-se do

planejamento da escola e das reuniões pedagógicas; promovemos uma gincana interdisciplinar envolvendo os eixos temáticos Pluralidade Cultural, cidadania e Identidade; desenvolvemos técnicas e jogos que estimulem a aquisição dos conteúdos trabalhados (jogos de perguntas e respostas, quis digital, trilhas da História, roleta da História diário de bordo); promovemos leitura e escrita de História; realizamos aulas de campo com o objetivo de observar e discutir os impactos socioambientais provocados pela ação do homem no município de Assú, visitamos ao sítio arqueológico do Lajedo de Soledade; produzimos materiais didáticos-pedagógicos para o ensino de História(desenho ilustrando o cotidiano das comunidades caçadoras e coletora em cartolina com grafite e carvão, pintura da arte rupestre em gesso, produção de mapas sobre a origem do homem americano); produzimos artigos científicos sobre o ensino de História, participamos em eventos científicos na área do subprojeto(IV Feira de Ciências da Direc-Assú) e socializamos o relatório final das atividades desenvolvidas no âmbito escolar e na UERN.

Em 2016, participamos do planejamento das atividades que foram desenvolvidas na escola pelo coordenador de área, professores-supervisores e alunos bolsistas; participamos do planejamento da escola e das reuniões pedagógicas; realizamos um seminário de Avaliação para discutir as experiências vivenciadas no PIBID; produzimos artigos científicos acerca da experiência do PIBID; produzimos artigos e participamos de eventos científicos-acadêmicos e culturais local e regional da área do Subprojeto (VII Encontro Estadual de História da ANPUH-RN), o VI Seminário Nacional de Ciências e Práticas Culturais, em João Pessoa (PB), o Colóquio Nacional de História Cultural: produção e sensibilidades, em Caicó(RN), o V Encontro Nacional das Licenciaturas e IV Seminário Nacional do PIBID, em Natal, o II Encontro e o IV Seminário de Avaliação do PIBID/UERN (2016), em Mossoró, II SEDOC-IFRN-Campus de Ipanguaçu (2016), IV Semana de Ciência, Tecnologia e Inovação da UERN (2016), II MOCICULT, Mostra Científica da Escola Juscelino Kubitschek (2016), o JORLIMUK, Jornada Literária e Musical, juntamente com o PIBID de Letras de Assú(2016); realizamos uma palestra no JK sobre as Constituições Brasileiras para todas as turmas de Ensino Médio do turno matutino; utilizamos novas mídias dentro da sala de aula de História (blog, Whatsapp, slides); confeccionamos 60 peças em argila, três painéis com imagens dos pontos turísticos do RN, PB e CE, um mural contendo 29 paisagens sertanejas estilizadas, jogo de Senet, Joias, coroa do Faraó, relógio de água, maquete de pirâmide, casarões de Assú utilizando materiais reciclados, panfletos); apresentamos peças teatrais do teatro popular: Bumba-meu-Boi e de Mamulengos; produzimos cartazes, slide informativos, sequências

didáticas, oficinas, mural de charges e caricaturas, exposições de fotografias, objetos antigos e documentos históricos; promovemos um encontro no campus Avançado de Assú, para mostrar os trabalhos do PIBID da UERN e elaboramos e socializamos o relatório final.

Após três anos de hiato, agora em 2020, o departamento voltará à executar um novo projeto do PIBID. Atualmente estamos às vésperas da realização de mais uma edição. O projeto já foi aprovado pela CAPES e estamos no aguardo da liberação do processo seletivo dos discentes bolsistas. O projeto contará com um professor coordenador, um professor preceptor, oito discentes bolsistas e dois discentes voluntários.

14.3.1.3 Programa Residência Pedagógica (RESPED).

O Programa Residência Pedagógica (RESPED) é uma Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa à construção de estratégias interdisciplinares entre os diversos subprojetos e a interação escola e universidade para o fortalecimento da formação docente. Além disso, a realização de diagnósticos que forneçam às equipes de bolsistas conhecerem a dinâmica de funcionamento das instituições de ensino. Visando conhecer e refletir acerca de aspectos estruturais, administrativos, legais, didáticos e pedagógicos da instituição. Além disso, identificar as concepções e práticas docentes dos professores de cada área de ensino, especialmente dos preceptores integrantes de cada subprojeto. São participantes alunos da graduação (bolsistas e voluntários-residentes das licenciaturas), Professores da educação básica (bolsistas) e do ensino superior (bolsistas e voluntários).

As atividades da Residência Pedagógica (RESPED), sob responsabilidade do Departamento de História/CAA e coordenadas pela professora Andreza de Oliveira Andrade, tiveram início em agosto de 2018 com o subprojeto: *“Descolonizando o ensino de História sob a ótica da História e cultura afro-brasileira”*.

O referido projeto tinha como objetivos principais: a) fortalecer a formação de professores/as no âmbito da UERN; b) promover o enfrentamento ao racismo no espaço escolar segundo os PCNs; c) instrumentalizar a constituição de um novo olhar sobre a cultura, a arte e a estética afro-brasileiras; d) promover o ensino de História em consonância com a cultura afro-brasileira em diálogo com a Lei 10.639/2003; e) contribuir para promoção da auto estima por parte dos estudantes de modo que possam se reconhecer como afro-brasileiros

e valorizar seu lugar social; f) promover um ensino de História deslocado da perspectiva eurocêntrica; g) valorização da herança sociocultural africana na formação da sociedade brasileira.

Inicialmente, sob a orientação da professora coordenadora, a equipe de trabalho composta por três professores preceptores, vinte e quatro discentes bolsistas e quatro discentes voluntários, organizava reuniões semanais na forma de grupos de discussão.

Em setembro do mesmo ano foram iniciadas as atividades de ambientação na Escola Marcos Alberto de Sá Leitão, que se deram concomitantemente ao desenvolvimento dos grupos de discussão (GDs).

Em novembro de 2018, foi promovido o mês da consciência Negra na escola, que consistiu com a intensificação dos debates em torno da História e da Cultura africana e afro-brasileira. Todas as turmas da escola de 6º a 9º anos tiveram acesso a esse debate de forma transversalizada, pois as atividades foram incorporadas não apenas pela disciplina de História, mas pelos demais componentes.

O mês da consciência Negra também contou com a realização de Oficinas didáticas planejadas pelas equipes em conjunto com o/a preceptor/a de cada uma delas. As atividades foram divididas a partir de diferentes linguagens e abordagens.

Um dos grupos trabalhou elementos da cultura negra com a confecção de bonecas abaimy com retalhos de tecidos. Outro grupo trabalhou a cultura negra a partir de elementos musicais, especificamente percussão. Este grupo confeccionou instrumentos percussivos com os/as alunos/as e coletivamente montaram uma apresentação artística sob orientação dos/as alunos/as da residência pedagógica. Outro grupo trabalhou iconografias e fez também uma oficina de fotografia com os/as alunos/as. Esse grupo trabalhou não somente elementos de identidade visual afro-brasileira com intuito de promover condições para que os/as alunos/as desenvolvam uma auto identificação étnica e cultural. Na oportunidade eles/elas produziram fotografias que foram resultaram numa pequena exposição. Houve também o grupo que trabalhou a linguagem visual e a ludicidade por meio de histórias em quadrinhos. Nesta oficina os/as alunos/as foram incentivados a produzir tirinhas/as a partir dos elementos que foram debatidos em sala de aula relativos à cultura africana e afro-brasileira.

A culminância dessa atividade deu origem a uma mostra cultural no ginásio da escola, onde cada sala exibiu aquilo que foi produzido pelos/as alunos/as e o grupo envolvido com a percussão fez uma apresentação para toda escola. Essas atividades foram desenvolvidas tanto com as turmas do período da manhã e da tarde.

A partir de fevereiro de 2019 as atividades foram retomadas com o planejamento semestral das atividades da RESPED com coordenação, alunos/as e preceptores/as. Nesse mesmo mês foram retomadas as atividades nos GDs e a vivência de observação escolar. O planejamento apresentou a demanda de incluir a comunidade indígena nos debates e ações desenvolvidas. A partir disso, passou-se a trabalhar também a questão indígena na escola através de palestras e oficinas temáticas.

As atividades que visavam a realização do Abril indígena na escola tiveram como eixo temático **História, memória, representações e ensino de história indígena**. As oficinas realizadas tiveram o objetivo de apresentar e aproximar elementos da cultura indígena da qual somos herdeiros/as aos alunos e alunas da escola. Nossos/as alunos/as não apenas realizaram atividades teóricas como, mais uma vez orientaram o desenvolvimento de produtos por parte dos/as alunos/as da escola. Foi a partir desse princípio de produção que foram desenvolvidas também oficinas de cestaria, de grafismo corporal e um coral.

Naquela ocasião, mais uma vez a semana de culminância contou com atividades diversificadas na escola. Foi instalada uma exposição fotográfica que representava as festividades de comunidades indígenas do Rio Grande do Norte, ministradas pela Profa. Andreza Oliveira, e uma palestra sobre as comunidades indígenas do RN com o convidado Rafael Potiguara, liderança indígena da comunidade dos Mendonças do Amarelão do município de João Câmara – RN, para fazer roda de conversas com as turmas de 8º e 9º anos, tanto no período da manhã quanto no período da tarde. Repetimos a experiência na mostra cultural na qual foram exibidos os produtos desenvolvidos, houve uma apresentação dos corais, da manhã e o da tarde e foram realizadas pinturas corporais nos/as alunos/as e visitantes com elementos do grafismo indígena.

O mês de maio de 2019 foi um mês dedicado ao grupo de estudos mais amplo no qual debatemos o livro **Crítica da razão negra** do Achilli Mbembe, historiador e filósofo camaronês. Livro referência no debate acerca do descolonialismo e da cultura africana.

O trabalho desenvolvido pela RESPED do curso de História na Escola Marcos Alberto da cidade de Assú trouxe para todos os envolvidos – residentes, preceptores, coordenadores e alunos – a possibilidade de vivenciar uma educação transformadora e crítica, voltando seu olhar e prática para o ensino de história e as relações étnico-raciais, com enfoque na história e cultura africana e afro-brasileira, como também indígena.

Um das maiores conquistas do nosso grupo foram aprender a confluir

os conhecimentos da academia, do ensino de história e uma abordagem pedagógica que dialogasse com as artes de uma forma geral. Todavia, os encontros e atividades na escola com os alunos de 6º a 9º ofereceu um laboratório de atividades e culminâncias que foram todas abordando temáticas sobre a cultura e história africana, uma história do Brasil na perspectiva afrodescendente, e da cultura e história indígena. Assim, a principal conquista do grupo foi acompanhar dos alunos da escola Marcos Alberto um interesse em aprender e discutir questões sobre o racismo e preconceito, seja no espaço escolar como na sociedade; trabalhar a negritude e a cultura afro-brasileira como aspectos importantes de suas identidades e da nossa história nacional. Por fim, ter proporcionado à experiência de uma educação crítica e transformadora, que traga realmente para a educação básica a possibilidade de construir outras relações humanas baseadas no respeito à diferença, no aprendizado de outros saberes que são anticoloniais, e com outras formas de linguagens.

Estamos na expectativa de ainda nesse ano, agora em 2020, iniciarmos os trabalhos de uma nova edição da RESPED. O projeto já foi aprovado pela CAPES e estamos no aguardo da liberação do processo seletivo dos discentes bolsistas. O projeto contará com um professor orientador, dois professores preceptores, dezesseis discentes bolsistas e quatro discentes voluntários.

14.4 Política de Qualificação Docente

Os princípios da produção do conhecimento perpassam por profissionais qualificados/as para o trato da ciência, com capacidade teórico-metodológica, pois para produzir novos conhecimentos é necessária a pesquisa; daí a necessidade de qualificação dos/as docentes do curso de Licenciatura em História da UERN.

Fundamentando-se no princípio da formação contínua, que a realidade é complexa e que a qualificação profissional deverá estar em consonância com os diferentes fenômenos de transformação dessa realidade, implicando na emergência de novos problemas que precisam ser explicados e trabalhados.

A capacitação docente emana das Diretrizes Curriculares e é uma necessidade contínua para a melhoria da qualidade do Ensino e na produção de novos conhecimentos através da pesquisa. Atualmente, o Departamento de História é composto por 10 docentes (nove efetivos e um substituto). Destes, 02 (dois) são doutores, 08 (oito) possuem titulação de

mestrado. Dentre os mestres, 04 (quatro) se encontram cursando o doutorado. O departamento possui ainda duas vagas legais de docentes efetivos em aberto, aguardando abertura de concurso público.

O Plano de Qualificação Institucional, relativo ao Departamento de História do CAA (Assú-RN), possibilitou a saída de 02 (dois) docentes para o Doutorado em 2016 e 01 (hum) em 2019. O Departamento de História objetiva alcançar, nos próximos 04 (quatro) anos, 80% dos/as profissionais lotados com titulação de doutor/a.

15. AVALIAÇÃO

15.1 Projeto Pedagógico do Curso

Um Projeto Pedagógico do Curso que tem como objetivo formar profissionais que estejam aptos não somente a ensinar, mas também tornar esse profissional capaz de produzir conhecimentos deve estabelecer seus fundamentos em instrumentos ágeis de avaliação que lhe permita corrigir e reorientar objetivos, metas e estratégias, para conviver em um mundo dinâmico que exige transformações cada vez mais rápidas das sociedades.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE criado em 2014 assume funções sumamente relevantes para o Curso. Os debates em torno do Ensino, Pesquisa, Extensão ocorrem com vigor nesta comissão que tem caráter “propositivo, consultivo e executivo”, conforme estabelece a Resolução N.º 59/2013 – CONSEPE. Seja no processo de implantação do PPC e no cuidado com o cumprimento da legislação, seja na avaliação do desempenho de docentes e discentes por meio de instrumentos como a Avaliação Institucional e Exame do ENADE, o NDE se faz presente.

Quanto a avaliação externa, uma iniciativa adotada pelo Curso de História é a de entrevistas de sondagem com os/as egressos do curso. A pesquisa sistemática com os egressos nos permitem conhecer a área de atuação desses profissionais, se estão atuando na educação básica ou superior, quais as dificuldades encontradas e as deficiências percebidas no exercício da profissão. Com base nos dados fornecidos, o curso de História tem condições para avaliar com e propor estratégias visando o melhor desempenho dos docentes no processo formativo.

15.2 Processo ensino-aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem é uma atribuição que compete diretamente ao docente que ministra cada disciplina. Contudo, em que valha a sua autonomia no processo ensino-aprendizagem e na condução da avaliação, o/a professor/a deve considerar que os/as graduandos/as sob sua responsabilidade, terão de enfrentar na sua vida profissional, permanentemente, a reflexão sobre a prática pedagógica, sobre conteúdos, metodologias, sistemas de avaliação, de modo que será proveitoso participar de situações em que esses temas sejam postos em discussão.

Aqui, se destaca, mais uma vez, o papel do Núcleo Docente Estruturante do Curso. Atraindo para seu âmbito as discussões atinentes à ação pedagógica, incluídos aí os processos de avaliação de aprendizagem, o NDE busca consolidar na prática das discussões, entre os/as demais professores/as, de se apresentar e discutir, a cada semestre, programas de disciplinas, nos aspectos relacionados a conteúdo, bibliografia, metodologias de ensino e processo de avaliação.

Reexaminar as nossas formas de avaliação é fundamental para a inteira realização dos objetivos concebidos neste Projeto Pedagógico do Curso, pois as modificações introduzidas no curso de História não se restringem a meros acréscimos de novas disciplinas, mas da adoção de modos diferentes de conceber a história, o seu ensino, e, do mesmo modo, outro perfil de educando. O que requer, portanto, novas formas de avaliação de aprendizagem.

Uma vez que se buscará, na estrutura curricular, reconhecer e aproveitar a experiência extra-universidade do/a graduando/a, incluindo aí as atividades fora de sala de aula, no contato com a comunidade exterior à universidade, ter-se-á, então, a oportunidade de observar o desenvolvimento, no/a graduando/a, de habilidades tais como a capacidade de atuar em grupo, a abertura para lidar com situações novas, que a sala de aula geralmente não propicia. Noutras palavras, as habilidades e as competências mencionadas neste Projeto Pedagógico do Curso.

Não se trata mais de medir a capacidade do/a graduando/a de reter e reproduzir conteúdos, mas de verificar a que ponto ele demonstra habilidades que se expressam em competências. Esse deslocamento implica, assim, a modificação dos alvos da avaliação. A avaliação deve enfatizar a dimensão qualitativa da aprendizagem, em busca de estimular um processo de aprendizagem e reconstrução permanente, tomando a forma de uma avaliação que, como escreve Pedro Demo:

“Não se basta com o que o aluno domina em termos de conhecimento, mas busca, sobretudo, salvaguardar o caminho para sua autonomia. Reconstruir conhecimento com mão própria significa, antes de mais nada essa habilidade: ser sujeito capaz de história própria. Não se quer ver apenas quanta matemática o aluno internalizou, mas o que sabe fazer na vida com ela, como o instrumenta na capacidade de interferir na realidade.”³⁴

Assim, o ensino com base em competências e habilidades impõe a exigência de se rever o conceito e a prática de avaliação adotada, de modo dominante, dentro e fora da Universidade.

Deve-se passar de uma avaliação exclusivamente de conteúdo, para uma avaliação das habilidades e competências desenvolvidas ou em processo de formação. Por fim, uma avaliação que acompanhe o desenrolar do processo de aprendizagem do/a estudante, e não apenas a avaliação final de uma atividade, unidade ou semestre letivo.

O/a professor/a deve abrir-se para formas de avaliação que permitam, por um lado, uma avaliação progressiva e cumulativa, capaz de fornecer ao/a estudante a possibilidade do aprendizado a partir de seus erros, e, por outro lado, as retomadas de trajetórias, num processo assumido pelo/a professor/a a partir de métodos e instrumentos discutidos, partilhados e referendados pelo Departamento do curso.

Persuadidos da importância da adoção de mecanismos avaliativos contínuos, capazes de apreender as habilidades indispensáveis a um profissional de História, acreditamos que seja fundamental um sistema de avaliação que possua uma mínima flexibilidade para abrir-se a experiências por parte do/a professor/a, como as avaliações formativas e a auto-avaliação – avaliações que desafiam o/a estudante a pôr em prática seus critérios de julgamento, levando-o a assumir a responsabilidade de julgamento, estimulando seu amadurecimento profissional na prática de refletir sobre os diversos momentos do processo ensino-aprendizagem que terá de enfrentar como profissional.

Considerando a natureza das atividades acadêmicas e ainda o fato de que elas deverão ocorrer em âmbitos diferenciados, o Curso de História avalia a relação entre teoria e prática e o desempenho do/a graduando/a nos outros lugares onde se dá o exercício do processo ensino-aprendizagem, incluindo aí a comunidade externa à Universidade. Nesse sentido, o/a professor/a responsável pela atividade, na medida do possível, deverá ouvir o

³⁴ DEMO, Pedro. Mitologias da avaliação: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas. 3ª Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2010, p. 61.

grupo ou a comunidade envolvida na ação do/a graduando/a e os agentes que mediam essas atividades.

A proposta de absorver as atividades fora da sala de aula no currículo do/a graduando/a vai requerer da administração da UERN soluções novas que exigirão das disciplinas com caráter de Extensão, no que diz respeito à incorporação de horas e créditos ao currículo do/a graduando/a. Os critérios que devem regulamentar o aproveitamento dessas atividades sob a forma de horas e créditos, serão elaborados pelo colegiado do curso.

O processo avaliativo deverá ser concebido como um exercício que envolve todas as instâncias do curso. Por isso, inclui-se a necessidade da avaliação docente por parte dos discentes. A avaliação por parte dos discentes deve ser precedida por um amadurecimento das discussões, no âmbito do Departamento, acerca dos significados da avaliação, seus critérios e os objetivos, e sua ampliação para todo o corpo discente, colocando diante do/a graduando/a essas questões relacionadas à metodologia do conhecimento histórico, à prática pedagógica e à ética, com que terá de deparar-se no exercício de sua profissão.

Finalmente, no quadro do planejamento e do acompanhamento geral das atividades, como instrumento útil de planejamento das atividades previstas no Projeto Pedagógico do Curso, deverá ser adotado, a cada dois semestres, pelo Departamento, um quadro do desempenho quantitativo dos/as graduandos/as em cada disciplina, através das médias finais.

A quantificação das médias finais, das aprovações e das reprovações, servirá de dado inicial para que o Departamento avalie aspectos importantes de cada disciplina, cotejando o desempenho dos/as graduandos/as com as mudanças introduzidas no curso, identificando as dificuldades que afetam os/as discentes em cada disciplina, sem deixar de observar, para tanto, o peso dos vários fatores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, como metodologia do/a professor/a, perfil dos/as graduandos/as, condições de infra-estrutura, dentre outras. A finalidade dessa avaliação deverá ser o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, a retomada de trajetórias quando necessário, o exercício cotidiano da discussão de metodologias e de nossa prática didático-pedagógica.

15.3 Avaliação Interna do Curso de História

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2016/26) estabeleceu a política de avaliação institucional da UERN sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação

(CPA) e Assessoria de Avaliação Institucional (AAI). Em nível de unidades acadêmicas ou cursos funcionam as Comissões Setoriais (COSES).

A avaliação institucional é realizada pela Assessoria de Avaliação Institucional (AAI) e ocorre semestralmente, com a participação dos docentes e dos discentes. O processo de avaliação institucional procura interligar as dimensões de ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da instituição e o planejamento institucional a partir do diagnóstico apresentado. Nesse sentido, procura se estabelecer elo contínuo entre as Pró-Reitorias: PROEG, PROEX e PROPEG e PROPLAN para que seja possível visualizar uma Universidade real e possível a partir daquilo que é almejado no Plano Diretor Institucional de modo a concretizar sonhos e possibilidades de avanço.

No ensino tem se procurado promover uma análise sistemática dos cursos de graduação, seus projetos de ensino (PET, PIBID, PIM), cursos e eventos programados, disciplinas ofertadas, docentes efetivos, docentes provisórios, os estágios ofertados, as metodologias, relação teoria e prática, interlocução com a sociedade, o ENADE e os conceitos instituídos pelo Conselho Estadual de Educação, entre outros índices de avaliação.

No que diz respeito à pesquisa a compreensão é de que esta deve ser avaliada em torno da produção científica da comunidade acadêmica, linhas e projetos de pesquisa existentes e sua relação com a melhoria da qualidade de ensino, grupos de pesquisa e sua relação com a ampliação das produções/publicações, socialização das pesquisas e eventos científicos na UERN, os financiamentos externos obtidos; os projetos de iniciação científica e áreas prioritárias atingidas, os cursos de pós-graduação existentes e a qualidade desses cursos relacionando-os com os docentes e suas produções, assim como a oferta de vagas, demanda e diplomados, egressos dos cursos de graduação ofertados pela UERN, contribuição das pesquisas para o desenvolvimento local/regional, a pesquisa na UERN e os convênios nacionais obtidos, professores/as em capacitação, titulação dos/as docentes, titulação dos técnico-administrativos, procura dos/as discentes por cursos de pós-graduação, visibilidade de novos cursos a serem ofertados e possíveis convênios.

A extensão é avaliada a partir dos seus projetos por área de conhecimento, ações e metas das atividades extensionistas e suas relações com o desenvolvimento local, regional, parcerias, intercâmbios, convênios, cursos ofertados e relação com a demanda, participação da UERN em convênios nacionais e sua relação com outras instituições, entre outros fatores. Tem se procurado observar a relação e procura por programas/projetos de extensão visando assegurar uma política de envolvimento e participação dos/as docentes.

Dentro desta política de avaliação interna o Curso de Licenciatura em História, através do trabalho conjunto realizado pela Comissão Setorial de Avaliação (COSE) e Comissão Própria de Avaliação (CPA) é constantemente avaliado e os resultados destes processos avaliativos são objetos de debate e reflexão entre os docentes do Curso.

A dinâmica de avaliação se dá por meio de plataforma própria da Universidade (Plataforma Íntegra) através da qual docentes e discente avaliam aspectos diversos da instituição. A saber: apresentação do Plano Geral do Componente Curricular (PGCC); atuação didático pedagógica dos/as docentes feita pelos/as discentes; avaliação dos/as discentes pelos/as docentes, auto avaliação dos/as docentes e avaliação das condições de infraestrutura para o desenvolvimento do componente curricular, realizada por discentes e docentes.

Como na UERN a participação discente e docente nesses processos avaliativos é facultativa, firmando-se nos princípios democráticos de adesão voluntária e responsável e comprometida, foram considerados positivos os percentuais apresentados nos relatórios da avaliação enviados pelo SIPAVI ao Departamento de História. Os dados permitem-nos observar aspectos que consideramos positivo e problemas que requerem mais atenção, sejam eles de ordem didático-pedagógica ou relacionados à infraestrutura.

Como podemos ver tal avaliação inscreve o nosso Curso do ponto de vista didático-pedagógico, em um patamar que podemos considerar bastante satisfatório, contudo, não se perde de vista os desafios que se nos apresentam quanto ao investimento intenso na qualidade das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, de maneira que possamos promover uma educação pública verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

15.4 Avaliação Externa do Curso de História

O Curso de História foi avaliado pelo antigo sistema do Provão durante os anos de 2003 (quando obteve o conceito C) e 2004 (quando obteve o conceito B).

No ano de 2005, o sistema de avaliação do curso de História foi submetido, pela primeira vez, ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Foram cadastrados pelo Departamento de História para serem avaliados pelo ENADE 2005, um total de 36 graduandos/as, sendo: 31 concluintes e 05 ingressantes. Desses, foram selecionados pelo Ministério da Educação um total de 29 estudantes para realizarem a prova escrita e resposta dos questionários. Compareceu a avaliação um total de 29 graduandos/as, sendo que

02 graduandos/as solicitaram, oficialmente, dispensa ao Ministério da Educação alegando problemas de saúde. O curso obteve o conceito 05 (conceito máximo) na avaliação do ENADE.

Em 2011, o Curso de História foi novamente avaliado externamente. No ENADE 2011 o curso obteve o conceito 04 (quatro).

No ENADE dos anos de 2013 e 2015 o curso obteve conceito 03 (três). Por fim, no último ENADE de 2017, o curso obteve conceito 02 (dois).

15.5 Metodologia a ser adotada para a Consecução do Projeto.

O PPC será acompanhado de forma sistemática, contínua pelo NDE, por meios que possam garantir participação efetiva dos/as professores/as, discentes e técnicos administrativos. Como todo projeto pedagógico de curso, este também deverá ser acompanhado permanentemente pela instituição, desde sua implementação e durante todo o seu desenvolvimento/implementação. Esse acompanhamento permitirá ajustes e aperfeiçoamentos adequados. A avaliação do PPC deverá ser realizada de forma contínua pelo NDE e transmitida ao colegiado do curso. Essa avaliação deverá se inserir no processo de avaliação institucional.

15.6 Resultados Esperados

Esperamos que os discentes formados no curso de História possam realizar atividades na área da docência, nos níveis Fundamental, Médio e Superior, assim como dominar os métodos e as técnicas de pesquisa em História. Mesmo que o curso seja na modalidade de Licenciatura, defendemos vínculo entre o ensino e a pesquisa e vice-versa, para o êxito do processo de ensino-aprendizagem. A esse respeito, as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Curricular Comum para a Formação Inicial de Professores para a Educação instituídas por meio da Resolução CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, estabelece a necessária “conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento”.

O Curso de História já ultrapassou no debate e na prática, velhas dicotomias acerca do

ensino e da pesquisa nas licenciaturas. Desse modo, a matriz curricular do nosso curso permite que os discentes a serem formados possam ter o contato com as disciplinas de ensino e de pesquisa, aliando saberes pedagógicos e históricos com o ofício de pesquisador, permitindo, inclusive que os estudantes possam produzir projetos de pesquisas a serem desenvolvidos em nível de aperfeiçoamento e pós-graduação (*stricto e/ou lato sensu*).

Esperamos que o discente formado seja capaz de desenvolver a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento e que isso possibilite que o/a profissional a ser formado domine as novas tecnologias e linguagens metodológicas voltadas para o ensino de História; assim como, que o discente formado seja capaz de educar, pensando nas diferenças de classe, gênero, etnia, cultura, em diferentes contextos.

Foi imbuído dessa visão abrangente sobre a formação do licenciado em História que a nova Matriz Curricular do Curso foi pensada. Assim, a partir da implantação dessa nova matriz reformulada e atualizada, esperamos atingir os seguintes resultados:

- I. Fortalecer a formação do licenciado no tripé ensino, pesquisa e extensão, destacando a relevância da responsabilidade social e do protagonismo profissional na sua atuação;
- II. Reduzir a evasão do curso;
- III. Aprimorar a formação do licenciado a partir da prática, que estará presente desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento histórico;
- IV. Fortalecer o valor social da escola e da profissão docente;
- V. Aumentar a inserção dos egressos na formação continuada em seus diferentes níveis, especialização, mestrado e doutorado;
- VI. Expandir e estimular o diálogo do curso e da universidade com a comunidade;
- VII. Aprimorar a prática do estágio com foco no planejamento, na regência e na avaliação das atividades desenvolvidas nas escolas e no campo de estágio;
- VIII. Estabelecer parcerias formalizadas e duradouras com as escolas da rede pública estadual e municipal, especialmente através de programas como PIBID e RESPED.
- IX. Construir e desenvolver metodologias inovadoras e com dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor(a) aprendizagens significativas, capacidade de resolução de problemas, compreensão dos processos investigativos e

criativos da docência, exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas.

- X. Formar profissionais críticos, socialmente responsáveis e cientes dos desafios que a profissão docente impõe.

15.7 Acompanhamento dos/as Egressos/as.

Atentos a necessidade de estabelecermos um procedimento no âmbito do Curso de História do Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão, o NDE tem se mobilizado para estabelecer contato com os/as estudantes egressos e esta interlocução tem se estabelecido basicamente a partir de contatos virtuais estabelecidos via redes sociais como Facebook e Watsapp e por e-mail.

Construímos um questionário no ano de 2016 que foi disponibilizado em uma plataforma virtual a um universo de 150 estudantes formados nos últimos cinco anos, contatados virtualmente com a solicitação de que respondessem ao questionário.

Os dados levantados apontam para o retorno de 59 pessoas quanto à pesquisa, destas 64,4% eram mulheres e 35,6% homens. Apontando para a importância da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte em formar professores e professoras no Estado, a pesquisa dá conta de que 100% das pessoas residem e trabalham no interior do Estado. Contudo, esses mesmos dados apontam para uma fragilidade quanto à formação continuada e a pós-graduação, pois só 35,6 % deram continuidade aos estudos fazendo um curso de especialização e apenas 3,4 % cursam mestrado. O que aponta para a necessidade de maior investimento por parte da Universidade na Pós-Graduação, de modo a interiorizar, também, o acesso aos cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Naquilo que compete ao Departamento de História, há um esforço em oferecer de forma continuada, formação para nossos/as estudantes e demais profissionais da região. Em função disto, estamos reformulando o formato da pós-graduação por nós ofertada anteriormente através do Curso Especialização em Geo-História do Rio Grande do Norte de forma autofinanciada, para um formato de especialização gratuita. Já tramita nas instâncias internas da UERN um projeto para a abertura de um curso de especialização em Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena que será ofertado gratuitamente pelo

Departamento. Num esforço coletivo do corpo docente em constituir uma política de pós-graduação sólida que nos permita pleitear num espaço de seis ou sete anos a abertura de um programa de pós-graduação em nível de mestrado.

Do ponto de vista da inserção no mercado de trabalho a maioria daqueles/as que trabalham na educação, 39,2 % atua no ensino fundamental e médio. Sendo que 61,1 % atua no setor público. 27,5% dessas pessoas trabalha ou já trabalhou na gestão escolar. 49, 2% prestou e foi aprovado em concurso pública de secretarias municipais e estaduais de educação.

Na opinião dessas pessoas o Curso de Licenciatura em História tem uma notável qualidade, o que fez com que 66,1% se sentissem seguros para atuação autônoma na profissão ao termino de seu curso, pois 58,6% declara que estava preparado para o mercado de trabalho ao terminar a graduação.

Os dados indicam que o ponto alto na qualidade do curso é o comprometimento e a qualidade de seu corpo docente. Quanto a isto, indicam que 40,4% dos/as docentes possuem ótimo desempenho, na opinião dos/as discentes, no que se refere ao estímulo à aprendizagem 47,4% tem um bom desempenho neste quesito, por isso que 49,2% atribuem um ótimo conceito ao corpo docente do curso, enquanto que 45,8% o consideram bom e apenas 5,1% o consideram regular.

Os dados completos da pesquisam estarão disponíveis nos anexos deste PPC ao acesso de todos/as, mas de um modo geral eles permitem que possamos chamar a atenção para a grande importância que o Curso tem na formação dos/as professores/as de História para as cidades do interior do Rio Grande do Norte, notadamente àquelas circunscritas na região denominada de Vale do Assú e circunvizinhança, ao passo que o corpo docente do Curso de História assim como a UERN como um todo, consegue fazer muito com os poucos recursos lhes são destinados pelo Governo do Estado e por quem de direito.

Recentemente a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte implementou um instrumento oficial para o acompanhamento de egressos/as. O Portal do Egresso (<http://portal.uern.br/egressos>) objetiva estabelecer a interação entre a UERN e os profissionais por ela formados. O egresso(a) da instituição pode por meio do portal postar depoimentos, avaliar o curso no qual realizou a sua formação acadêmica e solicitar serviços como a emissão de documentos. Pode, ainda, obter informações sobre eventos, estágios e a possibilidade de retorno à Instituição por meio de concursos, ingresso em novo curso e em Programas de atualização, aperfeiçoamento, especialização, Mestrado e Doutorado.

Pelo fato de ser uma plataforma implementada à pouco tempo, ainda não foi possível tabular e analisar dados mais recentes sobre os egressos do curso.

16. INFRA-ESTRUTURA DO CURSO

16.1 Recursos Humanos:

A Secretaria de Graduação do Curso de História do CAA - Assú-RN, conta com 02 (dois) funcionários, que trabalham nos turnos matutino e noturno, atendendo às diferentes solicitações referentes às atividades do curso: digitação, encaminhamento e arquivamento de documentos de variadas tipologias (memorandos, ofícios, atas, dentre outras), além de operarem o Subsistema de Unidade Acadêmica (SAE), bem como solicitações de transporte e de materiais de expediente.

16.2 Corpo Docente

TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DO CORPO DOCENTE POR CARGO, REGIME DE TRABALHO, TITULAÇÃO E FORMAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DOCENTE	CARGO	REGIME DE TRABALHO	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO
Andreza de Oliveira Andrade	Professora Adjunta	DE	Mestra (doutoranda)	Graduada em História (UEPB) Mestra em História(UFPB) Doutoranda em História (UDESC)
Augusto Sérgio de Oliveira	Professor Adjunto	DE	Mestre	Graduado em História (UFRN) Especialista em História (UFRN) Mestre em Ciências Sociais (UFRN)
Fábio André da	Professor Adjunto	DE	Mestre	Graduado em

Silva Morais					História (UFC) Mestre em História (UFC)
Francisco Francijési Firmino	Professor Adjunto	DE		Mestre (doutorando)	Graduado em História (UECE) Mestre em História (UFRN) Doutorando em História (UFRJ)
Josiane Maria de Castro Ribeiro	Professora Adjunta	DE		Doutora	Graduada em História (UFC) Mestra em História (UFC) Doutora em Sociologia (UFC)
Jovelina Silva Santos	Professora Adjunta	DE		Mestra (doutoranda)	Graduada em História (UECE) Mestra em História (UFC) Doutoranda em História (UFPE)
Luzia Leila Velez de Miranda	Professora Auxiliar (temporária)	40 h		Mestra	Graduação em História (UECE) Mestra em <i>Formación de los Profesionales de la Formación</i> (Universidade de Granada-Espanha)
Marcelo Vieira Magalhães	Professor Adjunto	DE		Doutor	Mestra em História (UFC) Graduado em História (UFMA) Especialista em História (UFU) Mestre em História (UECE) Doutor em História (Universidade de Lisboa)
Soraya Geronazzo Araujo	Professora Adjunta	40 h		Mestra	Graduada em História (UFAM) Especialista em História (UFRN) Mestra em História (UFC)
Rosenilson da Silva Santos	Professor Assistente	DE		Mestre (doutorando)	Graduado em História (UFRN) Mestre em

Fonte: Secretaria Departamento de História (CAA) / PROGEP (UERN) – 2020. (**Observação:** o departamento conta com duas vagas legais em aberto para docentes efetivos, aguardando concurso público para o seu preenchimento)

16.3 Recursos materiais:

Salas – Noturno:

- a) 04 salas de aula no Campus Avançado Walter Sá Leitão climatizadas, equipadas com carteiras, quadro apropriados para pincel atômico e projetores de multimídia; ambientes arejados e iluminados naturalmente, contando ainda com iluminação artificial.
- b) 01 sala da chefia/coordenação do curso, climatizada, equipada com 02 computadores, com duas impressoras e um scanner, 03 armários de ferro, 02 de madeira, 01 mesa para reuniões.
- c) 01 sala de pesquisa e dos grupos de pesquisa, climatizada, equipada com 02 computadores, 01 impressora e um scanner, 01 armários de ferro, 02 estantes de ferro e 02 mesas.
- d) Mini-auditório do Campus Avançado Walter Sá Leitão, com capacidade para 60 pessoas, climatizado, equipado com cadeiras estofadas, quadro apropriados para pincel atômico e projetores de multimídia; ambiente arejado e iluminado artificialmente.
- e) Auditório do Campus Avançado Walter Sá Leitão, com capacidade para 180 pessoas, climatizado, equipado com palco, vestiário, sala de apoio, com cadeiras, projetor de multimídia; ambiente arejado e iluminado naturalmente e artificialmente.

16.3.1 Relação dos recursos didático-materiais do departamento

1. 4 notebooks Positivo
2. 2 Câmeras fotográficas DSL Nikon D 3100
3. 1 tripé para câmera
4. 1 Mini System Philips
5. 1 caixa de som
6. 2 microfones
7. 2 Gravadores de voz digital
8. 1 Notebook Positivo Premium

9. 2 Scanners de mão IScan
10. 1 Projetor de multimídia Optoma
11. 1 Projetor de multimídia Benq
12. 2 Projetores Multimídia LG
13. 1 Projetor de multimídia Epson
14. 1 Impressora HP 400 Pro
15. 1 Impressora SAMSUNG ML-1665
16. 2 PC SAMSUNG Plugtec
17. 1 PC AOC
18. 02 PCs SAMSUNG Plugtech do LaDHA

16.3.2 Departamento do Curso:

- 01 sala localizada no CAA, destinada às Secretarias e Chefia do Departamento, bem como para reuniões colegiado departamental, equipada com ventiladores de teto, ar-condicionado, mesas, armários, arquivos, computadores conectados à Internet e impressoras.

16.3.3 Recursos didáticos de apoio:

16.3.3.1 Laboratório de Documentação e Pesquisa Histórica do Vale do Açu (LaDHA)

Criado em 2011 por iniciativa do Departamento de História, o LaDHA auxilia as pesquisas de estudantes e professores/as, buscando despertar o interesse pelo estudo e pesquisa em História do Rio Grande do Norte, particularmente voltado para a História do Vale do Açu e regiões circunvizinhas. Sob a guarda de seu acervo, encontram-se várias tipologias de documentos históricos (relatórios, livros, periódicos), destacando os exemplares do jornal local Tribuna do Vale do Açu. Atualmente, o LaDHA conta com a possibilidade de liberação de uma emenda parlamentar destinada pelo Deputados Estadual Sandro Pimentel (PSOL-RN), no valor de R\$35.000,00 para a aquisição de equipamentos e matérias de apoio para as atividades e funcionamento do LaDHA.

16.3.3.2 Biblioteca Pe. Alfredo Simonetti (Campus Avançado Prof. Walter de Sá Leitão)

O Sistema Integrado de bibliotecas da UERN foi criado com o objetivo de difundir informação, democratizar o conhecimento acadêmico e dar suporte as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UERN.

As bibliotecas integradas ao sistema disponibilizam aos seus usuários (estudantes, técnicos/as e professores/as) uma coleção formada por livros, publicações periódicas, monografias e dissertações, materiais multimídia e outros documentos.

O Sistema integrado de bibliotecas da UERN é composto por:

- 09 bibliotecas setoriais;
- 11 bibliotecas de núcleos avançados.

A Sede Administrativa da Biblioteca Central (Mossoró) é um órgão suplementar da UERN. É responsabilidade da Biblioteca Central a coordenação técnica e administrativa de todo o sistema e que tem hoje uma equipe de aproximadamente 38 servidores (Biblioteca Central): bibliotecários/as, assistentes e auxiliares, que atendem àqueles que buscam informação e conhecimento disponíveis nos serviços de suas bibliotecas.

A pesquisa ao acervo é livre à comunidade acadêmica e ao público em geral. O acervo é multidisciplinar, composto em sua maioria por materiais que visam atender a gama de cursos oferecidos pela instituição.

Parte do acervo encontra-se informatizado com o Sistema SIABI, adquirido recentemente, sendo a pesquisa bibliográfica e de histórico do usuário realizada em terminais de consulta *in loco* e renovações e reservas podem ser feitas *on line*.

O sistema integrado de bibliotecas tem atuado como um centro de integração do conhecimento com o propósito de contribuir para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A equipe tem trabalhado para manter seu acervo diversificado e para a modernização de seus serviços, a fim de melhor atender aos diversos segmentos da comunidade acadêmica, pois a busca pela excelência no atendimento às necessidades de informação dos usuários é a nossa prioridade e a razão maior de sua existência.

É missão da Biblioteca Central: difundir informação, democratizar o conhecimento acadêmico e dar suporte as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UERN.

A sua área de especialização é multidisciplinar.

Serviços oferecidos pelo SIB/UERN:

- Acesso à base de dados *on line*;
- Atendimento ao usuário;
- Empréstimo domiciliar;
- Renovação e reservas *on line*;
- Normas da ABNT – orientação e normalização de documentos;
- Levantamento bibliográfico;
- Acesso à internet; (15 computadores)
- Sugestões de aquisições;
- Salas de estudos em grupo e individual;
- Elaboração de ficha catalográfica.

Constitui-se acervo do Sistema Integrado de Bibliotecas da UERN

- Livros;
- Obras de referência (enciclopédias, dicionários e atlas);
- Periódicos (revistas e jornais);
- Coleções especiais (Monografias, teses, dissertações; coleção mossoroense, etc.);
- CD-ROM's; Dvds.

A atualização do acervo tem por base os seguintes critérios:

Prioridade de compra para suprir o acervo dos Cursos em fase de avaliação para autorização, *reconhecimento* ou renovação do *reconhecimento*, bibliografia básica e bibliografia complementar;

Estrutura Física da Biblioteca Pe. Alfredo Simonetti (CAA – UERN/Assú).

- Área física: 200 m³. Climatizada
- Horário de Funcionamento: matutino (7h às 11h), vespertino (13h às 17h) e noturno (19h às 22h).
- Composição: 01 sala de pesquisa; área de estudo; sala de fotocopiadora; 02 banheiros (01 masculino e 01 feminino); 02 computadores para consulta de acervo e

01 impressora; área do acervo bibliográfico.

- Acervo Total: 7.261 exemplares; Obras na área de História: 744 exemplares.
- Os usuários da Biblioteca Setorial do CAA têm acesso à internet através da rede WI-fi do Campus Avançado Walter de Sá Leitão.

Perfil da Equipe da Biblioteca Pe. Alfredo Simonetti (CAA – UERN/Assú)

- Funcionários:
 - Francisco Luciano de Melo (Especialista).
 - Marcelo Henrique Pereira Costa (Graduando e Coordenador da Biblioteca Setorial de Assú)
 - Flauber Soares de Souza (Graduado)

16.3.3.3 Laboratório de Informática do Campus Avançado Walter Sá Leitão (CAA – UERN/Assú).

- Espaço Físico: 45 m³
- Quantidade de computadores: 15 PCs.
- Horário de funcionamento: vespertino (13h às 17h), noturno (19h às 22h).
- Funcionários:
 - Antônio Alderi Dantas (Superior incompleto).

17. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Na década de 90, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN dá início as discussões sobre a política de atendimento que contempla as pessoas com deficiência a partir da criação da Disciplina de Educação Especial com 60 horas-aula no ano de 1996 pelo Departamento de Educação da Faculdade de Educação do Campus Central da UERN, em cumprimento à Portaria 1.793/1994 do Ministério da Educação - MEC. Esta disciplina também foi oferecida em caráter especial aos professores das Escolas Públicas que cursaram a graduação antes desta portaria, bem como no Curso de Educação Física é ministrada a

disciplina Educação Física Especial com 30 horas-aula e ainda há a disciplina de Educação Especial no Curso de Filosofia. Esta disciplina também está presente nas matrizes curriculares dos programas especiais: Programa Especial de Formação Profissional para a Educação Básica - PROFORMAÇÃO e Pedagogia da Terra.

Com relação ao ingresso da pessoa com deficiência no ensino superior, a UERN vem cumprindo o que orienta o Aviso Circular nº 277/MEC/GM – Brasília de 08 de maio de 1996 e ainda o Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, no tocante à acessibilidade e formação docente.

Em cumprimento ao que dispõe o § 2º do artigo 5 da Lei 8.112/1990 e o Decreto 3.298/1999, a UERN vem inserindo em seus concursos públicos o percentual mínimo previsto na legislação de 5% das vagas destinadas a candidatos com necessidades especiais, inclusive, conseguindo êxito nas aprovações. Ressalte-se que, desde antes da Constituição e leis ordinárias que versem sobre o assunto, a UERN já absorvia em seus quadros servidores técnico-administrativos e professores com deficiência.

No ano de 2000, foi criada a Comissão Especial para a quebra de barreiras arquitetônicas, que resultou em um projeto de acessibilidade com apoio da Coordenadoria de Educação Especial - CORDE/Natal-RN.

Desde 2003, a UERN informa à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - SESU/MEC - o número de alunos com Necessidades Especiais e neste mesmo ano, realizou um Cursinho Pré-Vestibular preparatório para ingresso de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (surdos e cegos) na instituição, tendo como proponente a Pró-Reitoria de Extensão, coordenado pela prof.^a Maria Vera Lúcia Fernandes Lopes e executado por alunos e professores da Faculdade de Ciências Naturais – FANAT; Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – FAFIC e Faculdade de Letras e Artes – FALA e parcerias com a Secretaria de Educação e Cultura do RN e o Centro de Apoio ao Deficiente Visual de Mossoró - CADV. O curso foi desenvolvido no período de 15 de novembro de 2003 a 30 de janeiro de 2004, objetivando a criação de uma Sala de Recurso na UERN, tendo recebido da Secretaria de Educação uma máquina Perkins Brailleur.

Ainda em 2004 foi criado numa plenária da Faculdade de Educação (FE) no dia 9 de dezembro de 2004, com o nome de Núcleo de Assistência à Educação Inclusiva (NAEIN), teve seu nome modificado, também em uma plenária da FE no dia 6 de junho de 2005 e passou a ser chamado de Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Pessoas com Necessidades Especiais (NEPAE). Todavia, a administração superior, por entender a

necessidade de cumprimento da Portaria nº 3.284, de 7/11/03, e mais recentemente ao Decreto nº 5.296, de 2/12/04, e demais legislações pertinentes à inclusão, se propõe a criar o DAIN, para atender a UERN e seu raio de abrangência. Todos estes acontecimentos justificaram a necessidade de criação da DAIN para centralizar as discussões e ações sobre o tema no âmbito da UERN, como também fomentar a participação constante da UERN em eventos, ministrando os conhecimentos relativos a este campo de conhecimento tanto dentro da instituição como na sociedade.

Dessa forma, a UERN por meio de DAIN vem implementando nos últimos anos a promoção da Educação Inclusiva, tendo em vista o acesso de alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, aprovados no Processo Seletivo Vocacionado (PSV) e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)/Sistema de Seleção Unificada (Sisu), nos diversos cursos oferecidos pela UERN. A esse respeito, temos hoje cadastrados no DAIN 112 (cento e doze) acadêmicos com necessidades educacionais distintas, distribuídos entre o Campus Central (Mossoró) os 05 Campi (Caicó, Assú, Patu, Pau dos Ferros e Natal) e os 11 Núcleos.

A UERN é uma das universidades pioneiras no estabelecimento de cotas para pessoas com deficiência (PCD), por meio da Lei estadual Nº 9.696, de 25 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a reserva de 5% das vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais nos cursos de graduação oferecidos pela universidade. A legislação em si não garante o acesso à universidade, é necessário estabelecer uma política de inclusão e permanência das pessoas com deficiência para promover e garantir o acesso adequado e seguro às instalações da Universidade. Assim foi criada a Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN) que desenvolve a formação de recursos humanos, políticas e gestão da educação em diferentes áreas de conhecimento. Prima esforços pela qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com ações que busquem a consolidação da inclusão de estudantes com deficiência, a quebra de barreiras e promoção da acessibilidade, fortalecida pelo entendimento da pertinência da perspectiva de inclusão no âmbito da coletividade. A DAIN está ligada à Administração Superior, conforme Resolução Nº 05 de 24 de março de 2015, com um trabalho somado com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEG e a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX. A DAIN propõe medidas de acessibilidade e inclusão.

O Campus de Assú, local de funcionamento do Curso de História, realizou ao longo dos anos um conjunto de obras no campus com objetivo de garantir a acessibilidade, o livre

acesso e a segurança dos discentes portadores de necessidades especiais. Dentre as inúmeras obras, podemos destacar a construção de rampas de acesso, desobstrução dos corredores, barras fixas, banheiros adaptados, dentre outros. Além disso, a UERN dispõe de mobiliário e equipamentos especiais para atendimento do referido público. A DAIN também disponibiliza, deslocando para o CAA, sempre que necessário, um amplo quadro de profissionais especializados e qualificados para o atendimento e acompanhamento dos discentes portadores de necessidades especiais. As instalações do Curso de História foram contempladas por todas as obras de acessibilidade do campus e o corpo discente do curso sempre foi prontamente atendido nas demandas levadas à direção do campus e a DAIN.

18. REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA.

TÍTULO I

Da organização Curricular

Art. 1º O curso de Graduação em História, na modalidade de licenciatura, destina-se à formação de profissionais qualificados para atuar no ensino e na pesquisa, com competência técnica, científica e política para:

- I. – aprender criticamente os fundamentos teóricos e metodológicos da História, numa perspectiva de totalidade a fim de propiciar uma união necessária, nos

termos das dimensões do ensino e da pesquisa no tocante às atividades precípuas dos profissionais de História;

- II. – analisar o movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento econômico, social e político nacional, internacional e regional;
- III. – compreender o significado da profissão ante o desenvolvimento socioeconômico, nos cenários internacional e nacional, desvendando as possibilidades de ação concreta na realidade regional e local;
- IV. – identificar o processo de desenvolvimento da sociedade, a qual impõe uma participação mais ativa do curso de História no contexto político, econômico e social.
- V. – perceber os indivíduos na sua diversidade, de classes, de etnias, de culturas, estimulando o/a aluno/a a compreender de modo crítico as relações sociais;
- VI. – exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de História;
- VII. – assumir o magistério de História e coordenar cursos e unidades de ensino na educação básica.
- VIII. - Fornecer subsídios teóricos e práticos ao aprofundamento da formação do/a professor/a pesquisador/a em diferentes níveis.

Art. 2º O currículo do curso de graduação em História na modalidade de licenciatura dispõe de uma carga horária de 3.890 (três mil, oitocentas e noventa horas) horas. Para obter o grau de Licenciado(a) em História, o(a) discente deverá integralizar 246 (duzentos e quarenta e seis) créditos correspondentes a: 48 (quarenta e oito) créditos destinados à base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais (GRUPO I)³⁵, 112 (cento e doze) créditos destinados à a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas e interdisciplinares, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC e para o domínio pedagógico desses conteúdos (GRUPO II)³⁶, 27 (vinte e sete) créditos de Prática como Componente Curricular, mais 27 (vinte e sete) créditos de Estágio Supervisionado (GRUPO III)³⁷ e 26 (vinte e seis) créditos destinados às atividades de

³⁵ Conforme RESOLUÇÃO CNE/CP N º 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

extensão universitária (UCEs – Unidades Curriculares de Extensão)³⁸, além de 200 (duzentas) horas de Atividades Complementares, totalizando 3.890 (três mil, oitocentos e noventa) horas de efetivo trabalho acadêmico em um período mínimo de 4 anos e meio letivos (9 períodos/semestres) e máximo de 7 anos letivos (14 períodos/semestres), com tempo médio de 5 anos e meio letivos (11 períodos/semestres).

§ 1º Das 3.890 (três mil, oitocentas e noventa horas) horas que compõem o currículo pleno, 405 (quatrocentos e cinco) horas são destinadas às atividades de Estágio Supervisionado.

§ 2º Das 3.890 (três mil, oitocentas e noventa horas) horas que compõem o currículo pleno, 405 (quatrocentos e cinco) horas são de Prática como Componente Curricular.

§ 3º Das 3.890 (três mil, oitocentas e noventa horas) horas que compõem o currículo pleno, 200 (duzentas) horas são de Atividades Curriculares Complementares (atividades acadêmicas, científicas e culturais).

§ 4º Das 3.890 (três mil, oitocentas e noventa horas) horas que compõem o currículo pleno, 2.490 (duas mil, quatrocentos e noventa) horas são de conteúdos curriculares de natureza científico-cultural.

§ 5º Das 3.890 (três mil, oitocentas e noventa horas) horas que compõem o currículo pleno, 390 (trezentas e noventa) horas são destinadas às UCEs (Unidade Curriculares de Extensão).

Art. 3º O currículo do Curso de graduação em História, na modalidade de licenciatura, sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação do/a profissional de História, e nesse sentido, destacamos a integração entre teoria e prática, bem como a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Quais sejam:

- I. **Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da História**, para compreensão do ser social historicamente situado no processo contraditório de desenvolvimento das sociedades humanas;
- II. **Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira**,

³⁸ Conforme legislação vigente, a saber: Plano Nacional de Educação de 2014; Resolução MEC / CNE / CP, nº2 de 1º de julho de 2015; Resolução MEC / CNE / CES, nº7 de 18 de dezembro de 2018; PDI UERN 2016/2026; Resolução Nº 14/2017 – CONSEPE – UERN e Resolução Nº 25/2017 – CONSEPE – UERN.

compreendendo as particularidades que caracterizam a inserção do Brasil no processo de desenvolvimento econômico e social nos aspectos locais e regionais e o significado da disciplina histórica como profissão institucionalizada no contexto de ampliação da intervenção do Estado, através das suas funções sócio-institucionais nas esferas públicas e privadas, como mecanismo de controle político-social da força de trabalho, remetendo, ainda, à ressignificação do caráter de atuação profissional da História frente às novas interfaces da questão social, expressas na precariedade e vulnerabilidade das novas configurações do mundo do trabalho;

- III. **Núcleo de fundamentos do trabalho profissional**, compreendendo todos os elementos constitutivos da História como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em História e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos da História e dos processos de trabalho em que se inserem, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais para o exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei.

Art. 4º Fazem parte do currículo do Curso de graduação em História, na modalidade de licenciatura, componentes curriculares obrigatórios e optativos, estágio supervisionado, prática como componente curricular, atividades curriculares complementares, Unidade Curriculares de Extensão e a produção de um Trabalho de Conclusão de Curso focado na articulação entre teoria e prática e no incentivo à pesquisa, além de seminários temáticos, oficinas, monitoria, participação em atividades de pesquisa e extensão, participação em eventos técnico-científicos e artísticos, assim distribuídas/discriminadas:

I. Os componentes curriculares obrigatórios de formação histórica perfazem o total de 1.680 (um mil, seiscentos e oitenta) horas, correspondentes a 112 (cento e doze) créditos, sendo que 92 (noventa e dois) desses créditos são destinados aos conteúdos curriculares de natureza científico-cultural e 20 (vinte) desses créditos são destinados à prática como componente curricular:

Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Total de Créditos destinados aos Conteúdos	Total de Créditos destinados à
-------------	----------	---------------	--	--------------------------------

			Curriculares de Natureza Científico-Cultural	Prática como Componente Curricular
01 – Introdução aos Estudos Históricos	04	60	60	X
02 – História das Sociedades Ágrafas	05	75	60	01
03 – História Antiga I	05	75	60	01
04 - História Antiga II	03	45	30	01
05 – Teoria da História I	04	60	60	X
06 – Teoria da História II	04	60	60	X
07 – Historiografia	05	75	60	01
08 – História da América I	05	75	60	01
09 – História da América II	05	75	60	01
10 – História do Brasil I	05	75	60	01
11 – História do Brasil II	05	75	60	01
12 – História do Brasil III	05	75	60	01
13 – História do Brasil IV	05	75	60	01
14 – História do Brasil V	03	45	30	01
15 – História Medieval	05	75	60	01
16 – História Moderna	05	75	60	01
17 – História do Rio Grande do Norte I	05	75	60	01
18 – História do Rio Grande do Norte II	05	75	60	01
19 – História Contemporânea I	05	75	60	01
20 - História Contemporânea II	05	75	60	01
21 - História Contemporânea III	03	45	30	01
22 – Projeto de pesquisa em História	04	60	60	X
23 – Monografia	04	60	60	X
24 – História da Arte	03	45	30	01
25 – História da África	05	75	60	01
TOTAL	112 CR	1.680h	1.380h	20 CR (300h)

- I. Os **componentes curriculares interdisciplinares da formação histórica** (que tem como objetivo garantir a formação interdisciplinar do/a profissional de história, sem, no entanto, o impedir de aprofundar seus estudos nas disciplinas de caráter exclusivamente historiográfico) perfazem um total de 240 (duzentos e quarenta) horas, correspondentes a 16 créditos, sendo todos eles destinados aos conteúdos curriculares de natureza científico-cultural:

Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Total de créditos destinados aos Conteúdos Curriculares de	Total de Créditos destinados à Prática como Componente

			Natureza Científico-Cultural	Curricular
01 – Fundamentos da Filosofia	04	60	04	X
02 – Metodologia do Trabalho Científico	04	60	04	X
03 – Geografia Humana e Econômica	04	60	04	X
04 – Introdução à Antropologia	04	60	04	X
TOTAL	16	240	22	X

II. **Os componentes curriculares optativos de formação histórica** perfazem um total obrigatório de 60 (sessenta) horas, correspondentes a 04 (quatro) créditos, que serão escolhidos pelos/as estudantes em um total de 12 (doze) disciplinas ofertadas, em sistema de rodízio, sendo, 01 (uma) no sexto semestre e 01 (uma) no sétimo período. Os 04 (quatro) créditos serão destinados aos conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

- História das Ideias Políticas e Sociais
- História da Cultura
- Museologia
- História da Região Nordeste
- História da Ásia
- Pré-História Potiguar
- Memória e Preservação do Patrimônio Histórico
- Arquivologia histórica
- Tópicos Especiais I
- Tópicos Especiais II
- Tópicos Especiais III
- Tópicos Especiais IV

III. **As disciplinas de dimensão pedagógica** perfazem um total de 1.320 (um mil, trezentos e vinte) horas, correspondentes a 88 (oitenta e oito) créditos. Visam à formação pedagógica geral e específica do futuro docente, estruturadas nas temáticas e saberes centrados nos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais e profissionais, e incluindo também os componentes curriculares de Estágio Supervisionado nos quais o acadêmico experiencia o ensino de História no Ensino Fundamental, Médio e em espaços não escolares, respectivamente. Desse total de 88 créditos, 54 créditos (810 horas) estão destinados aos Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultural, 07 créditos (105

horas) estão destinados à prática como componente curricular e 27 créditos (405 horas) estão destinados aos estágios curriculares obrigatórios.

Disciplinas	Crédito	Carga Horária	Total de Créditos destinados aos Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultural I	Total de Créditos destinados à Prática como Componente Curricular	Total de Créditos destinados ao Estágio Curricular
01 – Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	04	60	04	X	X
02 – Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação	04	60	04	X	X
03 – Metodologia do Ensino de História I	05	75	04	01	X
04 – Metodologia do Ensino de História II	05	75	04	01	X
05 – Oficina de Ensino de História I	05	75	04	01	X
06 – Oficina de Ensino de História II	05	75	04	01	X
07 – Oficina de ensino de História III	05	75	04	01	X
08 – Psicologia Aplicada à Educação	04	60	04	X	X
09 - História e Historiografia da Educação Brasileira	05	75	04	01	X
10 – Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04	60	04	X	X
11 - História, Educação e Diversidade	05	75	04	01	X
12 - LIBRAS	04	60	04	X	X
13 – Orientação e Estágio Supervisionado I	11	165	02	X	09
14 – Orientação e Estágio Supervisionado II	11	165	02	X	09
15 – Orientação e Estágio Supervisionado III	11	165	02	X	09
TOTAL	88	1.320h	54	07	27

IV. O Estágio Supervisionado em História como atividade curricular obrigatória realiza-se durante três períodos do curso, integralizando um total de 405 (quatrocentos e cinco) horas de atividades práticas e 90 (noventa) horas de orientação teórica-metodológica em sala de aula (dimensão pedagógica), distribuídas nos seguintes componentes:

I – Orientação Teórico-Metodológica e Estágio Supervisionado I - ofertado no 6º período com carga horária de 165 horas/ 11 créditos, sendo: 02 cr/ 30 horas correspondentes a orientação teórico-metodológica (dimensão pedagógica) e 09 cr/135 horas correspondentes a prática do estágio supervisionado;

II – Orientação Teórico-Metodológica e Estágio Supervisionado II - ofertado no 7º período, com carga horária de 165 horas/ 11 créditos, sendo: 02 cr/ 30 horas correspondentes a orientação teórico-metodológica (dimensão pedagógica) e 09 cr/ 135 horas correspondentes a prática do estágio supervisionado;

III – Orientação Teórico-Metodológica e Estágio Supervisionado III - ofertado no 8º período, com carga horária de 165 horas/11 créditos, sendo 02 cr/ 30 horas correspondentes a orientação teórico-metodológica (dimensão pedagógica) e 09 cr/135 horas correspondentes a prática do estágio supervisionado;

VII – a participação do/a aluno/a em eventos técnico-científico e artísticos, cujas temáticas estejam relacionadas ao curso, realizados na UERN ou fora dela, a serem contabilizadas como carga horária das Atividades Complementares, deverá ser cadastrada diretamente pelo/a aluno/a na Plataforma Íntegra, cabendo ao orientador/a acadêmico acompanhar esse processo, conferir os comprovantes (certificados, declarações, diplomas dentre outros) e confirmar e validar a carga horária apresentada, e por fim recolher e organizar as cópias xerográficas dos comprovantes encaminhando-os ao Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DIRCA) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN;

VIII – O/a aluno/a deverá comprovar essa participação citada na alínea VII em 200 horas de atividades complementares, sendo aceitas a participação em oficinas, palestras, seminários temáticos, monitoria, atividades de pesquisa e extensão e em eventos

técnico-científicos, desde que devidamente comprovada através de certificados e/ou declaração de participação;

- a) – os seminários temáticos constituem espaços de discussão e aprofundamento de temáticas emergentes que perpassam a formação profissional;
- b) – as oficinas e as palestras, enquanto componente curricular, apresentam-se de forma flexível, cujas temáticas são essenciais para o processo de formação profissional;
- c) – a monitoria, conforme normas específicas da Instituição, é uma atividade acadêmica, que proporciona ao/a aluno/a, com interesse no exercício da docência, condições facilitadoras para o desenvolvimento de aptidões, habilidades e potencialidades necessárias para sua formação acadêmica e profissional;
- d) – a participação em atividades de pesquisa, de extensão e de monitoria constitui-se espaços de construção e reconstrução do conhecimento a partir da inserção do/a aluno/a em atividades de ensino, de investigação e de extensão;

IX – As atividades de natureza acadêmico-científico-culturais serão validadas de acordo com a tabela seguinte, que prevê a natureza, a carga horária atribuída e a forma de documentação requerida para integralização de carga horária do que tratam os itens VII e VIII deste artigo.

Atividade	Quantidade de horas atribuídas por atividade	Carga Horária máxima permitida	Documentação Comprobatória
ENSINO			
Bolsista ou voluntário em Programa Institucional de Monitoria – PIM.	60 h	120 h	Certificado.
Participação como docente, monitor, bolsista ou voluntário em projetos de natureza educacional, tais como: EJA, educação inclusiva e curso	Conforme horas trabalhadas.	60 h	Certificado.

pré-vestibular.			
Participante ou ministrante de oficinas, seminários, minicursos, palestra, ciclos de estudos, semanas de estudos na área de ciências humanas.	Conforme horas Trabalhadas.	60h ministrante. 40h participante.	para para Certificado.
Participação em Atividades Culturais em Comunidade – ACC (institucionalizadas pela UERN)	60 h	120 h	Certificado.
Participante em Cursos de língua estrangeira – mínimo três semestres.	Proporcional	60 h	Certificado.
Participante em Curso de informática – mínimo 50% de carga horária do curso.	Proporcional	60 h	Certificado.
Participante em Cursos de complementação de conteúdos das disciplinas do curso.	Proporcional	60 h	Certificado.
Participante em Cursos de formação geral: política, sociedade, ética profissional, educação, filosofia, ciências sociais e serviço social.	Proporcional	60 h	Certificado.
PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA			
Bolsista ou voluntário em Programa de Iniciação	20 h / semestre	80 h	Certificado.

Científica – atuação em projeto de pesquisa registrado na UERN – PIBIC			
Bolsista ou voluntário em projeto de pesquisa credenciado por órgão de fomento, vinculado a outras instituições.	10 h / semestre.	40 h	Certificado.
Participação em grupo de estudo aprovado pelo Colegiado e coordenado por professor/a.	15 h / semestre	60 h	Certificado.
Trabalhos acadêmicos na área de História. Periódico indexado internacionalmente (autor ou coautor)	20 h	80 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Trabalhos acadêmicos na área de História. Periódico indexado nacionalmente. Autor ou coautor.	15 h	60 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Trabalhos acadêmicos na área de História. Periódico de circulação local ou regional. Autor ou coautor.	10 h	40 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicação de livro na área de conhecimento do Curso. Autor ou com até três autores.	15 h	60 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicação de capítulos de livros com ISBN. Autor ou com até três autores.	10 h	50 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicação de artigos em revistas locais com corpo editorial. Autor.	10 h	50h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicação de artigos em revistas nacionais com corpo editorial. Autor.	15 h	60 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.

Publicação de artigos em revistas internacionais com corpo editorial. Autor.	20 h	80 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicação de artigos de divulgação científica, tecnológica e artística em revista especializada. Autor.	5 h	20 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicação de artigos de divulgação científica, tecnológica e artística em jornais. Autor.	5 h	20 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Apresentação de trabalho em congressos ou atividades semelhantes. Âmbito internacional. Autor ou co-autor.	10 h	60 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Apresentação de trabalho em congressos ou atividades semelhantes. Âmbito nacional. Autor ou co-autor.	8 h	48 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Apresentação de trabalho em congressos ou atividades semelhantes. Âmbito regional ou local. Autor ou co-autor.	5 h	30 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Apresentação de trabalho na Semana Universitária – oral ou painel. Autor.	8 h	48 h	Certificado.
Trabalho completo publicado em anais de congressos. Autor ou coautor	30 h	90 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Resumo publicado em eventos acadêmico-científicos regionais. Autor ou coautor.	3 h	30 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Resumo publicado em eventos	4 h	40 h	Cópia da capa e sumário e página

acadêmico-científicos nacionais. Autor ou coautor.			inicial da respectiva produção.
Resumo publicado em eventos acadêmico-científicos internacionais. Autor ou coautor.	5 h	40 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Prêmios científicos (monografia, ensaio, artigo, livro, relatório de pesquisa, produção de material didático e afins). Âmbito internacional. Autor ou coautor.	15 h	60 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Prêmios científicos (monografia, ensaio, artigo, livro, relatório de pesquisa, produção de material didático e afins). Âmbito nacional. Autor ou coautor.	10 h	40 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção.
Prêmios científicos (monografia, ensaio, artigo, livro, relatório de pesquisa, produção de material didático e afins). Âmbito regional ou local. Autor ou coautor.	5 h	20 h	Cópia da capa , sumário e página inicial da respectiva produção.
EXTENSÃO			
Ouvinte ou apresentador de trabalho em eventos na área de História ou em áreas correlatas, tais como: cursos, congressos, seminários, conferências e colóquios. Âmbito internacional.	15 h / para cada evento como ouvinte. 25 h / por evento como apresentador de trabalho.	30 h / ouvinte 50 h / apresentação de trabalho	Certificado.
Ouvinte ou apresentador de trabalho em eventos na área de História ou em áreas correlatas, tais como: cursos, congressos, seminários, conferências e	15 h / para cada evento como ouvinte. 25 h / por evento como apresentador de trabalho.	30 h / ouvinte 50 h / apresentação de trabalho	Certificado.

do curso.			
Produção de material didático com orientação de professor/aes.	10 h	40 h	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção
Participação como representante estudantil nos colegiados das várias instâncias da Universidade.	5 h por semestre	20h	Certificado ou Portaria.
ATIVIDADES CULTURAIS E OUTRAS.			
Produção de filmes, vídeos ou audiovisuais de informação científicos e culturais.	5 h	20 h	Certificado.
Mostra de artes plásticas.	5 h	20 h	Certificado.
Participação em C.A de História .	4 h	4 h	Ata de Reunião ou Eleição.
Participação em atividades a serviço da Justiça Eleitoral	De acordo com o documento.	30h	Certificado ou declaração.
Participação em grupo artístico da UERN.	3 h	15 h	Certificado.
Promotor ou Participante em atividades culturais, tais como: espetáculo de dança, música, poesia, teatro, grupo de cinema e exposição de pinturas e fotografia.	<u>Promotor</u> Atividades regulares: 15 h pontos por semestre; Atividades eventuais: 10 h pontos por semestre <u>Participante</u> Atividades regulares: 10h pontos por semestre; Atividades eventuais: 05 h por semestre.	<u>Promotor</u> 30 h <u>Participante</u> 20 h	Certificado.

Art. 5º Para a obtenção do Diploma de Licenciatura em História, o/a aluno/a, além de cursar os componentes curriculares e atividades obrigatórias prevista na matriz curricular, deverá elaborar trabalho monográfico e o Relatório Geral do Estágio Supervisionado.

§ 1º Para a elaboração do Relatório Geral do Estágio Supervisionado, exigir-se-á o cumprimento da carga horária equivalente a 405 (quatrocentas e cinco) horas do Estágio Supervisionado.

§ 2º As atividades do trabalho monográfico perpassam todo o processo de formação acadêmica, sendo sua elaboração iniciada com o componente Projeto de Pesquisa em História (8º período) e concluída com a disciplina Monografia (9º período);

Art. 6º - As 405 horas de atividades práticas como componente curricular, inseridas na carga horária dos componentes curriculares obrigatórios de formação histórica e de dimensão pedagógica, poderão ser preenchidas por atividades relacionadas com aulas/pesquisas de campo, relatórios de observação, oficinas de ensino, dentre outros. Estas constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante na relação teoria-prática nos componentes curriculares, mas que devem ser pensadas na perspectiva interdisciplinar, buscando uma prática que produza algo no âmbito do ensino e auxilie na formação da identidade do professor como educador, sendo realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos e são obrigatórias para a integralização do currículo.

Os/as estudantes do Curso de História deverão desenvolver essas atividades de acordo com os conteúdos definidos pelas ementas de cada componente curricular, em um contínuo diálogo histórico, interdisciplinar, pedagógico e socialmente responsável, com o campo do ensino e da formação docente.

Art. 7º - A carga horária dos componentes curriculares obrigatórios de formação histórica, dos componentes curriculares interdisciplinares da formação histórica, dos componentes curriculares optativos de formação histórica, dos componentes curriculares de dimensão pedagógica e do estágio supervisionado, constará de lista de oferta semestral, baseada no processo de integralização curricular e distribuída por períodos letivos a seguir:

I - PRIMEIRO PERÍODO

Código	Disciplina	CR	Carga horária	Deptº
	Introdução aos Estudos Históricos	04	60	DHI
	História das Sociedades Ágrafas	05	75	DHI
	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	04	60	DE
	Fundamentos da Filosofia	04	60	DHI
	Metodologia do Trabalho Acadêmico	04	60	DHI

II - SEGUNDO PERÍODO

Código	Disciplina	CR	Carga horária	Deptº
	História Antiga I	05	75	DHI
	Teoria da História I	04	60	DHI
	LIBRAS	04	60	DLV
	Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação	04	60	DE
	Introdução à Antropologia	04	60	DHI

III - TERCEIRO PERÍODO

Código	Disciplina	CR	Carga horária	Deptº
	Teoria da História II	04	60	DHI
	História e Historiografia da Educação Brasileira	05	75	DHI
	História da América I	05	75	DHI
	Metodologia do Ensino da História I	05	75	DHI
	História Antiga II	03	45	DHI
	UCE	08	120	

IV - QUARTO PERÍODO

Código	Disciplina	CR	Carga horária	Deptº
	História da América II	05	75	DHI
	História do Brasil I	05	75	DHI
	História Medieval	05	75	DHI
	Metodologia do Ensino da História II	05	75	DHI
	História da Arte	03	45	DHI
	UCE	09	135	

V - QUINTO PERÍODO

Código	Disciplina	CR	Carga horária	Deptº
	História do Brasil II	04	60	DHI
	História Moderna	04	60	DHI
	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04	60	DE
	Oficina de Ensino da História I	04	60	DHI
	Psicologia Aplicada à Educação	09	135	DE

VI - SEXTO PERÍODO

Código	Disciplina	CR	Carga horária	Deptº
	História do Brasil III	05	75	DHI
	História Contemporânea I	05	75	DHI
	História, Educação e Diversidade	05	75	DHI
	Oficina de Ensino da História II	05	75	DHI
	Orientação teórico-metodológica e estágio supervisionado I	11	165	DHI
	Optativa I	02	30	DHI

VII - SÉTIMO PERÍODO

Código	Disciplina	CR	Carga horária	Deptº
	História do Brasil IV	05	75	DHI
	História Contemporânea II	05	75	DHI
	História do Rio Grande do Norte I	05	75	DHI
	Oficina de Ensino da História III	05	75	DHI
	Orientação teórico-metodológica e estágio supervisionado II	11	165	DHI
	Optativa II	02	30	DHI

VIII - OITAVO PERÍODO

Código	Disciplina	CR	Carga horária	Deptº
	História do Brasil V	03	45	DHI
	História Contemporânea III	03	45	DHI
	História do Rio Grande do Norte II	05	75	DHI

	Historiografia	05	75	DHI
	Projeto de Pesquisa em História	04	60	DHI
	Orientação teórico-metodológica e estágio supervisionado III	11	165	DHI

IX – NONO PERÍODO

Código	Disciplina	CR	Carga horária	Deptº
	História da África	05	75	DHI
	Geografia Humana e Econômica	04	60	DGE
	Monografia		60	DHI
	UCE	09	135	DHI

§ 1º - Na distribuição dos componentes curriculares e atividades constantes neste artigo, o número que antecede os componentes curriculares indica seus respectivos códigos, os números seguintes indicam carga horária e créditos.

Art. 8º Para efeito de aproveitamento de estudos e integralização de matriz curricular sob regime de currículo pleno dos discentes ingressantes no curso de História até o ano de 2005.2, quando for o caso, fica estabelecida a seguinte equivalência curricular (sendo os componentes vinculados ao curso de História - Assú equivalentes entre si, ou seja, tanto os da nova estrutura curricular sendo equivalentes aos da estrutura curricular antiga, como também o inverso):

ESTRUTURA CURRICULAR DE EQUIVALÊNCIAS DAS DISCIPLINAS DOS CURSOS DE HISTÓRIA DA UERN

ESTRUTURA CURRICULAR HISTÓRIA - ASSU - PPC 2016			ESTRUTURA CURRICULAR HISTÓRIA - ASSU - PPC 2020			ESTRUTURA CURRICULAR HISTÓRIA - MOSSORÓ			ESTRUTURA CURRICULAR DE PEDAGOGIA-ASSU E OUTROS CÓDIGOS INATIVOS DE ESTRUTURAS DO CURSO DE HISTÓRIA-ASSU		
Disciplina	Código	Carga Horária	Disciplina	Código	Carga Horária	Disciplina	Código	Carga Horária	Disciplina	Código	Carga Horária
Introdução à História	AHI0001	60h	Introdução aos Estudos Históricos	AHI0123	60h	Introdução aos Estudos Históricos	MHI0181	60h	-	-	-

Fundamentos de Filosofia	FAD0381	60h	Fundamentos de Filosofia	AHI0160	60h	-	-	-	-	-	-
Métodos e Técnicas de Pesquisa	AHI0032	60h	Metodologia do Trabalho Acadêmico	AHI0125	60h	Práticas de Pesquisa em História	MHI0085	60h	-	-	-
Pré-História	AHI0031	60h	História das Sociedades Ágrafas	AHI0124	75h	Pré-História	MHI0182	60h	-	-	-
Sociologia da Educação	APE0015	60h	Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação	APE0079	60h	-	-	-	Sociologia da Educação	APE0245	60h
Antropologia Cultural	AHI0035	60h	Introdução à Antropologia	MCS0019	60h	Introdução à Antropologia	MCS0019	60h	-	-	-
Arqueologia	AHI0034	60h	-	-	-	Arqueologia	MHI0066	60h	-	-	-
História Antiga I	AHI0003	60h	História Antiga I	CAA0119	75h	História Antiga	MHI0062	60h	História Antiga I História Antiga I	MHI0126 AHI0126	75h 75h
História da Educação	APE0009	60h	História e Historiografia da Educação Brasileira	AHI0132	75h	-	-	-	-	-	-
Teoria da História	AHI0033	60h	Teoria da História I	AHI0127	60h	Teoria da História I	MHI0064	60h	-	-	-
Filosofia da Educação	AHI0036	60h	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	APE0080	60h	Fundamentos Histórico-filosóficos da Educação	MPE0080	60h	Filosofia da Educação	APE0240	60h
História Antiga II	AHI0006	60h	História Antiga II	AHI0129	45h	-	-	-	-	-	-
História da América I	AHI0004	60h	História da América I	AHI0130	75h	História das Américas I	MHI0073	60h	-	-	-
Psicologia Aplicada à Educação	APE0072	60h	Psicologia Aplicada à Educação	APE0072	60h	História, Psicologia e Desenvolvimento Humano	MHI0071	60h	Psicologia da Educação	APE0132	60h
									Psicologia da Educação I	APE0244	75h
									Psicologia da Educação	CAA0085	60h
Didática	APE0017	60h	-	-	-	Didática da História I	MHI0076	60h	Didática	APE0255	60h
História da América II	AHI0007	60h	História da América II	AHI0133	75h	História das Américas II	MHI0078	60h	-	-	-
História do Brasil I	AHI0008	60h	História do Brasil I	CAA0124	75h	História da América Portuguesa I	MHI0070	60h	História do Brasil I	AHI0134	75h
História Medieval	AHI0009	60h	História Medieval	AHI0135	75h	História Medieval	MHI0067	60h	-	-	-
Historiografia	AHI0037	60h	Historiografia	AHI0152	75h	Historiografia Brasileira	MHI0094	60h	-	-	-

História do Brasil II	AHI0010	60h	História do Brasil II	CAA0127	75h	História do Brasil Império	MHI0079	60h	História do Brasil II	AHI0138	75h
História do Rio Grande do Norte I	AHI0039	60h	História do Rio Grande do Norte I	AHI0147	75h	História do Rio Grande do Norte	MHI0084	60h	-	-	-
História Moderna I	AHI0038	60h	História Moderna	AHI0139	75h	História Moderna I	MHI0069	60h	-	-	-
Língua Brasileira de Sinais	ALP0135	60h	Língua Brasileira de Sinais	ALP0135	60	Língua Brasileira de Sinais	MLV0135	60h	-	-	-
Orientação Teórico-metodológica e Estágio Supervisionado I	CAA0018	135h	Orientação Teórico-metodológica e Estágio Supervisionado I	CAA0015	165h	Orientação Teórica Metodológica ao Estágio Supervisionado I	MHI0184	165h	-	-	-
História do Brasil III	AHI0013	60h	História do Brasil III	AHI0141	75h	História do Brasil Republicano I	MHI0083	60h	-	-	-
História do Rio Grande do Norte II	AHI0041	30h	História do Rio Grande do Norte II	AHI0189	75h	-	-	-	História do Rio Grande do Norte II	AHI0151	75h
História Moderna II	AHI0040	30h	-	-	-	História Moderna II	MHI0072	60h	-	-	-
Orientação Teórico-metodológica e Estágio Supervisionado II	CAA0019	135h	Orientação Teórico-metodológica e Estágio Supervisionado II	CAA0016	165h	Orientação Teórico-metodológica e Estágio Supervisionado II	MHI0087	165h	-	-	-
Técnica de Pesquisa Aplicada à História I	AHI0015	60h	Projeto de Pesquisa em História	AHI0153	60h	Projeto de Pesquisa em História	MHI0183	60h	-	-	-
História Contemporânea I	AHI0014	60h	História Contemporânea I	CAA0131	75h	História Contemporânea I	MHI0077	60h	História Contemporânea I	AHI0142	75h
História do Brasil IV	AHI0042	60h	História do Brasil IV	AHI0145	75h	História do Brasil Republicano II	MHI0089	60h	-	-	-
Orientação Teórico-metodológica e Estágio Supervisionado III	CAA0020	150h	Orientação Teórico-metodológica e Estágio Supervisionado III	CAA0017	165h	Orientação Teórica Metodológica ao Estágio Supervisionado III	MHI0180	60h	-	-	-
Técnica de Pesquisa Aplicada à História II	AHI0019	60h	Monografia	AHI0155	60h	Monografia em História	MHI0091	90h	-	-	-
História Contemporânea II	AHI0016	60h	História Contemporânea II	AHI0146	75h	História Contemporânea II	MHI0082	60h	-	-	-
História da Arte	AHI0021	30h	História da Arte	AHI0192	45h	História Geral da Arte	MHI0065	60h	História da Arte	AHI0137	45h

-	-	-	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	APE0102	60h	-	-	-	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	APE0246	60h
-	-	-	Teoria da História II	AHI0128	60h	Teoria da História II	MHI0068	60h	-	-	-
-	-	-	História da África	AHI0154	75h	História da África	MHI0088	60h	-	-	-
-	-	-	História do Brasil V	AHI0149	45h	História do Brasil Republicano III	MHI0092	60h	-	-	-
-	-	-	Oficina de Ensino de História I	AHI0140	75h	Oficina de Ensino de História I: Fontes Escolares	MHI0075	30h	-	-	-
-	-	-	Oficina de Ensino de História II	AHI0144	75h	Oficina de Ensino de História II: Linguagens Textuais e Oraís	MHI0081	30h	-	-	-
-	-	-	Oficina de Ensino de História III	AHI0148	75h	Oficina de Ensino de História III: Linguagens Audiovisuais	MHI0086	30h	-	-	-

TÍTULO II

DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

DA CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E OBRIGATORIEDADE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 9º - O Estágio Supervisionado em História, fundamentado nos pressupostos e objetivos da formação profissional, constitui-se atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do/a aluno/a nas escolas da educação básica, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional.

Art. 10 – O Estágio Supervisionado em História fundamenta-se nos seguintes princípios: princípio do exercício profissional; princípio da articulação das dimensões ensino, pesquisa e extensão, uma vez que no exercício do ofício de historiador/a a dimensão do ensino é também um campo epistemológico para a produção de saberes, o que faz da sala de aula e do espaço escolar um campo fértil para a emergência de pesquisas, bem como, também a partir da integração entre a Universidade e a escola, estabelece-se possibilidades de desenvolvimento de ações de extensão, notadamente àquelas que se voltam para a formação continuada de professores/as. Essa articulação se dá notadamente a partir da proposta de trabalho que integra

as atividades da Prática como Componente Curricular, dos componentes curriculares de dimensão pedagógica juntamente com as atividades dos Estágios Curriculares, articulando-os com atividades de ensino através da produção de ações pedagógicas.

§ 1º – O Estágio Supervisionado é elemento integrante do Curso de Graduação em História, modalidade de licenciatura, como atividade curricular obrigatória indispensável ao processo de formação profissional, que possibilita ao/a aluno/a o exercício para a capacitação profissional.

§ 2º – O estágio, como atividade acadêmica, possibilita a articulação entre ação empírica e os conhecimentos teóricos (relação teoria-prática), como processos contínuos de unidade, complementaridade e interdependência.

§ 3º – Como atividade curricular obrigatória, o estágio articula as dimensões de Ensino, Pesquisa e Extensão, possibilitando a articulação entre essas três dimensões numa perspectiva de multi e interdisciplinaridade.

§ 4º – O estágio Supervisionado como atividade curricular obrigatória é um espaço privilegiado do/a aluno/a em relação à capacitação profissional e à consecução de objetivos propostos para o processo de formação profissional, e se configura a partir da inserção do/a aluno/a no âmbito escolar, nas instituições públicas e privadas, garantida por meio de convênios firmados entre a Universidade e as mesmas, visando o treinamento para a ação profissional mediante o potencial e a capacidade reflexiva, bem como a integração da universidade e a sociedade.

Art. 11 – O Estágio Supervisionado em História como atividade curricular obrigatória realiza-se durante três períodos do curso, integralizando um total de 405 (quatrocentas e cinco) horas de atividades práticas e 90 horas de orientação teórica-metodológica em sala de aula (dimensão pedagógica), distribuídas nos seguintes componentes:

I – Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado I – ofertado no 5º período com carga horária de 165 horas/11 créditos, sendo: 02 cr/30 horas correspondentes a orientação teórico-metodológica (dimensão pedagógica) e 09 cr/135 horas correspondentes a prática do estágio supervisionado;

II – Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado II – ofertado no 6º período, com carga horária de 165 horas/11 créditos, sendo: 02cr/30 horas correspondentes a orientação teórico-metodológica (dimensão pedagógica) e 09 cr/135 horas correspondentes a prática do estágio supervisionado;

III – Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado III – ofertado no 7º período, com carga horária de 165 horas/11 créditos, sendo 02 cr/30 horas correspondentes a orientação teórico-metodológica (dimensão pedagógica) e 09 cr/135 horas correspondentes a prática do estágio supervisionado;

Art. 12 – O Estágio Supervisionado em História como atividade obrigatória somente acontecerá em Instituições Públicas e Privadas, devidamente credenciadas pelo Conselho Estadual de Educação – CEE e Ministério da Educação – MEC, que atendam aos critérios e às exigências estabelecidas pela UERN, em consonância com a legislação em vigor, cuja a inserção de nossos/as estudantes se dá a partir de convênios firmados junto às instituições parceiras, de modo a garantir o respeito à legislação que orienta as atividades de estágio.

CAPÍTULO II

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 13 – Serão considerados como Campos de Estágio as áreas temáticas aglutinadoras de instituições públicas e privadas, que dão conta do fazer profissional da História, incluindo-se entre estes, as atividades de Pesquisa e Extensão.

Art. 14 – Constituem-se campos de estágio em História as instituições de ensino básico de caráter público e privado sediadas no município de Assú:

§ 1º – Os campos de estágio serão indicados de conformidade com o estabelecimento de convênios e assinaturas de aditivos entre as Instituições de ensino básico de caráter público e privado com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 15 – A coordenação de Estágio poderá, de acordo com a realidade, apresentar novos Campos de Estágio, desde que previamente aprovadas pela plenária do Departamento de História.

CAPÍTULO III

DA COORDENADORIA DE ESTÁGIO

Art. 16 – A Coordenadoria de Estágio é o órgão pedagógico do Departamento de História – DHI, que tem por objetivo operacionalizar o processo de estágio como parte da formação profissional, fazendo a articulação com a Direção do Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão - CAA, Departamento de História – DHI, Instituições Públicas e Privadas do ensino básico e espaços não escolares a exemplo de arquivos e bibliotecas e com os/as professores/as

e estudantes.

Art. 17 – A Coordenadoria de Estágio será composta por;

I – Coordenador de Estágio;

II – Professor/a orientador/a.

§ 1º – O Coordenador de Estágio deverá ser um professor/a de História pertencente ao quadro docente do Departamento de História – DHI, eleito pelos seus pares, com um mandato de dois anos, com carga horária semanal destinada ao exercício de suas atividades/funções conforme normas institucionais vigentes;

§ 2º – O/a professor/a-orientador/a deverá ser um/a professor/a de História pertencente ao quadro docente do Departamento de História – DHI, responsável pelas disciplinas Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado I, Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado II, Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado III e terá carga horária semanal destinada ao exercício de suas atividades/funções conforme normas institucionais vigentes.

a) caso haja mais de um docente assumindo os componentes curriculares constantes do parágrafo segundo desse artigo, a coordenadoria de estágio passa a ser composta também pelo conjunto dos profissionais do Departamento de História nas atividades de estágio.

Art. 18 – São atribuições do Coordenador de Estágio:

I. Seguir as orientações do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso quanto à concepção, e a prática de Estágio a serem vivenciadas;

II. Cumprir as Determinações do Departamento, no que concerne ao Estágio, e que não estejam em conflito com a resolução 06/2015 do CONSEPE ou qualquer outra que venha a vigorar a posteriori;

III. Promover a articulação entre os Supervisores Acadêmicos de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, e destes com o NDE do Curso;

IV. Planejar e organizar procedimentos e rotinas para o efetivo funcionamento do Estágio, objetivando a superação das dificuldades;

V. Proceder junto aos Supervisores de Estágio a prévia identificação e avaliação dos Campos de Estágio e pólos aglutinadores, quando necessário;

VI. Fazer o devido estudo dos potenciais Campos de Estágio para avaliar sua compatibilidade com o perfil desejado para o egresso, e apresentá-los aos Departamentos para que estes deliberem a respeito de sua adoção enquanto Campo de Estágio para celebração de

convênio;

VII. Emitir orientações com cronogramas, exigências, e prazos para a realização das diversas fases da atividade de Estágio;

VIII. Disponibilizar fichas, e demais documentos para o discente estagiário/a;

IX. Encaminhar dados necessários para que o Coordenador Geral de Estágio das Licenciaturas requeira junto a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UERN a celebração do Convênio entre a Universidade e as Instituições concedentes de Estágio.

X. Informar à Coordenação Geral de Estágio das Licenciaturas, através de relatório semestral, sobre os avanços e as dificuldades encontradas para efetivação da atividade no âmbito de seu Curso, para a solicitação de providências junto aos Órgãos da Administração da Universidade, visando garantir as condições necessárias à realização do Estágio;

XI. Acompanhar o desenvolvimento das atividades previstas para o Estágio Supervisionado do Curso;

XII. Apresentar ao Fórum Integrado de Ensino das Licenciaturas - FIEL e às Unidades Acadêmicas, relatórios semestrais de suas atividades;

XIII. Participar ativamente das atividades do Fórum Integrado de Ensino das Licenciaturas - FIEL;

Art. 19 – São atribuições do/a professor/a-orientador/a do estágio:

I – Acompanhar o/a aluno/a durante todo o processo de estágio e supervisão com a visitação aos campos de estágio.

II – Planejar seminários, oficinas, encontros e reuniões entre os/as estudantes-estagiários/as e os profissionais das instituições de caráter público e privado do ensino básico;

III – Avaliar o/a estudante estagiário/a conforme as instruções vigentes na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte;

IV – Distribuir o material referente ao registro e acompanhamento do estágio aos estudantes-estagiários/as, tais como: documentos referentes ao processo de estágio, atividades, horas, processo de avaliação;

V – Informar ao Coordenador de Estágio do Departamento quaisquer problemas ou dificuldades relacionadas às atividades desenvolvidas pelos/as estudantes-estagiários/as.

CAPÍTULO IV

DOS SUJEITOS OPERACIONALIZADORES DO ESTÁGIO

Art. 20 – Constituem-se sujeitos operacionais do Estágio:

I – O Coordenador de Estágio do Departamento de História;

II – O(s) professor/a(es) orientador(es) do Departamento de História, responsável(éis) pelas disciplinas: Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado I, Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado II, e Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado III;

III – Os/as estudantes estagiários/as devidamente inscritos nas atividades de Estágio Supervisionado, matriculados nas disciplinas: Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado I, Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado II. Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado III;

Art. 21 – Os/as estudantes-estagiários/as serão encaminhados ao campo de estágio pelos/as professores/as orientadores/as de Estágio do Departamento de História.

Art. 22 – Constitui deveres dos/as estudantes estagiários/as:

I – Matricular-se nas disciplinas/atividades curriculares de Estágio Supervisionado;

II – Comparecer ao estágio em condições compatíveis e requeridas pela circunstância do estágio e do ambiente de atividade profissional;

III – Conduzir-se com urbanidade e probidade em todas as fases do estágio;

IV – Executar as atividades e tarefas de cada fase do estágio, mediante observação e cumprimento de normas e procedimentos metodológicos adotados pelos profissionais da coordenação de estágio do Departamento de História;

V – Manter o coordenador de estágio do Departamento de História e o(s)/a(s) docente(s) orientador(es) informado(s) do desenvolvimento do estágio e comunicar-lhe(s) com brevidade qualquer ocorrência que possa afetar as atividades ou que não esteja prevista no plano;

VI – Proceder a avaliação sistemática e contínua das atividades com a finalidade de aperfeiçoá-las, sempre que necessário;

VII – Cumprir os prazos e horários estabelecidos pela coordenação de estágio do Departamento de História, inclusive os relativos à apresentação de documentos como fichas, formulários, requerimentos, planos e relatórios.

Art. 23 – Constitui direitos dos/as estudantes-estagiários/as:

I – Receber da coordenação de estágio do Departamento de História, fichas e demais documentos utilizados no estágio;

II – Ser encaminhado oficialmente pela coordenação de estágio do Departamento de História aos campos de estágio;

III – Requerer, por escrito, à coordenação de estágio do Departamento de História, em casos especiais devidamente justificados e comprovados, a mudança da instituição (campo de estágio);

IV – Recorrer através de recurso dirigido à plenária do Departamento de História, contra decisões do/a professor/a(es)-orientador(es) do estágio ou do coordenador de estágio, mediante justificativa comprovada, para ser analisado conjuntamente com o coordenador do

FIEL (Fórum Integrado de Licenciaturas);

V – Requerer por escrito ao coordenador de estágio do Departamento de História, em casos especiais, devidamente justificados e comprovados, a mudança do/a professor/a(es) orientador(es) do estágio desde que esteja no prazo estabelecido para alteração de matrícula;

VI – Receber orientação sistemática do/a professor/a(es) orientador/a(es) responsável(éis) pelo acompanhamento do/a estudante.

Art. 24 – As atividades de estágio terão, obrigatoriamente, como instrumento de avaliação final a produção de um relatório e/ou plano de intervenção, e/ou projeto de ação pedagógica a ser desenvolvido nas instituições parceiras que serviram para a realização do estágio.

Art. 25 – O/a aluno/a que comprovar atividades de magistério em qualquer nível de ensino em Instituições de caráter público e/ou privado, poderá ter deduzida até 200 horas da carga horária exigida para estágio do curso de graduação em História, modalidade de licenciatura. Para efeitos de contagem de carga horária será considerado cada período letivo (seis meses) ministrados nessas Instituições como correspondentes a 60 horas-aulas.

Art. 26 – Os estágios supervisionados deverão ser realizados, prioritariamente, em instituições de caráter público e privado na jurisdição do município de Assu-RN.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO

Art. 27 – O acompanhamento de Estágio em História é o processo de observação e reflexão das atividades desenvolvidas pelo/a aluno/a-estagiário nos campos de estágio, possibilitando a articulação saber/fazer e possibilitando o treino das habilidades necessárias ao exercício profissional.

Parágrafo único – o acompanhamento, enquanto instrumento pedagógico que orienta o estudante durante todo percurso de estágio deve fornecer ao futuro licenciado em História, condições para exercitar e aprofundar a prática investigativa que possibilite a elaboração da síntese do processo ensino-aprendizagem e um posicionamento crítico frente à realidade social.

Art. 28 – O processo de acompanhamento de Estágio tem como sujeitos:

I – O/a Coordenador/a de Estágio do Departamento de História;

II – Os/as professores/as orientadores/as do Departamento de História, responsáveis pelas disciplinas: Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado I, Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado II. Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado III;

III – os/as estudantes-estagiários/as devidamente inscritos/as nas atividades de Estágio supervisionado, matriculados/as nas disciplinas: Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado I, Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado II. Orientação Teórico Metodológica e Estágio Supervisionado;

Art. 29 – O acompanhamento de estágio será desenvolvido em sala de aula e nos campos de estágio em cumprimento às diretrizes e objetivos do estágio e aos critérios exigidos pelas disciplinas/atividades de acompanhamento de estágio, com supervisão da coordenadoria de estágio de História, conforme critérios estabelecidos pela plenária do Departamento de História, observadas as normas vigentes sobre estágio na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – FAFIC e na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 30 – A carga horária destinada aos/as professores/as-orientadores/as responsáveis diretos/as pelo acompanhamento de estágio, conforme determina o regulamento institucional, é contabilizada em função da orientação e acompanhamento do Estágio Curricular, sendo que a cada 03 (três) grupos de estagiários/as, corresponderá a uma turma com no mínimo 09 (nove) estudantes e no máximo 12 (doze) estudantes.

CAPÍTULO VI

DA DOCUMENTAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 31 – O registro em documentos é uma exigência para o/a aluno/a estagiário do Curso de graduação em História, modalidade licenciatura, que corresponde às atividades planejadas e executadas em função do Fazer profissional.

Art. 32 – Constituem-se documentos obrigatórios para registro sistemático da experiência dos/as estudantes estagiários/as:

- I – relatórios mensais de atividades;
- II – fichamento de textos;
- III – resenhas de textos;
- IV – sínteses;
- V – diários de campo;
- VI – relatório do cômputo de horas de estágio;
- VII – plano de execução/projeto de intervenção;
- VIII – diagnóstico das realidades estudadas.
- IX – fichas de leituras;

X – relatório científico de experiência vivenciada.

CAPÍTULO VII

DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 33 – A avaliação é um processo pedagógico de acompanhamento e julgamento do desempenho dos/as estudantes em relação à aprendizagem nos sentidos ético, técnico e metodológico.

Art. 34 – As avaliações das disciplinas/atividades de estágio supervisionado serão realizadas pelo(s) professo(es)-orientador(es) acompanhante(s) de estágio do Departamento de História e o/a(s) docente(s)-cooperador/a(es) das instituições de caráter público ou privado do ensino básico (áreas de estágios).

§ 1º – as notas parciais e o exame final são atribuídos com base na apreensão do conteúdo programático e no desempenho e envolvimento nas atividades da prática profissional.

§ 2º – as notas a que se refere o parágrafo anterior são obtidas pela média aritmética das menções atribuídas pelo(s) professor (es)-orientador(es) acompanhantes de estágio do Departamento de História e apurados conforme normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

Art. 35 – São considerados como instrumentos de avaliação da aprendizagem nas disciplinas/atividades de Estágio Supervisionado:

- I – levantamento, resenhas e fichamento de textos;
- II – relatórios de caráter científico;
- III – provas individuais e trabalhos em grupos;
- IV – perfis e/ou diagnósticos dos campos de estágio e das realidades estudadas;
- V – relatórios mensais de atividades;
- VI – sínteses;
- VII – diários de campo;
- VIII – relatórios de cômputo de horas de estágio;
- IX – projeto de intervenção/planos de execução;
- X – fichas individuais.

Art. 36 – Como exigência para conclusão do processo de estágio supervisionado, o/a aluno/a estagiário, ao final do último semestre de estágio (8º período), deverá apresentar um relatório, intitulado Relatório Geral de Estágio, abrangendo os três estágios supervisionados (I, II, III) e correspondentes aos três períodos (6º, 7 e 8).

Parágrafo único – O Relatório Final de Estágio deverá observar as normas da ABNT.

TÍTULO III

DA MONOGRAFIA

CAPÍTULO I

DA CARACTERÍSTICA E DA CONCEITUAÇÃO

Art. 37 – O trabalho monográfico do Curso de Graduação em História, na modalidade de licenciatura, é uma exigência curricular para obtenção do grau de Licenciado em História.

§ 1º – A construção da monografia se realizará sob a orientação teórico-metodológica de um/a professor/a orientador/a.

Art. 38 – A monografia de graduação do Curso de História será caracterizada por um trabalho de iniciação científica, individual, estruturado e desenvolvido em torno de um tema – objeto, resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, a partir da realidade empírica, que poderá ou não ser gerada da prática de estágio no decorrer do curso.

Parágrafo único – A monografia é um trabalho escrito, pessoal, sistemático, original e completo que versa sobre um específico; de embasamento teórico e conceitual; abordado com precisão, clareza e encadeamento lógico de um tema de relevância histórica e científica.

CAPÍTULO II

DA ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 39 – A execução do Projeto de Monografia será efetuada como atividade pedagógica em conjunto, professor/a orientador/a e graduando, e será distribuída em duas fases: a fase em que se constitui o processo de elaboração da monografia e a fase constituída pela socialização das monografias elaboradas e concluídas pelos/as estudantes.

Parágrafo único – São requisitos essenciais para elaboração da monografia:

- a) respeito às normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- b) deve ser redigida em língua portuguesa e submetida a uma criteriosa avaliação ortográfica.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 40 – O processo de avaliação da Monografia obedecerá aos seguintes procedimentos:

I – Após anuência do/a professor/a orientador/a em conjunto com o/a professor/a da disciplina Monografia, o/a graduando/a deverá entregar três cópias da Monografia ao Departamento de História;

II – A avaliação da monografia será dividida em três notas, a saber: a primeira nota corresponderá ao sumário e primeiro capítulo e será atribuída pelo/a professor/a da disciplina, a segunda nota corresponderá ao sumário completo, introdução, primeiro e segundo capítulos a serem apresentados ao docente da disciplina e professor/a orientador/a; e a terceira nota será resultado da apresentação do trabalho completo a uma banca de defesa formada pelo/a professor/a da disciplina, orientador/a e professor/a convidado/a, (pertencente ao departamento de História ou outro Departamento da instituição).

III – A nota final constitui-se da média aritmética simples das três notas atribuídas pela banca examinadora.

IV – Será considerada aprovada a monografia que apresente média igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) na avaliação da banca examinadora;

V – Será reprovada a monografia quando:

- a) O/a aluno/a deixar de cumprir, sem justificativa por escrito, o prazo fixado para depósito de monografia;
- b) O/a aluno/a obter nota inferior a 7,0 (sete vírgula zero) na avaliação realizada pela banca examinadora na defesa da monografia.

CAPÍTULO IV

DO ORIENTANDO

Art. 41 – Constituem deveres do/a aluno/a-orientando do Curso de Graduação em História, modalidade de licenciatura, em relação à elaboração da Monografia:

I – Desenvolver atividades relativas à elaboração da Monografia durante todo o curso, em especial, por ocasião das disciplinas: Projeto de Pesquisa em História e Monografia, sob a orientação do/a professor/a-orientador/a;

II – Elaborar o Projeto de Monografia nos componentes curriculares citadas no item I e cumprir os prazos previstos no calendário letivo do Departamento de História

III – Cumprir o cronograma de trabalho previsto no Projeto de Monografia.

IV - Providenciar, após cumprimento das etapas previstas na avaliação da Monografia, a confecção de 02 (duas) vias digitais da Monografia e encaminhá-las ao Departamento de História;

Parágrafo único – As vias de monografia encaminhadas ao Departamento de História terão a seguinte destinação:

a) 01 (uma) via para a Biblioteca Pe. Alfredo Simonetti do Campus Avançado Walter Sá Leitão da UERN-Assú;

b) 01 (uma) via para a o Laboratório de Documentação e Pesquisa Histórica do Vale do Açú (LaDHA), vinculado ao Departamento de História-Assú.

CAPÍTULO V

DO ORIENTADOR/A

Art. 42 – O/a professor/a-orientador/a poderá ser escolhido pelo/a aluno/a a partir do 1º período do curso, de acordo com o quadro docente do Departamento de História ou poderá ser externo a este, ficando a orientação condicionada à solicitação, por parte do/a aluno/a, ao Departamento que deverá em reunião plenária autorizar e homologar a parceria com docentes externos que realizarão a orientação.

§ 1º – Em casos especiais, professores/as de outros Departamentos da UERN e de outras Instituições de Ensino Superior podem ser orientadores/as, desde que sejam de áreas afins do Curso de História.

§ 2º – Por solicitação escrita do/a aluno/a e após aprovação em plenária departamental, poderá haver mudança de professor/a-orientador/a de monografia;

§ 3º – O/a professor/a em regime de trabalho em tempo parcial (20 horas semanais) deve orientar no máximo 2 (duas) monografias e o/a professor/a de tempo integral (com 40 horas semanais ou DE) no máximo de 04 (quatro) monografias por semestre;

§ 4º – Para cada monografia orientada é atribuída 2 (duas) horas semanais ao/a docente orientador/a;

§ 5º – O/a professor/a orientador/a não pode abandonar o seu orientando no processo de orientação de trabalho monográfico, sem motivo justificado e sem se submeter à apreciação da plenária departamental.

§ 6º – Compete ao/a orientador/a:

- a) avaliar a relevância do tema proposto pelo estudante;
- b) orientar o estudante nas diferentes etapas do trabalho de iniciação científica, iniciando pela disciplina Metodologia do Trabalho Acadêmico;
- c) manter encontros regulares com o orientando;
- d) compor e presidir os trabalhos da banca ou junta examinadora e encaminhar, conjuntamente com o/a professor/a da disciplina Monografia, o resultado final ao Departamento de História, nos prazos fixados em calendário e nestas normas.

CAPÍTULO VI

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 43 – A banca examinadora, designada pelo Departamento de História, será constituída por três professores/as, conforme item II do Art. 39 do Capítulo III desta Norma.

Art. 44 – Compete à banca examinadora por seus membros:

I – efetivar o processo de avaliação da monografia, com a socialização desta por parte do/a aluno/a, de acordo com os requisitos definidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

II – entregar as cópias e os respectivos pareceres ao Departamento de História

nos prazos estabelecidos pelo calendário letivo.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO FINAL DO TRABALHO MONOGRÁFICO

Art. 45 – O trabalho monográfico somente poderá ser aprovado depois de passar pela defesa pública apresentada à banca examinadora.

TÍTULO IV

DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

CAPÍTULO I

DA CONCEITUAÇÃO, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 46 - A Curricularização da Extensão Universitária corresponde à meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) – PNE, cujo fim é fazer com que a totalidade discente curse 10% da carga horária geral do curso em componentes curriculares de caráter extensionista.

Art. 47 – Em consonância com a referida meta do PNE, o Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN (2016-2026) – PDI, o Regulamento Geral da Extensão – PROEX/UERN e o Regulamento dos Cursos de Graduação PROEG/UERN preveem a criação de nova unidade de estruturação didático-pedagógica (ou componente curricular) voltada para a extensão. Na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, esse componente curricular foi chamado de Unidade Curricular de Extensão – UCE, que possui legislação própria na resolução nº 25/2017 – CONSEPE.

Art. 48 – No âmbito do Curso de História-Campus Assú, a Unidade Curricular de Extensão – UCE constitui-se num componente curricular sem pré-requisito, com conteúdo flexível, com

carga-horária flutuante de acordo com o quadro de ofertas e periodização prevista na Matriz Curricular do Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 49 – Os princípios norteadores das UCE se confundem com o da própria Extensão Universitária. São eles:

I – A natureza teórico-prático-reflexiva com perspectiva epistemológica e didático-pedagógica interdisciplinar e transdisciplinar;

II – A relação dialógica com grupos comunitários e sociedade promovendo a troca de saberes;

III – A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 50 – São objetivos das UCE:

I – Promover a ampla formação a partir do contato com saberes plurais;

II – Oportunizar a experiência de discutir, reinterpretar e adaptar os saberes próprios da história numa linguagem que ultrapasse a acadêmica;

III – Desenvolver potencial crítico a partir do contato interessado com agrupamentos e situações sociais;

IV – Impactar a formação discente com ações extensionistas que equilibrem o tripé formativo.

CAPÍTULO II

DOS TRÂMITES PARA CADASTRO DAS UCE

Art. 51 – De acordo com a legislação vigente, somente os projetos/programas de extensão institucionalizados junto a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX servem de base para as UCE que ficarão a eles associados a partir de cadastro no sistema/plataforma em operação.

Art. 52 – O/A docente que ofertar a UCE deve estar, obrigatoriamente, cadastrado no projeto/programa de extensão na condição de coordenador ou membro.

Art. 53 – Na dinâmica da extensão, projetos/programas podem gerar mais de uma UCE; podem envolver mais de um curso, o que pode também gerar mais de uma UCE.

Art. 54 – À carga horária docente para as UCE cadastradas é vinculada a carga horária dos coordenadores ou membros do projeto/programa, conforme Resolução de Distribuição de Carga Horária vigente.

Art. 55 – A ementa de cada UCE é flutuante, ficando associada ao objetivo geral do projeto/programa que lhe dá base.

Art. 56 – O processo de matrícula nas UCE, a distribuição de vagas e sua ocupação obedece as regras da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DAS UCE

Art. 57 – O caráter geral das UCE é proporcionar uma formação mais participativa, para além do cotidiano sala de aula/laboratório ou grupo de pesquisa. Em assim sendo, os projetos/programas que gerem UCE devem levar em conta as especificidades do curso (horário, periodização, perfil discente) para que sua efetivação ocorra de modo a proporcionar a ida ao campo (sociedade) e a abertura da universidade (trazer mais e mais a sociedade para dentro dos espaços da universidade). Essa demanda sugere criatividade e sensibilidade.

Art. 58 – As ações às quais discentes, docentes e pessoal técnico estejam envolvidos devem contemplar planos de ação que possibilitem o acompanhamento da parte responsável pelo componente curricular e a feitura de relatórios ou textos pelos membros da UCE.

Art. 59 – Na matriz Curricular haverá espaços nos períodos para as UCE (podendo haver mais de uma acontecendo no mesmo horário). Isso implica que as atividades podem ocorrer no turno normal do curso, o que não impede das atividades ocorrerem em contrarturnos ou mesmo em fins de semana.

Art. 60 – Pequenos relatórios, registros audiovisuais, documentações comprobatórias, e outras formas de registro servem de material de acompanhamento (frequência) e de avaliação.

Art. 61 – Não será atribuída notas ao final das UCE, apenas os conceitos de SATISFATÓRIO ou INSATISFATÓRIO.

Art. 62 – Discentes que já tenham integralizado os 100% da carga horaria total de UCE podem participar do projeto/programa ligado à UCE para computar nas Atividades Complementares de Curso, desde que não ocupe vaga de discente ainda em processo de contabilização das horas de UCE.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 63 – Os/as estudantes que efetuarem a matrícula inicial a partir do semestre 2022.1 estarão automaticamente enquadrados sob o regime das Diretrizes Curriculares Nacionais e deverão obedecer às normas deste Regulamento, assim como às instruções e o currículo emanados do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em História, na modalidade de licenciatura, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CONSEPE/UERN) e pelo Conselho Estadual de Educação/RN (CEE/RN).

Art. 64 – Os/as estudantes enquadrados na matriz curricular anterior (2006.1), com ingresso até 2021.2, terão o seguinte plano cronológico para conclusão dos componentes curriculares e créditos a serem cursados no curso de História:

a) Os/as estudantes que ingressaram até os semestres 2021.2 deverão cumprir os componentes curriculares do currículo anterior (2006.1) tendo até o semestre 2024.2 para a conclusão do curso para os estudantes que se mantiverem nivelados;

b) Os/as estudantes que ingressaram até os semestres 2021.2 e que ficaram desnivelados durante o transcorrer do curso, terão o prazo máximo até o semestre 2025.2 para concluir o pagamento dos créditos disciplinares;

Art. 65 – Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e pela Câmara de Ensino, mediante consulta ao colegiado do Departamento de História/CAA.

Art. 67 – O presente regulamento entra em vigor na data de publicação da Resolução de aprovação do Conselho Estadual de Educação do Projeto Pedagógico do Curso de História – Campus Avançado Walter Sá Leitão - Assú, e seus efeitos de aplicação serão retroativos para os ingressantes a partir do primeiro semestre letivo de 2022.1, admitidas às adaptações curriculares na forma do Regulamento da UERN e da legislação pertinente, revogadas as disposições em contrário.

19. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Daisy Santos e CAPUTO, Maria Constantina. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE ATIVIDADE CURRICULAR EM COMUNIDADE (ACC). **Relatório de pesquisa apresentado a Pró Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação e Pós- Graduação.**

Referente ao edital 01/2011 – PROUFBA / ENCOMENDA. Coord. Maria Constantina Caputo. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Pró Reitoria de Extensão, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Saber Histórico na Sala de Aula.** São Paulo: Contexto, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. História e teoria social. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CYSNEIROS, Paulo. Competências para ensinar com novas tecnologias. In: **Revista Diálogo Educacional**, vol. 4, Nº 12, maio-agosto, 2004, pp.01-11. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

_____. **Mitologias da Avaliação: de como ignorar, em vez de enfrentar os problemas**. 3ª Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª Ed. Rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FEBVRE, Lucien. Profissões de fé à partida. In: **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, Ltda. 1989.

LE GOFF, J. A História Nova. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. F. da (Org.). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

NETO, Samuel de Souza; SILVA, Vandeí Pinto. Prática como Componente Curricular: questões e reflexões. In: **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 889-909, set./dez. 2014.

NORA, P. **Entre memória e história. A problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas competências para ensinar**. São Paulo: Artmed, 2000.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Marcos A. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SCHMIDT, M.A. A formação do professor de História. In: BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

SILVA, Franklin Leopoldo. Reflexões sobre o conceito e a função da Universidade Pública. In: **Revista Estudos Avançados**, V.15, N.42, p. 299, 2001.

SOUZA, Laura de Melo e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira do século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História/ Foucault revoluciona a história**. 3ª. Ed. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB, 1995.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TOSH, J. **A Busca da História: objetivos, métodos e as tendências no estudo da História moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 24.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático**. Florianópolis: EDUSC, 1998.